UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA
(MESTRADO ACADÊMICO EM ARQUEOLOGIA)

LAURA NATASHA NERY MENDONÇA BRANDÃO

MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA: CAMINHOS, TRILHAS E RUMOS
DO INSTITUTO ECOMUSEU SÍTIO DO FÍSICO

São Paulo
2017

LAURA NATASHA NERY MENDONÇA BRANDÃO

**MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA: CAMINHOS, TRILHAS E RUMOS
DO INSTITUTO ECOMUSEU SÍTIO DO FÍSICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Área de Concentração: Arqueologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Oliveira Bruno.

Linha de Pesquisa: Arqueologia e Sociedade

Versão corrigida.

A versão original encontra-se na biblioteca do MAE

São Paulo

2017

LAURA NATASHA NERY MENDONÇA BRANDÃO

**MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA: CAMINHOS, TRILHAS E RUMOS
DO INSTITUTO ECOMUSEU SÍTIO DO FÍSICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Área de Concentração: Arqueologia.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Oliveira Bruno.
Linha de Pesquisa: Arqueologia e Sociedade

Data da defesa: ____/____/____.

COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA

Orientadora

Examinador 1

Examinador 2

São Paulo

2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, meus pais, irmão, irmãs e meu marido, que me aturaram meus momentos de ausência, me reconfortaram, sempre me incentivaram e que em maior ou menor grau foram meus interlocutores, críticos e apoiadores em primeira mão. Agradeço em especial às minhas tias, que me abrigaram em casa durante parte da etapa final de redação desta dissertação.

Agradeço à Capes pela bolsa concedida durante dois anos.

Agradeço imensamente à Professora Maria Cristina Oliveira Bruno, por ter acolhido, acreditado e não desistido deste projeto, mas também por ser, anterior a ele, uma referência de estudo e trabalho. Aproveito o momento para prestar minha admiração.

Aos professores do programa, dos quais tive aula ou não, por ajudarem com seu trabalho na construção do meu, via ensino direto, inspiração ou afinidade, bem como do pessoal técnico do Museu, que contribuem para o seu funcionamento.

Agradeço aos pesquisadores maranhenses e aos que estudaram o Maranhão, que puderam ser fontes tanto de certezas como de debates sobre elas, especialmente à figura de Arkley Marques Bandeira, a cujo trabalho recorri como fonte tantas vezes ao longo desta pesquisa.

Agradeço àqueles cuja passagem contribuiu com esta pesquisa, às arquitetas Verônica e Anna Karla, bem como suas respectivas equipes, as escolas, professoras e diretoras, que de boa vontade aceitaram a realização de atividades em seus espaços e com seus alunos, à Rede Coroadado de Natal, ao pessoal do Batalhão de Proteção Ambiental e da Polícia Cidadã

Agradeço às pessoas que fazem o Ecomuseu Sítio do Físico, às pessoas da comunidade e aos que se engajam nessa trajetória em busca de condições de vida melhores no Polo Coroadinho: Nery, Fernando, Mariluce, Cleidiomar, Edson, Ana Frazão, Antônio, Luiza, Nunes, Neline, Aparecida, Preta, Fátima, Januário e todos os demais que fazem parte desse enorme trabalho.

Um agradecimento especial às mulheres que lutam, apesar dos pesares, das dificuldades, dos preconceitos e, muitas vezes, do não reconhecimento.

RESUMO

Este trabalho é fruto de uma série de processos: de pesquisas, de vontades, de lutas; que surgem da escassez e da vontade de preservar parte de um passado e melhorar a qualidade de vida da população. Assim sendo, ele é um estudo de reflexão da realidade patrimonial e social encontrada no âmbito do Ecomuseu Sítio do Físico e uma construção de uma prática possível a um trabalho de Musealização da Arqueologia, articulando as informações provenientes da Arqueologia, a busca pela conservação e comunicação proporcionada pela Museologia, tendo em vista a comunidade e seu desenvolvimento sustentável e harmonioso com ambiente em que está inserida.

Palavras-chave: Arqueologia – Patrimônio – Musealização da Arqueologia – Sociomuseologia – Ecomuseu Sítio do Físico

ABSTRACT

This work is the result of a series of processes: of research, of wills, of struggles; Which arise from the scarcity and the will to preserve part of the past and improve the quality of life of the population. Thus, it is a study of reflection of the patrimonial and social reality found within the scope of the Ecomuseum Sítio do Físico and a construction of a possible practice to a work of Musealization of Archeology, articulating the information coming from Archeology, the search for conservation and communication provided by Museology, with a view to the community and its sustainable and harmonious development with the environment in which it is inserted.

Keywords: Archeology - Heritage - Museology of Archeology - Sociomuseology - Ecomuseum Sítio do Físico

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1 Localização da Ilha do Maranhão no Golfão Maranhense.	19
Fig. 2 Crescimento da vegetação em meio às ruínas do Sítio do Físico no período de chuva.	21
Fig. 3 Ruínas do Sítio do Físico após a limpeza que ocorre durante a estação seca. ...	21
Fig. 4 Perfil caracterizando as litofácies da unidade Paleogeno na praia de Calhau, em São Luís - MA.	22
Fig. 5 Argilitos arroxeados na base do afloramento do Terciário Paleógeno próximo à barragem do	22
Fig. 6 Imagem antiga do Parque Estadual do Bacanga. Editada com a junção de duas partes.	24
Fig. 7 Imagem atual do Parque Estadual do Bacanga. Fonte: Google Maps (2017).	24
Fig. 8 Sítio do Físico e Sambaqui do Bacanga no Parque Estadual do Bacanga.	25
Fig. 9 Entrada para a área de pesquisa do Sambaqui do Bacanga. Foto: Laura Mendonça Brandão (2015).	26
Fig. 10 Campanha de escavação no Sambaqui do Bacanga. Foto: Arkley Marques Bandeira. (2007).	26
Fig. 11 Visão da área de pesquisa após as campanhas de escavação.	27
Fig. 12 Cerâmica do Sambaqui.	27
Fig. 13 Reconstituição Gráfica da cerâmica do Sambaqui do Bacanga. Fonte: Bandeira (2008).	27
Fig. 14 Zoomorfo cerâmico.	29
Fig. 15 Vista das rampas.	31
Fig. 16 Vista das rampas.	31
Fig. 17 Vista do curtume e das rampas.	32
Fig. 18 Curtume antes de ser escavado.	32
Fig. 19 Vista da salina.	32
Fig. 20 Vista da salina.	32
Fig. 21 Caeira.	32
Fig. 22 Caeira.	32
Fig. 23 Vista do poço e pátio externo.	33
Fig. 24 Vista do poço.	33
Fig. 25 Registro da atual dos vestígios da casa grande.	33
Fig. 26 Registro da antiga casa grande da década de 1980 (atualmente destruída).	33
Fig. 27 Pedra mó encontrada no sítio.	40
Fig. 28 Estudo e projeto para o Museu Ambiental do Sítio do Físico.	48
Fig. 29 Planta das Ruínas do Estudo e projeto para o Museu Ambiental do Sítio do Físico.	48
Fig. 30 Maquete do projeto do Museu Ambiental. Autor desconhecido.	49
Fig. 31 Mapa da maquete do projeto do Museu Ambiental. Imagem de autor desconhecido.	49
Fig. 32 Projeto arquitetônico de Caroline Buhatem.	50
Fig. 33 Preservação do Patrimônio.	65

Fig. 34 Mapas das regionais urbanas de São Luís. A área do Polo Coroadinho é a Regional 5, em azul claro, circulado de vermelho.....	67
Fig. 35 Detalhe de Bairros e Localidades do Polo Coroadinho.	68
Fig. 36 Consulta realizada no site do MEC sobre cursos de Arqueologia.	72
Fig. 37 Relação das disciplinas dos cursos de Arqueologia.	74
Fig. 38 Figura proposta por Tessaro (2013) durante a defesa de sua dissertação de mestrado, baseado em Schiffer..	76
Fig. 39 Festa de Lançamento do Coroadinho de Natal.	86
Fig. 40 Reunião de organização do Coroadinho de Natal..	86
Fig. 41 Apresentação cultural durante a abertura do evento..	86
Fig. 42 Apresentação teatral durante o evento.....	86
Fig. 43 Exposição do Ecomuseu durante o Coroadinho de Natal.	86
Fig. 44 Exposição itinerante na Unidade de Ensino Básico Darcy Ribeiro.....	88
Fig. 45 Palestra oferecida para as turmas do 6.º ano do Ensino.....	89
Fig. 46 Cerâmica do Sambaqui do Bacanga..	91
Fig. 47 Exemplar de uma das leituras estilizadas do tratamento de superfície encontrado na cerâmica do Sambaqui do Bacanga utilizada nas atividades educativas.	91
Fig. 48 Oficina de papietagem na Escola Frei Osvaldo.	92
Fig. 49 Oficina de papietagem na Escola Frei Osvaldo.	92
Fig. 50 Oficina de produção de cartões postais na Unidade de Ensino Básico Lima Sobrinho. Foto: Laura Mendonça Brandão (2015).....	92
Fig. 51 Oficina de produção de cartões postais na Unidade de Ensino Básico Lima Sobrinho..	92
Fig. 52 Cartão produzido por uma aluna durante a oficina.....	93
Fig. 53 Oficina de marcador de leitura na Unidade de Ensino Básico Darcy Ribeiro.	94
Fig. 54 Oficina de marcador de leitura oferecida na FELIS.....	94
Fig. 55 Visão da Exposição Ecomuseu Sítio do Físico: Dez Anos a partir da mostra com material arqueológico, contendo, ao fundo, fotos realizadas durante a 14.ª Semana Nacional de Museus, a linha do tempo e o painel interativo.	96
Fig. 56 Visão da Exposição Ecomuseu Sítio do Físico: Dez Anos contendo, a linha do tempo, pufes da oficina de reaproveitamento de pneus; fotos realizadas durante a 14.ª Semana Nacional de Museus; mostra com material arqueológico; painéis explicativos sobre o trabalho de reciclagem; material proveniente das oficinas de reaproveitamento de tecidos.....	96
Fig. 57 Painéis das fotos realizadas durante a 14.ª.....	96
Fig. 58 Painel interativo.	97
Fig. 59 Visitantes exibindo cartões produzidos com os carimbos do painel interativo. ..	97
Figura 60 Esquema sobre reaproveitamento de resíduos.....	98
Fig. 61 Imagem de satélite em que é possível visualizar a trilha que passava encima de estruturas das ruínas.	101
Fig. 62 Representação gráfica da antiga rota.....	101
Fig. 63 Abertura da nova trilha, ligando a área externa que leva do rio às rampas,	102
Fig. 64 Imagem de Satélite das Ruínas. Fonte: Google Earth Pro.	108
Fig. 65 Projeto de construção da sede da Casa da Memória do Ecomuseu.....	110
Fig. 66 Esquema Geral do Sítio do Físico.....	111

Fig. 67 Rachadura, indicada pela seta vermelha, em um dos tanques identificados como da área coberta no Relatório de Mello Neto; Mello.....	112
Fig. 68 Sinais de desestabilização com desabamento de parte da estrutura hidráulica que ladeia a área do curtume.	112
Fig. 69 Processo de tombamento de um dos paredões à esquerda e marcas de infiltração de raízes de vegetação, promovendo o descolamento de parte das ruínas.	112
Fig. 70 Infiltração de vegetação no paredão, causando seu arruinamento.	112
Fig. 71 Descolamento de um dos arcos dos portais remanescentes.	113
Fig. 72 Descolamento entre os dois paredões que fazem 90º.	113
Fig. 73 Vista em perspectiva.....	114
Fig. 74 Conjunto encontrado acima da área da plantação	115
Fig. 75 Fragmento de vidro encontrado na área da plantação..	116
Fig. 76 Fragmentos de louça e vidro encontrados próximo à caeira..	116
Fig. 77 Gráfico da matéria-prima dos vestígios encontrados.	117
Fig. 78 Faiança fina padrão Shell Edge.	118
Fig. 79 Raro exemplar não fragmentado de uma garrafa de vidro..	118
Figura 80 Fragmento de um recipiente de grês.....	118

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIB	Associação Comunitária Itaqui Bacanga
ALAM	Associação Latino Americana de Museologia
ASESF	Associação de Amigos do Ecomuseu Sítio do Físico
FELIS	Feira do Livro de São Luís
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
ICAHM	Comitê Internacional de Gestão do Patrimônio Arqueológico
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos E Sítios
IESF	Instituto Ecomuseu Sítio do Físico
IESMA	Instituto de Estudos Superiores do Maranhão
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAE	Museu de Arqueologia e Etnologia
MEC	Ministério da Educação
OEA	Organização dos Estados Americanos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PNM	Política Nacional de Museus
PNSM	Plano Nacional Setorial de Museus
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RCN	Rede Coroados de Natal
REMAAE	Rede de Museus e Acervos de Arqueologia e Etnologia
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNICEUMA	Universidade Ceuma
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
UNIVASF	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. INSTITUTO ECOMUSEU SÍTIO DO FÍSICO: A paisagem como elemento integrador	16
1.1 Sobre a percepção do espaço	16
1.2 Tempos em um mesmo espaço	25
2. MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA: Conceitos museológicos e aproximações com a disciplina Arqueológica	44
2.1 Sobre conceitos e legislação	44
2.1.1 <i>Sociomuseologia</i>	58
2.1.2 <i>Ecomuseu</i>	60
2.1.3 <i>Relação museu e comunidade</i>	68
2.2 Reflexão sobre a função social da arqueologia e o potencial do discurso museológico	71
2.2.1 <i>A prática arqueológica frente às relações locais-globais e engajamentos locais</i>	71
2.2.2 <i>A função social do arqueólogo e seu papel na preservação do patrimônio arqueológico</i>	78
2.2.3 <i>Potencializando discursos</i>	79
3. CONSTRUÇÃO DE CAMINHOS, TRILHAS E RUMOS	83
3.1 Ações comunitárias e interfaces preservacionistas	83
3.2 Ações arqueológicas e interfaces museológicas	108
3.2.1 <i>A monumentalidade do sítio</i>	108
3.2.2 <i>Achados fortuitos e demais materiais arqueológicos</i>	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	122
ANEXOS	128

INTRODUÇÃO

Há pouco mais de dez anos surgiu a Associação de Amigos do Ecomuseu Sítio do Físico. Tratava-se de uma empreitada de pessoas amigas, preocupadas com a preservação do Sítio do Físico – bem tombado pela União, que andava a passos largos rumo a sua deterioração¹.

Eram pessoas da comunidade de entorno, bacharéis em direito, educadores de diversas formações, estudantes, jornalistas, comunicadores, enfim, pessoas com as mais diversas formações que, ao longo do percurso destes 10 anos, se aproximaram e se distanciaram do bem que pretendiam proteger, mas, dentre os remanescentes, alguns poucos foram se especializando, estudando e se profissionalizando com esse intuito; a estes foram agregando-se outras lideranças e pessoas da comunidade que florescem ao redor do local onde se encontra este bem patrimonial.

Atualmente, o Instituto Ecomuseu Sítio do Físico – nome da instituição que começou como Associação de Amigos – é reconhecida em seu meio de atuação e possui assento em diversos conselhos na cidade de São Luís, relacionados a: cidadania, meio ambiente e ao setor museológico.

É nesta caminhada que surge este trabalho, com o objetivo de realizar um estudo da Musealização da Arqueologia no âmbito do Ecomuseu Sítio do Físico, levando em conta sua inserção na paisagem, a formação geológica do seu solo, situação geográfica, climática, sua fauna e flora, bem como seu processo de ocupação, seu histórico e sua configuração urbana atual, de modo a refletir sobre a necessidade de políticas públicas voltadas para responder às atuais problemáticas sociais. Pode-se dizer que o objetivo final deste trabalho é refletir sobre a preservação patrimonial relacionada à integração e ao desenvolvimento da comunidade.

Ao longo dos anos, notou-se que o território onde o Ecomuseu está inserido (no Parque Estadual do Bacanga, na ilha de São Luís do Maranhão) possui um rico patrimônio, com sítios arqueológicos pré-colombianos e coloniais, podendo-se contar

¹ Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, processo Nº 1.017-T-80.

com os estudos arqueológicos de Arkley Marques Bandeira e Ulysses Pernambucano nestes sítios.

Assim, as demandas e lutas atuais de preservação destes sítios e sua inserção no contexto social foram o ponto de partida para este estudo. Para tanto, fez-se necessária uma discussão sobre as atividades do arqueólogo e sua formação profissional, entrando no campo da responsabilidade deste profissional no seu fazer cotidiano e o legado pelo viés da museologia.

Tendo este quadro em vista, o presente trabalho dispõe de um pensamento holístico, multivocal, ligado à ideia de território, acompanhado por uma arqueologia comprometida com o destino dos estudos e ações por ela patrocinados, para indicar o caminho a se seguir em busca da preservação do patrimônio arqueológico em questão, estando em sintonia com o movimento da Nova Museologia, seguindo a corrente da *Sociomuseologia*.

Escolheu-se o caminho da pesquisa-ação e buscou-se fazer, sempre que possível, a aproximação entre os dados empíricos e a pesquisa bibliográfica ao longo do texto, ainda que o estudo de caso específico sobre o Sítio do Físico esteja concentrado no último capítulo deste trabalho.

Empregando um estilo de escrita sintetizante e sem seguir o padrão cartesiano de trabalho, este trabalho serve também como um balanço histórico da instituição onde ocorreu a pesquisa, apontando alguns diagnósticos possíveis. Para tanto, na falta de um arquivo institucional organizado, recorreu-se à memória das pessoas envolvidas na diretoria do Ecomuseu (através de conversas e entrevistas) além das lideranças comunitárias que compõem a rede na qual se insere o Ecomuseu, o que resultou na confecção de um portfólio que foi usado pela instituição para inscrever-se em um edital de premiação de Ponto de Memória².

Desta forma, o trabalho se divide em três capítulos, sendo apresentada no primeiro capítulo uma discussão sobre a paisagem a partir da ótica da Arqueologia da Paisagem, tecendo-se um cenário de ocupação partindo do pressuposto teórico dos chamados lugares persistentes, tendo a paisagem e sua formação ao longo do tempo

2 Programa federal que visa apoiar ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social. Cf. < <http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/pontos-de-memoria/programa-pontos-de-memoria/> >

como elementos integradores de diferentes culturas, moldando a ideia de “tornar herdeiras pessoas que não são descendentes” (MENESES, 2007, p. 56).

Sendo as principais bases teóricas os trabalhos de Meining (2002); Criado-Boado (1991); Schalanger (1992); Ingold (2008, 2004); Bandeira (2008, 2013).

No capítulo seguinte, é feita a aproximação desta realidade com o início dos trabalhos museológicos, frente ao contexto social. A busca pela musealização do território ocorre por se considerar que:

As Ciências Humanas, em geral, evidenciam facetas das sociedades, descobrem peculiaridades de um passado às vezes esquecido e fazem aflorar os indicadores da memória, mas não têm potencialidades efetivas de comunicar-se em larga escala com a sociedade presente. Já a Museologia se estrutura como a área de conhecimento específica para viabilizar essa comunicação, mas depende, evidentemente, da produção de conhecimento próprio às áreas que estudam os indicadores da memória (BRUNO, 1996).

Assim, durante todo este estudo também se observará se o referido Ecomuseu seguiu o que preconizam os documentos sobre a Nova Museologia, perpassando por uma leitura de todos os documentos pertinentes, inclusive os dispositivos contidos na legislação e documentos da Política Nacional de Museus e do Plano Setorial Nacional de Museus.

Para entender a e caracterizar a conformação do Ecomuseu frente aos axiomas do campo museológico, além dos dispositivos legais, foram consultados Bruno (1996, 1999, 2005, 2008), Primo (2014), Varine, entre outros.

Além disso, é apresentado um pequeno debate sobre o papel social do trabalho desempenhado pelo arqueólogo e as frentes de interesses que ele sofre, negocia e/ou até mesmo enfrenta. Tendo em vista o surgimento e a consolidação da disciplina em meio acadêmico e as possibilidades de diálogo entre Arqueologia e Museologia, têm-se como base a legislação, além de cartas e recomendações disponíveis no país.

Nesse debate, recorreu-se aos questionamentos suscitados pelos trabalhos de Hoder (1985), Sanks (2008), além das discussões feitas em torno dos textos de Díaz-Andreu (2007) e McGuire (2008), passando novamente pelos trabalhos de Ingold (2004) e Meneses (2005).

No último capítulo, entra-se no âmbito do patrimônio e da pesquisa em si. Pela exposição durante a pesquisa, é de se constatar que o monumento se impõe, mas, a

partir do momento em que há uma falha na decodificação do sinal, ele deixa de ser compreendido e pode perder seu status de objeto de significância, ficando suscetível a processos e ações de degradação. Em certos casos, nem o impacto estético é capaz de evitar atos de vandalismo e depredação.

Para promover sua preservação, faz-se necessário “estabelecer atribuições de valor e relevância, perceber a motivação, o interesse e a maneira como os atores sociais conduzem suas ações” (MATTOS, 2012).

Nesse sentido, os primeiros capítulos serviram para entender o contexto no qual se formou o quadro patrimonial encontrado e, assim, ter parâmetros para o estabelecimento dos valores que se deseja atribuir ao patrimônio que se pretende preservar, descrevendo, deste modo, no último capítulo, as ações propostas e realizadas em busca do estabelecimento dos referidos valores.

1. INSTITUTO ECOMUSEU SÍTIO DO FÍSICO: A paisagem como elemento integrador

Este capítulo trata do ambiente em que o Ecomuseu Sítio do Físico está inserido, considerando não só a paisagem natural como também a formação geológica do solo e a sua situação geográfica, clima, fauna, flora, seu processo de ocupação há mais de 6.600 anos, como também as pesquisas históricas e tentativas de reconstrução do complexo industrial do período colonial tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

1.1 Sobre a percepção do espaço

A percepção do espaço é mediada pelos sentidos. Observando de determinado ponto do globo terrestre, não se consegue ter a compreensão total desse globo. O aumento da escala só é possível até certo limite – a metade do globo. Passando do limite físico humano de compreensão, resta apenas o entendimento abstrato. Assim, o entendimento do espaço pela mediação dos sentidos permite apreender apenas frações do espaço, que podem ser entendidas como paisagens.

Em sua obra *A natureza do espaço*, Milton Santos (2006) alerta: “Paisagem e espaço não são sinônimos”. Para o geógrafo, a paisagem é um conjunto de formas naturais e artificiais que caracterizam uma área e não a vida dentro dela ou, ainda, uma expressão territorial. Já espaço é entendido como um conjunto que possui valor atribuído pela sociedade a cada fração da paisagem.

Para este autor, a paisagem existe enquanto forma, e o espaço existe a partir da atribuição de valores a esta forma. Uma das críticas à sua obra decorre do esvaziamento que ele faz do conceito de paisagem.

Por sua vez, Meinig (2002, p. 35) declara que as paisagens não são compostas “apenas por aquilo que está à frente dos nossos olhos, mas também por aquilo que se esconde em nossas mentes”.

A relação entre os dois conceitos na Geografia pode parecer confusa para não-geógrafos; assim sendo, Castro (2005) vem clarificar: “O conceito de paisagem se baseia no meta-conceito espaço, conceito mais amplo e abstrato: através dos aspectos visíveis

do espaço podemos lê-lo como paisagem”. Por sua vez, Ingold (2015) considera o conceito de espaço como o mais abstrato e vazio e faz refletir se o uso da categoria paisagem não serviria para preencher e dar significado ao espaço.³

Voltando ao texto de Castro, citando Chantal e Raison, ele nos lembra:

Paisagem, palavra de uso cotidiano, que cada pessoa utiliza a seu modo; o que não impediu de se tornar um vocábulo à moda. Paisagem, uma destas noções utilizadas por um número sempre crescente de disciplinas, que muitas vezes ainda se ignoram. Paisagem, enfim, um dos temas clássicos da investigação geográfica. Conforme o interesse do que é objeto ou uma maneira como se encara a própria noção de paisagem difere. Se um geógrafo, um historiador, um arquiteto se debruçarem sobre a mesma paisagem, o resultado de seus trabalhos e a maneira de conduzi-los serão diferentes, segundo o ângulo de visão de cada um dos que a examinam (CHANTAL; RAISON, 1986, p. 138 apud CASTRO, 2004)

A leitura de Criado Boado (1991) sobre paisagem apresenta três formas de entender o conceito de paisagem: empirista, sociológica e culturalista. Em sua obra, ele expõe um histórico de como se deu a concepção do espaço na modernidade.

Dissertando sobre os estudos da paisagem em Arqueologia, Fagundes (2009) afirma que eles são voltados a questões complexas sobre as maneiras com que grupos populacionais (de forma conscientemente ou inconscientemente) moldam seus espaços sociais e culturais. Tal atividade envolve uma variedade de processos tanto relacionados à organização do espaço quanto a sua modificação em função de uma diversidade de propósitos que incluem subsistência, questões de ordem cognitiva, econômica, social, simbólica entre outras.

A Arqueologia usa da interdisciplinaridade com as demais ciências, tais como a Geografia, a Sociologia e a Antropologia, a fim de realizar essas leituras empiristas, sociológicas e culturalistas, para assim, montar seu enfoque, que tende a ser uma visão com uma perspectiva holística e concepção sistêmica.⁴

³ Assim como ele sugere que “as culturas parecem estar em um lugar e a ciência no espaço” (INGOLD, 2015, p. 229)

⁴ Essa visão parte da obra de Capra, que se apegua à etimologia da palavra (“holos”, do grego: totalidade) e busca a compreensão da realidade em função das totalidades integradas – em que o todo não pode ser decomposto e explicado em partes menores, e encontra ressonância nos estudos de Ingold, que, por sua vez, acredita que a vida ocorre em uma malha, em uma trama que enreda tudo.

Tanto na obra de Criado Boado quanto na de Fagundes, percebemos uma preocupação com o uso de geotecnologias como uma primeira etapa de se obter dados para os estudos arqueológicos.

Se o primeiro olhar é empírico, Fagundes (2009) rejeita a possibilidade de se fazer uma leitura meramente economicista e determinista, uma vez que

O manejo da paisagem abrange questões que extrapolam as condições adaptativas e de subsistência, relacionando aos aspectos de ordem cognitiva, ao apego sentimental ao lugar, as escolhas/estratégias, políticas ou ritualística, enfim faz parte de uma rede de significação infinita (FAGUNDES, 2009, p.304).

Assim, a paisagem deve ser entendida para além de sua fisicidade, no bojo das relações e dinâmicas culturais de uma sociedade, transcendendo as limitações das demarcações de sítios e assentamentos arqueológicos.

Essa compreensão da paisagem como forma integrada entre natureza e ação humana foi, provavelmente, herdada pela Arqueologia da Geografia Cultural de Carl Sauer,⁵ que, por sua vez, forja o conceito inglês de “landscape” baseado na palavra alemã “landschaft”, que significa:

(...) uma associação entre sítio e os seus habitantes, ou se preferirmos, de uma associação morfológica e cultural. Talvez tenha surgido de “Land schaffen”, ou seja, criar a terra, produzir a terra. Esta palavra transmutada em “Landscape” chegou a geografia norte-americana pelas mãos de Sauer que, cuidadosamente, enfatizava que seu sentido continua sendo o mesmo: o de formatar (land shape) a terra, implicando numa associação das formas físicas e culturais (HOLZER, 1999, p. 152, apud CASTRO, 2004)

Considerando essa ampliação, no caso do Instituto do Ecomuseu Sítio do Físico – IESF, faz todo sentido pensar não só a geografia local em que se encontram os sítios, fazendo uso do conceito de área de domínio, e o porquê deles se encontrarem ali, mas também as inter-relações possível entre eles.

Essas inter-relações são percebidas a partir do conceito de lugares persistentes, cunhado por Schlanger (1992), que trata:

Persistent places are places that were repeatedly used during long-term occupations of regions. They are neither strictly sites (that is, concentrations of cultural materials) nor simply features of a landscape. Instead, they represent the

⁵ Que tem a obra *The Morphology of Landscape*, de 1925, como sua mais proeminente.

conjunction of particular human behaviors on a particular landscape⁶ (SCHLANGER, 1992, p. 97).

No texto de Moore e Thompson (2012), há o seguinte resumo sobre as categorias de lugares persistentes: locais físicos caracterizados por concentrações de recursos que os tornam particularmente adequados para utilização; locais que possuem características naturais ou culturais que estruturam seu reuso; e locais criados em um longo período de tempo por meio de certas práticas.

O Instituto Ecomuseu Sítio do Físico está localizado na Ilha de São Luís do Maranhão, também conhecida como ilha de Upaon-Açu,⁷ que abriga quatro municípios: São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa e São Luís, situando-se o Ecomuseu neste último, à margem direita do Rio Bacanga, na região do Polo Coroadinho, dentro do Parque Estadual do Bacanga.

Fig. 1 Localização da Ilha do Maranhão no Golfão Maranhense.
Fonte: Teixeira; Souza Filho (2009).

⁶ “Lugar permanentes são lugares que nós repetidamente usamos durante ocupações de regiões de longo prazo. Eles não são rigorosamente sítios (qual seja, concentração de material cultural) nem simples características de uma paisagem. Ao invés, eles representam uma conjunção de um comportamento humano particular ou uma paisagem particular” (tradução livre).

⁷ Que significa Ilha Grande, em tupi.

Conforme os estudos demonstram, a Ilha de São Luís é uma ilha de formação recente. Sobre a constituição da região em que se encontra a ilha, Veiga Júnior (2000, p. 14) corrobora:

(...) a Bacia de São Luís é constituída por rochas cretácicas da Formação Itapecuru, recobertas por formações superficiais de idade cenozóica: Paleogeno, Grupo Barreiras, coberturas lateríticas e depósitos quaternários (...). As rochas de idade cretácica da Bacia de São Luís, que ocorrem na área objeto deste trabalho, foram (...) consideradas como pertencentes a uma única unidade estratigráfica, a Formação Itapecuru. (...) [subdivididas] em duas subunidades: uma inferior, denominada de Membro Psamítico, e outra superior, denominada de Membro Alcântara, coincidente em parte com a Formação Alcântara (...).

E Bezerra (2011, p. 88) complementa com mais informações.

as estruturas geológicas superficiais são constituídas por rochas da Formação Itapecuru, originárias do Cretáceo, sobrepostas, em algumas áreas, por camadas da Formação Barreiras, que datam do Terciário, e por sedimentos quaternários da Formação Açuí. As rochas de idade Terciária estão dispostas, principalmente nos tabuleiros e nas vertentes, enquanto os sedimentos quaternários estão na zona litorânea e nas desembocaduras dos rios.

A Ilha localiza-se no Golfão Maranhense, constituído pelas baías de São Marcos e de São José, na foz de três grandes rios do Estado – Mearim, Itapecuru e Munim –, fazendo parte da zona costeira caracterizada por estuários e reentrâncias. Essa situação e a presença de vários rios faz com que a ilha seja, ao mesmo tempo, rodeada e permeada por manguezais que a caracterizam como parte da maior zona contínua de manguezais do mundo (TEIXEIRA; SOUZA FILHO, 2009).

Teixeira e Souza Filho (2009) destacam como ambientes costeiros existentes na ilha: o tabuleiro costeiro (área alta, em contato com manguezais e formadora de barrancos e falésias), a planície de inundação fluvial (área passível de inundações fluviais), a planície de maré arenosa (constituída por sedimentos arenosos úmidos), a praia de macromaré (faixa de sedimento arenoso, constituída de areias finas e médias), a área construída e o lago artificial (porção urbana) e a planície de maré lamosa (comporta ambientes de mangues e constituída por sedimento lamoso). Areia, argila, brita e cascalho, além de calcário e caulim, destacam-se como rochas e minerais industriais encontrados na ilha de São Luís (VEIGA JÚNIOR, 2000).

A Ilha possui um clima tropical úmido, o que implica um alto e constante índice de precipitação, alta temperatura e baixa variação térmica, que se traduz em estações secas e chuvosas bem definidas e temperatura média de 26° C (TEIXEIRA; SOUZA FILHO, 2009). Essas características deixam suas marcas na paisagem, dando feições e cores diferenciadas a cada uma dessas estações definidas.

Ingold (2015, p.125) escreve que os pintores “sabem que pintar o que se convencionou chamar “paisagem” é pintar tanto a terra quanto o céu, e que a terra e o céu se misturam na percepção de um modo que passa por um nascimento contínuo.”, as fotos abaixo – sem filtros nem edição – possibilitam um vislumbre da diferença entre as estações que ocorre na região da pesquisa e explicitam o que esse autor fala.

Fig. 2 Crescimento da vegetação em meio às ruínas do Sítio do Físico no período de chuva.
Foto: Laura Mendonça Brandão (2016).

Fig. 3 Ruínas do Sítio do Físico após a limpeza que ocorre durante a estação seca.
Foto: Laura Mendonça Brandão (2015).

O local onde os sítios arqueológicos se encontram é caracteristicamente formado por um “solo residual, típico na área da Bacia do Rio Bacanga, caracterizando-se pela alta concentração de ferro nos sedimentos areno-argilosos, argilo-arenosos, areia fina, sendo, geralmente, capeado por extensas formações de laterita (...)” (PEREIRA, 2006, p. 98), e pode ter sido um dia uma área de paleo-dunas. Na observação *in loco*, veem-se esses dizeres traduzidos em três áreas bem marcadas no terreno: enquanto uma área do terreno é pedregosa (derivada da cobertura laterítica), a outra possui uma camada estreita de solo (originária do processo de decomposição de matéria orgânica e/ou deposição desta), sendo sucedida por uma formação de uma camada de areia branca e fina, extremamente pobre em nutrientes, e, em algumas áreas próximas ao rio, de uma

camada argilosa (argilitos), localmente denominada de tabatinga – argila com muita matéria orgânica e, no caso, com alta concentração de sais minerais, devido à área do estuário.

Fig. 4 Perfil caracterizando as litofácies da unidade Paleógeno na praia de Calhau, em São Luís - MA.
Fonte: Veiga Júnior (2000).

Fig. 5 Argilitos arroxeados na base do afloramento do Terciário Paleógeno próximo à barragem do Bacanga. Fonte: Pereira (2006).

Essa fina camada de solo é responsável pela vegetação atual em que se observa uma gama de espécies arbustivas, gramíneas e arbóreas, compostas por plantas nativas da região, mas também por plantas exógenas.⁸

Vale lembrar que esse solo “é composto e heterogêneo, não tanto uma plataforma isotrópica para a vida quanto um pano grosso ou de retalhos tecido a partir das idas e vindas de seus múltiplos habitantes” (INGOLD, 2015, p. 44) e, como arqueólogos, importa a compreensão de que ele não é “uma plataforma de suporte sobre a qual as coisas repousam, mas uma zona de processos formativos e transformativos postos em movimento” (idem, p. 200) por meio da interação com o vento, a água e demais forças existentes, sendo esses processos de longa duração, estudados geologicamente, mas também de curta e média duração, que podem ser entendidos pela interação do homem com o ambiente, sendo esta interação uma dessas forças formativas.

É possível identificar três ecossistemas diversos: um composto por plantas de água salobra, com a presença do mangue e palmeiras diversas e dos animais que o habitam (bicho-preguiça, caranguejo, sericora, cobras, lagartos, jacarés, guarás, mucura, etc.), que vem sofrendo impacto antrópico cumulativo desde a construção de uma barragem próximo à foz do Rio Bacanga, na década de 1970; um ecossistema de transição, onde se observa claramente a divisão pelo ecótono, caracterizado por uma bordadura que segue o mangue às margens do rio, seguido da presença de gramíneas e palmeiras, local este que já foi utilizado para o cultivo de plantação de arroz – mas sem o registro de quando se começou essa prática; e, por último, um composto pela mata, multicomponencial, em que se observa de forma mais efetiva a presença de plantas nativas e não nativas.⁹

Além desses ecossistemas, tem-se o surgimento de granjas e plantações de maiores proporções¹⁰ dentro do Parque, descaracterizando a área de reserva de mata “nativa”.

⁸ Conferir Anexo B, realizada a partir da observação *in loco* e de questionário feito com d. Nery e os caseiros do Sítio do Físico, sendo a pesquisa do nome científico e da origem realizada em buscas na internet, com a leitura de sites e livros disponíveis online, contando com a ajuda de d. Nery para identificação.

⁹ Idem.

¹⁰ Considerando que o local onde atualmente é o Parque Estadual do Bacanga foi uma área de sítio durante o período colonial e não deixou de sê-lo após isso – uma vez que nem a constituição do parque desapropriou as propriedades particulares lá existentes – e que nesses sítios sempre houve plantações de subsistências e pequenas plantações.

Imagens aéreas e de satélites do Parque Estadual do Bacanga mostram a evolução da área verde, que passou por um intenso processo de degradação da década de 1970 até meados dos anos 2000, devido à construção da barragem e à presença de linhas e do linhão de energia da Eletronorte – que cortavam o parque –, passando por um período de recuperação durante os anos 2000 e, enfim, encontra-se descaracterizado, em parte, pelo avanço de empreendimentos hortifrutigranjeiros e pelo crescimento demográfico da área. Tendo em vista esses dois últimos fatos, aumentando a escala de observação, ao analisar imagens de satélite da ilha de São Luís, observa-se que toda ela encontra-se demarcada por ocupações ou loteamentos, sendo raros os contornos de áreas “naturais”.

Fig. 6 Imagem antiga do Parque Estadual do Bacanga. Editada com a junção de duas partes.
Fonte: INPE (1999)

Fig. 7 Imagem atual do Parque Estadual do Bacanga.
Fonte: Google Maps (2017).

Segundo Meinig (2002), a paisagem pode ser vista como natureza, habitat, artefato, sistema, problema, riqueza, ideologia, história, lugar e estética. Seu texto promove um exercício de entendimento monofocal sobre a paisagem, ainda que o autor reconheça que as categorias escolhidas não esgotam o assunto. Essa leitura chama a

atenção para o perigo de se olhar a paisagem sob uma única ótica, incorrendo no risco de reduzir o conceito da paisagem, o entendimento do espaço em que se vive e a forma de se relacionar e administrar/manejar esse espaço.

O que se percebe é que, devido a uma leitura monofocal do espaço do Parque Estadual do Bacanga, efetuada por cada proprietário de um pedaço de terra dentro do parque, há uma resistência à realização de pesquisas em muitas propriedades, decorrente do medo do tombamento dos espaços, ignorando-se completamente as premissas de preservação, tanto ecológica quanto do patrimônio arqueológico que porventura existir nessas propriedades.

1.2 Tempos em um mesmo espaço

A vida é vivida no chão, ancorada a fundações sólidas, enquanto o tempo rodopia pelo ar.

Tim Ingold, (2015, p. 123)

Fig. 8 Sítio do Físico e Sambaqui do Bacanga no Parque Estadual do Bacanga.
Fonte: Google Earth Pro. (2015)

A imagem acima trata-se de um pequeno recorte a nordeste do Parque Estadual do Bacanga onde podemos visualizar não só a localização e a proximidade dos sítios

históricos e arqueológicos, mas também as transformações que o parque vem sofrendo atualmente devido a atuação antrópica.

Se as Geociências informam sobre a formação do terreno e a observação permite descrevê-lo, as pesquisas arqueológicas e históricas são as grandes fontes que atestam sobre a ocupação desse território.

Segundo as pesquisas arqueológicas realizadas até então, foram os povos Sambaquieiros os primeiros habitantes da região estudada. Trata-se de uma população costeira e estuarina, que habitou ao longo de praticamente toda a costa brasileira, sendo esse tipo de sítio também encontrado em outras partes do mundo.

O Sambaqui do Bacanga vem sendo objeto de estudo do arqueólogo Dr. Arkley Marques Bandeira desde o ano de 2005, ligado ao Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Seu trabalho evidenciou “vestígios materiais de populações pescadoras-coletoras-caçadoras e ceramistas estabelecidas na região, em torno de 6.600 anos antes do presente e que permaneceram habitando esse assentamento até o ano 900 antes do presente” (BANDEIRA, 2008, p.1), e demonstrou a existência de cerâmica em níveis profundos em sambaquis.

Fig. 9 Entrada para a área de pesquisa do Sambaqui do Bacanga. Foto: Laura Mendonça Brandão (2015).

Fig. 10 Campanha de escavação no Sambaqui do Bacanga. Foto: Arkley Marques Bandeira. (2007).

Fig. 11 Visão da área de pesquisa após as campanhas de escavação.
Foto: Laura Mendonça Brandão (2015).

A dissertação de Bandeira (2008) evidencia que grande parte da cerâmica encontrada no sambaqui é qualificada como de Tradição Regional Mina. Essa tradição surge no âmbito das pesquisas do projeto *Salgado*, quando foi percebido um padrão similar ocorrendo em cerâmicas de 43 sítios, de onde foram extraídos dados que serviram para construção de tipologias e cronologias culturais.

Trata-se de uma cerâmica temperada com concha, sendo o uso da concha como antiplástico o responsável como marcador da tradição; de caráter utilitário, com formas arredondadas e base plana, além disso, tratam-se de cerâmicas com uma datação antiga. A cerâmica do Bacanga apresenta uma variedade de atributos e tratamento de superfície.

Fig. 12 Cerâmica do Sambaqui.
Fonte: Bandeira (2008).

Fig. 13 Reconstituição Gráfica da cerâmica do Sambaqui do Bacanga. Fonte: Bandeira (2008).

Os dados apresentados pelo pesquisador em sua tese de doutorado (BANDEIRA, 2013) demonstram a existência de três horizontes cerâmicos (um pré-sambaquieiro, outro referente ao sambaqui e o último pós-sambaquieiro). Sendo que, durante a apresentação de defesa da tese, foi destacada uma questão importante sobre as datações por termoluminescência: as datações mais antigas eram sempre desse tipo de amostra, não sendo observadas nem nas amostras em carbono nem em nas amostras em concha.

Após um possível hiato, tem-se a ocupação da ilha de São Luís pelos Tupinambás. Ainda não há um consenso entre os historiadores sobre o período de ocupação desses povos; uns creditam sua estadia a partir de 1500, com a chegada dos portugueses na costa brasileira, outros acreditam que a ocupação poderia ser anterior. Tal falta de consenso em muito se deve à necessidade de mais pesquisas arqueológicas na ilha. Percebe-se que novos trabalhos sobre essa temática vêm avançando sobre essa questão.

Em seus estudos, Bandeira (2015, p. 95) afirma:

fica evidente que os sambaquis foram reocupados por outros grupos humanos, especialmente povos Tupis, ao longo dos séculos. As diferenciações dos tipos cerâmicos observadas pelos pesquisadores refletem essa situação, visto que, além das descrições detalhadas dos sítios arqueológicos, desenhos e fotografias possibilitaram observar que existe cultura material cerâmica presente em sambaquis, que associa-se claramente aos povos Tupinambá que habitaram a Ilha de São Luís no momento da chegada dos europeus.

E ele conclui:

a farta documentação histórica aliada com os relatos arqueológicos demonstra a presença desses povos na Ilha de São Luís desde antes da chegada dos colonizadores franceses, no século XVII, possivelmente advindos de outras regiões do Nordeste, restando a pesquisa atual permanecer avançando na descoberta e estudos desses sítios arqueológicos (BANDEIRA, 2015, p. 96) .

Existem poucos vestígios característicos ligados a eles na área do Parque Estadual do Bacanga. Dentre o material analisado na pesquisa no Sambaqui do Bacanga, apenas um fragmento de característica tupi foi encontrado.¹¹

¹¹ Considerando dados da primeira campanha arqueológica da pesquisa de mestrado de Arkley Marques Bandeira no Sambaqui do Bacanga desenvolvida em 2006.

A presença de outro fragmento cerâmico de material arqueológico encontrado dentro do Parque, que foi entregue aos responsáveis do Ecomuseu de forma anônima, levanta a possibilidade da existência de mais uma leva populacional, que pode não ter relação alguma com a sambaquieira ou a tupi, como lembra Marques (1970, p. 326): “N’esta provincia havia as nações dos *tupynambás*, *tapuyas*, *tabajaras*, *tamarambenses* etc. etc.” [sic], existindo cerca de doze mil índios tupinambás, distribuídos em 27 aldeias na ilha de São Luís, segundo informa esse mesmo autor.

O fragmento encontrado e doado para salvaguarda pelo Ecomuseu¹² trata-se de um vestígio zoomorfo como pode ser observado na imagem abaixo.

Fig. 14 Zoomorfo cerâmico.
Foto: Gisa Mendonça Benício (2016).

Não se observa a presença de conchas em seu antiplástico – algo característico da cerâmica sambaquieira – nem sua forma remete a algo encontrado durante as escavações realizadas no sambaqui. Aliado a isso, tem-se o desconhecimento do contexto em que essa peça foi encontrada, uma vez que existe a possibilidade desse achado ser mais do que uma peça única fruto de um encontro meramente fortuito e sim que ele tenha sido o único vestígio inteligível por leigos em matéria de Arqueologia que pareceu merecer os cuidados de preservação, resultando na – possível – destruição do contexto em que a peça se encontrava.

¹² Tendo sido expresso o desejo do anonimato e o implícito desejo de não intervenção/pesquisa no local.

Cronologicamente, o que se sabe ao certo é que, com a ocupação da Ilha por populações europeias, a área em que hoje se localiza o Parque do Bacanga foi relegada a instalação de propriedades rurais, sendo que muitos donos dessas propriedades possuíam outras casas na cidade. Sendo essas propriedades rurais as que se encontram por lá até os dias atuais.

É possível que os homens do século XIX que habitaram em sítios perto da área do sambaqui do Bacanga soubessem da existência dos acúmulos de conchas e compreendessem este fato em termos de proximidade com a matéria-prima, ainda que desconhecessem o grau de interferência humana neles.¹³ Seguindo essa linha de pensamento, os atuais habitantes do entorno da área de preservação ambiental podem entender que as ruínas que lá se encontram são patrimônio, mesmo que ainda não tenham uma compreensão mais clara do significado disso.

Nesse ponto, pode-se até teorizar sobre a possibilidade de se tratar de um lugar persistente, uma vez que os autores que trabalham com o conceito de lugares persistentes recorrem à definição dada por Schlanger de: “a place that is used repeatedly during the long-term occupation of region.”¹⁴ (SCHLANGER, 1992 *apud* MOORE; THOMPSON, 2012); em poucas palavras, trata-se de um local cujas características naturais e/ou culturais o tornam adequado à ocupação humana, sendo marcado por ciclos de abandonos e reocupações.

Uma vez concluído que as marcas no ambiente foram de alguma forma percebidas pelos descendentes geográficos, mesmo sem continuidade genealógica, recai sobre eles um efeito de continuidade dada a sobreposição de eventos (MOORE; THOMPSON, 2012).

A relação entre o homem e seu meio, a partir da reflexão feita por Ingold (2015), que faz uso dos trabalhos do geógrafo Torsten Hägerstrand, do filósofo Henri Lefebvre e do antropólogo Bruno Latour, não se resume a uma dicotomia entre o que existe dentro e fora, mas do movimento existente de dentro para fora e de fora para dentro, em que as

¹³ Essa configuração de sítio histórico em proximidade de um sambaqui com a possível utilização deste por aquele também pode ser encontrada em outros sítios, como no Parque das Caeiras, em Joinville. Cf.: <<http://www.guiasantacatarina.com.br/joinville/atrativos.php3>>.

¹⁴ “um lugar que é utilizado repetidamente durante uma ocupação de longo prazo da região” (tradução livre).

relações não ocorrem em forma de linhas,¹⁵ mas ao longo dessas linhas, como a simbiose entre o fungo e seu meio, tendo formulado a noção de organismo-pessoa, que, segundo Ingold (2004, p. 302), são “one and the same”,¹⁶ rodeadas pelo ambiente.

Ou ainda, utilizando a alegoria de Hägerstrand, o mundo pode ser compreendido como uma grande tapeçaria em que “não há interiores ou exteriores, nenhum encerramento ou descerramento, apenas aberturas e veredas” (INGOLD, 2015, p. 138).

Assim, o entrelaçamento entre os componentes humanos e não-humanos com o ambiente, a existência desse entrelaçamento forma uma malha (que pode ser visível ou invisível) e pode ajudar a entender a ocorrência de palimpsestos (entendido de forma simplista como uma sucessão de eventos no mesmo local) e o reconhecimento de características, ainda que em nível não consciente.

Nessa sucessão de eventos, tem-se a instalação do Sítio Santo Antônio das Alegrias (nome inicial dado ao Sítio do Físico), que ocorreu em algum momento entre 1799 a 1807,¹⁷ ou seja, entre o ano da chegada de Antônio José da Silva Pereira na capitania para exercer o cargo de Físico-Mor da Província do Maranhão, e a data de aquisição de empréstimo feito ao Cofre do Índio para o estabelecimento de benfeitorias no local ao qual ele penhora como garantia desse empréstimo.

Fig. 15 Vista das rampas.
Foto: Acervo IESF (Sem data).

Fig. 16 Vista das rampas.
Fonte: Mello Neto; Mello (1976).

¹⁵ Como ocorre na analogia da teia de aranha utilizada para esquematizar o pensamento conectado em rede.

¹⁶ “uma e a mesma” (tradução livre)

¹⁷ Lembrando que César Marques informa que no ano de 1804 o Físico solicita uma área de terra para construções úteis.

Fig. 17 Vista do curtume e das rampas.
Foto: Acervo IESF (Sem data).

Fig. 18 Curtume antes de ser escavado.
Fonte: Mello Neto; Mello (1976).

Fig. 19 Vista da salina.
Foto: Laura Mendonça Brandão. (2014)

Fig. 20 Vista da salina.
Fonte: Mello Neto; Mello (1976).

Fig. 21 Caeira.
Foto: Acervo IESF. (Sem data).

Fig. 22 Caeira.
Fonte: Mello Neto; Mello (1976).

Fig. 23 Vista do poço e pátio externo.
Foto: Laura Mendonça Brandão (2014)

Fig. 24 Vista do poço.
Fonte: Mello Neto; Mello (1976).

Fig. 25 Registro da atual dos vestígios da casa grande.
Foto: Laura Mendonça Brandão. (2014)

Fig. 26 Registro da antiga casa grande da década de 1980 (atualmente destruída).
Foto: Edgar Rocha - Acervo IESF (Sem data).

As fábricas citadas pelo historiador César Marques na verdade compreendem as ruínas de um complexo industrial de grande porte com aproximadamente 3 hectares de área construída.

Desde a morte de Antônio Pereira (em 1817) até o ano de 1997, esse bem passou pelas mãos de diversos donos. O Governo do Estado do Maranhão chegou a ter a sua posse por um largo período, época marcada inicialmente pela esperança de recuperação da memória, conservação do patrimônio e de revitalização do espaço, no entanto, por último restou o signo do abandono e da depredação, que perdurou até o ano de 2002.

Outra marca desse período em que as ruínas estiveram na posse do governo é o surgimento do interesse da família politicamente proeminente no Estado pelas ruínas do Sítio do Físico, sendo essa prática usual de associação de seu nome a monumentos históricos. Conforme nos lembra Cosgrove:

Um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas as pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é melhor concretizado quando menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum (COSGROVE, 1999, p.104-105 apud CASTRO, 2004).

A pesquisa histórica do Sítio do Físico iniciou-se com as inquietações de Joaquim Cavalcante da Silva (um dos antigos proprietários do sítio), sendo absorvida em parte pela pesquisa arqueológica empreendida na década de 1970, pelo arqueólogo Ulysses Pernambucano, sob encomenda do Governo do Estado, tendo esse arqueólogo realizado apenas o levantamento histórico em arquivos, limpeza, coleta de superfície da área e documentação dos registros encontrados (MELLO NETO; MELLO, 1976).

Existem dois livros publicados sobre esse patrimônio (*O Sítio do Físico: Tentativa de Reconstituição Histórica*, de Jomar Moraes, e *Sítio do Físico: uma história feita de pedras*, de Reinaldo Teixeira Mendes, este último de caráter não científico, sendo, portanto, descartado da pesquisa), uma monografia do curso de História da UFMA (*“Ruínas” de uma indústria: Sítio do Físico, preservação de um Patrimônio Imaterial como lugar de memória*, de Washington Souza Coelho), um projeto de iniciação científica (*Sítio do Físico: O Ecomuseu de São Luís*, de Laura N. N. M. de Sousa) e pesquisas realizadas nos arquivos da cidade por encomenda dos atuais proprietários.

Entre os anos de 1976 e 1996 esta área ficou de posse do Governo do Estado do Maranhão. Nesse período, um dos diversos planos para a área era a construção de um parque botânico com um pequeno zoológico, que acarretaria na desconfiguração das ruínas, mais a instalação de áreas de lazer e reunião dos visitantes.

O projeto não logrou êxito e o sítio foi devolvido aos herdeiros do senhor Joaquim Felício Cavalcante Silva, devido à compra e venda da área nunca ter sido concluída por causa de desacordo de valores atribuídos ao preço do imóvel. Como herança desse período, tem-se a destruição do que havia sobrado da casa grande, após quase duzentos anos.

A partir dessa devolução, após a devida partilha entre os oito herdeiros do anterior proprietário (1997), a área das ruínas do complexo industrial colonial foi adquirida, em 2003, por Edimar Fernando Mendonça de Sousa e, desde então,

juntamente com a sua esposa Maria de Lourdes Nery Mendonça de Sousa¹⁸, inicia-se o processo de transformação do sítio em museu de território, um Ecomuseu.

As pesquisas até então levam a saber que Sítio do Físico é o nome pelo qual ficaram conhecidas as instalações do Sítio Santo Antônio da Alegria. Fundado por Antônio José da Silva Pereira, formado em medicina pela universidade de Coimbra, veio ao Maranhão exercer o cargo de Físico-Mor da Capitania. Ele chegou à cidade de São Luís do Maranhão no ano de 1799 e ficou na cidade até o ano de 1817, data de sua morte.

No cargo de Físico-Mor, Antônio José era uma das pessoas responsáveis pela higiene pública da capitania; ficava ao seu encargo a administração do hospital militar, e seus comissários realizavam as inspeções sanitárias necessárias como das boticas existentes à época, dos abatedouros de gado para consumo da população e dos navios de escravos que aportavam em São Luís (MARQUES, 1970).

A ele também competia cuidar de todos os assuntos de saúde e sanitários pelos quais a Coroa era responsável ou tinha interesse. Era responsável pelo cuidado das vacinas que chegavam, pelo controle de uma epidemia de varíola e, também, chegou a enviar à Corte uma relação das plantas medicinais, descrição, uso e benefícios de conhecimento dos nativos a pedido do Conde de Galveas.

O pagamento recebido como soldo anual de seu cargo de Físico-Mor era de quatrocentos mil reis, a que posteriormente seria acrescentada igual quantia pelo seu trabalho como médico do partido da Câmara (MELLO NETO; MELLO, 1976).

Este pagamento poderia garantir a ele certo conforto, pois estava longe do soldo pago ao governador da Capitania, mas acima da média dos demais beneficiários da Coroa (MORAES, 1980).

Paralelo aos seus cargos, Jomar Moraes (1980) aponta evidências de que o Físico (antiga designação para médico, termo utilizado por se tratar daquele que estudava a physis humana) havia se envolvido com parte da sociedade maranhense, composta por políticos, alto escalão da administração e pensadores, que eram

¹⁸ A quem ao longo dessa pesquisa será referenciada, majoritariamente, como d. Nery.

entusiastas dos ideais revolucionários da França,¹⁹ com apreço especial à figura de Napoleão Bonaparte.

Junto com o Governador D. Francisco de Melo Manuel da Câmara (conhecido como Cabrinha) e o professor de Filosofia Dionísio Rodrigues Franco, eles teriam feito parte do que Moraes conta ter sido a “Conspiração de silêncio”, sobre a qual ele havia encontrado referências no Jornal “O Conciliador do Maranhão”, que foi publicado no período de 1821 a 1823, logo, 4 anos após o falecimento do Físico. Este jornal tinha uma característica de oficial, dando notícias da Coroa, dos territórios vizinhos, além de dar conta de um tímido início de publicidade e classificados, mas, marcado, principalmente, pelo clima político nas páginas de cartas dos leitores.

Durante a pesquisa nesse jornal, não foi encontrada nenhuma referência à chamada “Conspiração de Silêncio”; no entanto, na Biblioteca Pública Benedito Leite em São Luís, onde os exemplares do jornal se encontram, não foram localizadas todas as suas edições, havendo a possibilidade da notícia sobre essa conspiração ser encontrado nas edições arquivadas na Biblioteca Nacional do Brasil, situado no estado do Rio de Janeiro.

Sobre o envolvimento político de Antônio José com figuras destacadas na sociedade maranhense, sabe-se que ele se casou com Rosa Tavares da Silva (então viúva de primeira núpcia), filha de Thomas Tavares da Silva, que fora tesoureiro da capitania e senhor de terras e posses.

Esse casamento, decerto, foi vantajoso para Antônio José, pois, além de adentrar na sociedade ludovicense, ainda poderia contar com as benesses do fisiologismo político brasileiro. Pois, considerando que ele não vinha de uma família tradicional e com posses, nem que sua trajetória acadêmica e sua carreira médica fora marcada pelo brilhantismo (MORAES, 1980), fica difícil imaginar como uma pessoa ganhando o soldo que ganhava teria atingido um patrimônio tão vultoso.

Para se ter ideia, considerando a variação de vencimentos e do preço dos escravos no período (SOUSA, 2011), Silva Pereira teria condições de comprar cerca de 5 escravos anualmente, se revertesse todos seus ganhos para a compra destes. A partir

¹⁹ Segundo Marques (1970, p. 284), o físico não demonstrava “menor reбуço” em ser partidário da causa francesa.

de pesquisas realizadas nos arquivos da diocese de São Luís, sabe-se que o Físico batizou cerca de 93 escravos, que deveriam servir de mão de obra no trabalho no sítio.²⁰ Sem levar em conta o capital necessário para erguer as indústrias e estruturas necessárias para elas.

As pesquisas históricas realizadas para o Relatório de Pesquisa de Arqueologia Histórica e História sobre o Sítio Santo Antônio da Alegria (Sítio do Físico), realizado por Ulysses e Virgínia Pernambucano de Mello, bem como o livro *O Sítio do Físico – Tentativa de Reconstituição Histórica*, de Jomar Moraes, não dão conta da relação entre o Físico e Rosa para além da informação de que houve núpcias entre esses dois personagens, nem conseguiram completar a cadeia sucessória do sítio, admitindo um vazio de dados entre o período de 1817 a 1848.

Durante as pesquisas com inventários *post-mortem* que se encontravam no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, visando à documentação de residentes da cidade de São Luís do período de 1800 a 1850, realizada no final da graduação da autora desta dissertação, foi encontrado o testamento de Rosa Tavares da Silva. Esse achado acabou servindo de subsídio para o projeto de pesquisa de mestrado e clarificou a cadeia sucessória do Sítio do Físico. Até então, pensava-se que Antônio José e Rosa não haviam tido herdeiros.

Rosa escreve em seu testamento:

Declaro que sou natural, desta cidade e filha legítima de Thomáz Tavearez da Silva e de sua mulher Dona [ilegível] Clara. Declaro que fui Casada em primeiras núpcias com o Doutor José Homem de Carvalho, de quem tive uma única filha, a qual é hoje casada com o Desembargador Manoel Bernadino de Sousa e Figueiredo e em segundas núpcias com o Doutor Antônio José Pereira da Silva de quem também tive uma filha, a qual (...) se casou com o tenente Coronel João Antônio da Costa Rodriguez e falecera o ano passado deixando quatro filhos menores. Declaro, pois que se conheça por universais herdeiros das duas terças partes dos meus bens, e como tais os intitulem, a minha filha Dona Anna Margarida de Carvalho Martins Figueiredo e os meus quatro netos: Francisco, José, João e Manuel, filhos de minha filha falecida Dona Antônia Pereira da Silva (...)"

Edição do testamento de D. Rosa Tavares da Silva encontrado em seu inventário post-mortem, folha 41, 1858, Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão.

²⁰ A tradição oral informa que viviam no Sítio 600 escravos.

Em seu testamento, não consta as terras do Sítio Santo Antônio da Alegria, que fora posse de seu marido, local onde construiu o que pesquisas indicam ser a primeira indústria planejada do país, cujas ruínas subsistem até hoje e é objeto de estudo neste trabalho.

Não foi encontrada também a data de terra da localidade ao Físico (somente uma nas terras do Mearim, onde a família da esposa também possuía terras) e os primeiros registros de imóveis encontrados nos cartórios da cidade são posteriores ao período em que o Físico viveu em São Luís (SOUSA, 2011), logo, os primeiros registros referentes ao sítio encontrados em cartório são referentes aos netos do Físico e Rosa, filhos de sua filha Antônia com o Coronel Costa Rodrigues.

Sendo sua única herdeira mulher e tendo ela se casado e gerado herdeiros, estes levaram o sobrenome do pai, possivelmente, por este motivo se ignorou o fato de que, pelo menos até 1876, o sítio continuou na família do Físico.

Mas afinal, o que se tinha nesse sítio?

O historiador maranhense César Marques afirma que ali o Físico “levantou grandes muros, edificou muitas casas e fundou fábricas para curtir couros, descascar arroz, e fabricar cera, cal etc.” (MARQUES, 1970). A obra de Mello Neto e Mello (1980, p. 90) identifica “comprovadamente instalada na área estudada do Sítio do Físico, um grande curtume, apoiado por equipamentos complementares indispensáveis ao funcionamento dele, como são os fornos de cal”, não sendo identificadas fábricas como de cera e beneficiamento de arroz, mas a documentação referente à ocupação dos herdeiros do físico que indicam o funcionamento de uma fábrica de fogos de artifício e de fabricação de cal.

Trata-se de uma grande área construída – cujas instalações poderiam ser maiores, se se considerar estruturas esparsas e hoje perdidas na mata – cuja construção demonstra a existência de um planejamento engenhoso, levando em conta a localização estratégica do local e as características do terreno, existindo a possibilidade de ter sido construída em etapas, e percebe-se uma preocupação voltada para questões de segurança e subsistência do complexo.

Marcadamente, tem-se um conjunto com uma casa grande e seu poço, sistema de rampas de acesso amplo o suficiente para circulação de um pequeno carro de boi,

diversos tanques agrupados em diferentes áreas do complexo, um curtume com 56 tanques, dois fornos, três poços, conjuntos de salas e uma caieira, disponibilizados em um espaço de 3 hectares e cercados por um muro que hoje não existe mais do que vestígios esparsos.

Não se tem uma data certa de quando esse complexo industrial ficou pronto e começou a funcionar. Pela documentação, sabe-se que Antônio José pediu em 1808 um empréstimo ao Cofre dos Índios no valor de um conto de réis, dando como fiança o sítio Santo Antônio da Alegria.

Diante da monumentalidade da construção, um autor maranhense chegou a compará-la com as pirâmides, enquanto alguns acadêmicos imaginaram primeiramente se tratar de uma estação baleeira, como de fato no século XIX houve pedidos à Coroa de permissão para exploração desse tipo de pesca no litoral do Maranhão,²¹ enquanto um professor de medieval identificou as construções com uma estrutura de fortificação.

O curtume deveria ser abastecido pelas criações de gado das fazendas do Mearim, tanto da família de Rosa quanto da data de terra que posteriormente o Físico recebeu da Coroa. Além disso, segundo conta Verônica P. Pires e família, eles seriam descendentes de um sobrinho ou parente relativo do Físico que veio de Portugal passar um tempo com o tio. Segundo esse relato, esse parente ajudava o tio, viajando rio acima e abaixo com uma barca, comprando couro *in natura* e vendendo o material curtido e beneficiado, além de sabão, cera e outros materiais.²²

Sabe-se que o processo de curtimento do couro demanda o uso de sal, cal e demais materiais (MELLO NETO; MELLO, 1976), explicando e justificando a presença da caieira e dos tanques de captação de sal. Vale ressaltar que os proprietários que sucederam o Físico sempre são lembrados pelo fabrico de cal.

As fábricas de descascar arroz e o fabrico de cera, apesar de não se ter comprovação arqueológica, uma vez que as evidências materiais existentes são fracas, podem ser especuladas pelo fato de que o arroz era um dos principais produtos de

²¹ Para mais informações, conferir documentos do Arquivo Histórico Ultramarino relativos ao Maranhão.

²² Relato oral colhido em reunião com a família Pereira Pires em fevereiro de 2015, sem comprovação documental. Estiveram presentes nessa reunião: Darci Aquino, Nair, Benedito e Maria do Rosário. O relato se mostrou consistente com dados da pesquisa histórica, com um único porém recaído sobre a temporalidade, seguindo a ordem de [descendência](#). [Faltou](#) na história colhida uma geração.

exportação do Maranhão no período e de que ele era abundante na região dos rios da Baixada Maranhense por onde circulavam as barcas que levavam a matéria-prima para o curtume, então pode haver sentido ter-se uma estrutura pelo menos para o consumo interno de quase uma centena de escravos.

De evidência dessa indústria, encontram-se algumas pedras mós pelo sítio. Trata-se de grandes rodas talhadas em pedras de cantaria/lioz²³ que serviam para compor moinhos onde se realizavam o beneficiamento de grãos ou o tritramento de materiais. As peças encontradas possuem um diâmetro variado entre 90 cm a 110 cm de raio e um peso superior a 90kg.

Fig. 27 Pedra mó encontrada no sítio.
Fonte: Arquivo IESF (Sem data)

Por sua vez, o fabrico de cera pode ser suposto uma vez que o sebo do boi – também encontrado como produto derivado do refugo do curtimento do couro – era, e é até hoje, uma das matérias-primas para o fabrico de velas de cera. Ainda assim, essas explicações ainda são um exercício especulativo para responder essas indagações.

²³ As pedras de cantaria como são comumente chamadas na ilha de São Luís são conhecidas também pelo nome de pedras de lioz; eram pedras que vinham nos navios europeus como lastro e que serviam como material para construção quando chegavam na América. Tratava-se de um material apreciado pelas classes mais abastadas da cidade e seu emprego servia como símbolo de distinção em uma construção, muito utilizado no batente de portas e janelas, além de colunas e adornos – principalmente se considerarmos que, pela formação rochosa da ilha, o material lítico nativo disponível não servia para o mesmo emprego, ficando quase que exclusivamente para a construção de muros e paredes. Enquanto a denominação “de cantaria” faz referência ao transporte dessas pedras, que ficariam “cantando” nos porões dos navios indo para lá e para cá com as ondas, o termo “de lioz” faz referência à proveniência desse material.

Calcula-se, com base nos relatos orais passados por seu Joaquim Felício para os proprietários posteriores a ele,²⁴ que o sítio deixou de ser uma unidade produtiva de grande volume em meados do século XX. Produzindo, a partir de então, carvão, farinha, frutas e fazendo plantio de roças, realizadas no mesmo espaço desde a ocupação da família de seu Joaquim e local onde se encontra a maior quantidade de louça, material vítreo e grés, além de descarte variado de quase meio século, sem a presença de uma estratigrafia definida, estando o material na superfície.

Seu Joaquim Felício foi o primeiro proprietário a olhar o sítio de modo preservacionista. Foi, também, o primeiro pesquisador do sítio. Jornalista, autodidata, pesquisou a fundo a figura do Físico, sendo a fonte primária para as pesquisas de Ulysses e Virgínia Pernambucano de Mello.

Ele teve a oportunidade de entrevistar negros e descendentes de escravos que trabalhavam no sítio na época do Físico. Escreveu muitas histórias para o *Jornal Pequeno*,²⁵ mas grande parte dos seus escritos se perdeu, ficando a maior parte da sua memória nos relatos de sua filha Raimunda (também já falecida) e do atual proprietário, senhor Edimar, herdeiro não só do sítio, mas também do seu ensejo preservador.

Chegamos então à história recente do sítio. O desejo do atual casal de proprietários de preservar essa parte da história e memória, que marca por sua monumentalidade e que suscita tantos levantamentos, e de acreditar na mudança social do seu entorno por meio da cultura e do trabalho comunitário, foi a pedra fundamental da constituição do Instituto Ecomuseu Sítio do Físico.

A definição do ecomuseu enquanto tal surgiu de uma sugestão realizada por João Batista Brussolo, um comunicador que, em 2006, visitara o sítio na época do (re)descobrimento do Sambaqui do Bacanga.²⁶ O conceito de ecomuseu era novo e completamente desconhecido aos interessados na discussão sobre a melhor forma de se preservar o Sítio do Físico na época, mas as buscas e pesquisas sobre tal conceito mostraram que essa tipologia de museu seria extremamente apropriada para se aplicar.

A imagem que abre o capítulo nos informa que as ocupações humanas não estão necessariamente sobrepostas exatamente num mesmo espaço delimitado específico,

²⁴ Cf. Cadeia sucessória do sítio no Anexo A.

²⁵ *Jornal local da cidade de São Luís.*

²⁶ Relato oral colhido junto à d. Nery (proprietária do sítio) em dezembro de 2015.

mas, de forma alguma podemos deixar de correlacioná-las e ignorar o espaço compartilhado.

Se o grosso da atual ocupação se dá às bordas do parque onde se encontram o sítio, não ignoramos que as pessoas circulam e interagem com a paisagem local. Esse entendimento ajuda a conformar o entendimento do Ecomuseu e seu território de atuação.

Ao invés de tratar o Pólo Coroadinho, região da cidade fronteiriça que circunscreve parte do entorno do Parque Estadual do Bacanga e está localizada próxima aos sítios arqueológicos estudados, como algo periférico aos sítios e sem referenciais museológicos para se tratar, a escolha pela tipologia do Ecomuseu traz a comunidade para o centro das ações desenvolvidas no seu âmbito.

O processo atual de ocupação do entorno do parque começa por volta da década de 1970, em que a cidade de São Luís (devido a uma política dita progressista²⁷ e ao fluxo de migrantes do interior do estado e de estados vizinhos em busca de melhores condições de vida) passou por um crescimento contínuo passando de pouco mais de 265 mil habitantes (ESPÍRITO SANTO, 2006) para uma atual população estimada em cerca de 1 milhão de habitantes.

Em 1980, ano de criação do Parque do Bacanga ainda não existiam a quantidade de vilas e pequenos bairros que hoje compõe o Pólo Coroadinho; será a partir da década seguinte que o Parque sofrerá com as pressões demográficas.

Assim, podemos caracterizar a ocupação atual como recente, remontando não mais do que 30 anos; sendo extremamente populosa, abrigando aproximadamente 5% da população de São Luís segundo dados do IBGE. Onde se presencia a falta de políticas públicas e gestão dos equipamentos públicos encontrados no Polo (como o próprio Parque Estadual do Bacanga e o Viva Coroadinho), agravando o contexto conflituoso relacionado ao assentamento na área.

²⁷ E como nos lembra Odalice Priosti (2002): “A ideologia do progresso traz, em contrapartida, um certo menosprezo pelo patrimônio”.

A população do bairro, predominantemente, possui baixa renda e baixa escolaridade – sendo um grande desafio a evasão escolar²⁸ – precisando se deslocar do bairro todos os dias para exercer seu ofício e/ou estudar e conviver com a má-fama do local e com diversos níveis de violência. Em meio a esse cenário, diversas iniciativas e instituições comunitárias surgiram para modificar essa dura realidade por meio de pleitos de cidadania e também por meio de expressões artísticas, culturais e desportivas. Tratam-se de associações de moradores, clube de mães, grupos de dança, grupos de artesanato, diversas pessoas engajadas em trabalhos comunitários e, por fim, o Ecomuseu Sítio do Físico.

O capítulo a seguir é um resumo das referências técnicas, acadêmicas, específicas da área de museologia que se buscou para instrumentalizar esse desejo, além de informar mais sobre o território de atuação do Ecomuseu e como se dá a relação com a comunidade.

²⁸ Conforme depoimentos ouvidos em várias escolas no bairro, como também relatou a professora Luiza Silva, diretora do Centro de Ensino Dorilene Silva Castro, que disse que os pais não incentivam os filhos a estudarem pois eles (os pais) não possuem o Ensino Médio e estão sobrevivendo.

2. MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA: Conceitos museológicos e aproximações com a disciplina Arqueológica

Definir é, sobretudo, expressar um ponto de vista, registrar uma análise resultante de uma experiência e propor um caminho de percepção a partir de um olhar subjetivo e contaminado pelas artimanhas da própria formação patrimonial.

Cristina Bruno, 2008

Neste capítulo, serão abordadas as questões relativas à musealização, passando pela discussão dos conceitos, da legislação específica e das interfaces com a Arqueologia, conceito de patrimônio – gestão e conservação, além de discutir os documentos que fundamentam a Nova Museologia, a Política Nacional de Museus e o Plano Nacional Setorial de Museus e o Estatuto dos Museus. Para aprofundar a discussão sobre a Sociomuseologia, apresenta-se o conceito de território, ecomuseu, comunidade, ação comunitária e a relação com a comunidade passando pela função social do arqueólogo a partir da discussão do currículo dos cursos de Arqueologia e seu papel na preservação do patrimônio arqueológico.

2.1 Sobre conceitos e legislação

Se a imagem recorrente do arqueólogo nos dias atuais é caracterizada pelo trabalho em campo, pela interface com trabalhos antropológicos, pela execução de estudos de impacto ambiental, muito se desconsidera a etapa de laboratório²⁹ e o caminho que as peças percorrem após essa etapa, em que muitas acabam parando em reservas técnicas de instituições museológicas. Mas a interface entre o trabalho do arqueólogo e os museus ocorre para além deste “fim”. Principalmente quando se lembra que os museus também são instituições de pesquisa e de extensão.³⁰

Arqueologia e Museologia possuem diversos caminhos de ligação e interfaces de estudo, podendo ser consideradas disciplinas primas-irmãs. A Arqueologia surge no âmbito do colecionismo e se eruditiza³¹ nos gabinetes de museus. Um olhar atento à sua

²⁹ Via de regra a cargo de estagiários ou pessoas que estão entrando na área.

³⁰ Ainda que tal fato seja ignorado ou esquecido por grande parte dos envolvidos.

³¹ No sentido de criar corpo teórico e profundidade para além dos grandes achados, até se formar enquanto disciplina.

história coloca no seu devido lugar a colaboração dos trabalhos desenvolvidos fora do campo, a partir da análise de coleções de museus. Como exemplo de contribuições importantes tem-se a criação das três idades (Idade da Pedra, do Bronze e do Ferro), que se consolidam a partir do estudo de C. J. Thomsen sobre as coleções do Museu Nacional de Copenhague, desenvolvido durante a reorganização da exposição desta instituição.

A Arqueologia apartada da Museologia causa distorções e distanciamento com a sociedade, abre brecha para o questionamento do porquê de sua necessidade, uma vez que ela se torna um ambiente fechado entre seus pares, com potenciais gastos de recursos em pesquisas a serem “enterrados” em reservas técnicas, que vão acumulando problemas – principalmente se não tiverem um bom gerenciamento – e, por fim, se tornam ininteligíveis para pessoas de fora da área que passam a questionar por que manter tais gastos, qual a necessidade disso.

Tendo este panorama em vista, neste trabalho, a pedra de toque entre essas duas disciplinas será a questão patrimonial. Uma leitura ampla e geral da Constituição Federal do Brasil (art. 246) leva à interpretação de que ela considera todo e qualquer material arqueológico como patrimônio, bem da união, logo, encontra-se protegido independentemente de processo de tombamento ou quaisquer outros mecanismos de salvaguarda.

Por sua vez, como já foi prenunciado, considera-se que a salvaguarda global, para além da guarda e acomodação das peças arqueológicas em um depósito, do patrimônio arqueológico obtém maior sucesso quando está sob os auspícios da ação da Museologia, dos seus processos de salvaguarda, de educação, de exposição, de armazenamento, de documentação, pesquisa e comunicação.

Assim, é possível trabalhar com a perspectiva de musealização da Arqueologia, sendo o processo de musealização a “operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal – isto é, transformando-a em musealium ou musealia, em um “objeto de museu” que se integre no campo museal” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013).

Tem-se então um quadro simplista em que, para a Arqueologia, enquanto ciência, importa o saber extraído da cultura material, mas, enquanto ramo de trabalho,

no Brasil, ela responde à necessidade de preservação do patrimônio, ficando a cargo do perfil da equipe de pesquisa envolvida no projeto as definições de como ocorrerá a salvaguarda, a comunicação, e demais atividades derivadas, não sendo obrigação direta do profissional arqueólogo resolver essas questões³² (salvo quando tais procedimentos estão previstos no projeto da pesquisa). É nessa medida que o suporte museológico ajuda a buscar os melhores caminhos na promoção da preservação do patrimônio arqueológico. Esta dissertação busca enveredar em um deles, tendo como suporte a Arqueologia, a Museologia e a Comunidade.

O conceito de *patrimônio* abordado por esta pesquisa é entendido como “o conjunto dos bens **identificados** pelo homem, a partir de suas **relações** com o meio-ambiente e com outros homens, e a própria **interpretação** que ele faz dessas relações” (BRUNO, 1996, grifo nosso). Passa-se de uma noção legalista, materialista, dado o significado etimológico de patrimônio como um ‘bem’, uma posse, para um horizonte ampliado e relacional, que admite a subjetividade das escolhas humanas e sua análise pelas Ciências Humanas/Sociais.

E é esse conceito que serve de fio condutor entre os trabalhos que surgem da interface entre Arqueologia e a Museologia, no âmbito do Ecomuseu Sítio do Físico, local de ação e experimentação desse projeto e de outros referentes a essas áreas do conhecimento em São Luís do Maranhão.

Existe um histórico de museus com acervos arqueológicos, mas sem pesquisas arqueológicas em seu programa (ou, ainda que um dia porventura houvesse um estímulo à pesquisa tendo em vista a constituição de acervo, nos dias atuais não há mais),³³ somado a isso, tem-se no país a proliferação de obras de grande impacto ambiental que demandam a pesquisa arqueológica, cujo cenário é propício para a acumulação de acervo, via de regra, tido como um problema fora da esfera do arqueólogo.

Segundo Cristina Bruno (2012), a Musealização da Arqueologia faz parte de um passado que herdamos, com características internacionais e particularidades nacionais.

³² Encontrando-se concepções morais e éticas a parte.

³³ Não por acaso o texto da Política Nacional de Museus (2007) fala na revitalização do setor a partir de 2003, com a mudança de governo entre o PSDB, de Fernando Henrique Cardoso para o PT, de Luiz Inácio Lula da Silva. Vale lembrar que, novamente, percebe-se um enfraquecimento do setor da cultura, com o governo do PMDB, de Michel Temer.

A autora propõe pensar uma Arqueologia Musealizada, o que leva à interpretação de que o pensamento por trás do referido conceito recai na concomitância desse processo, talvez relativo ao fato de que “os museus de Arqueologia representam uma exceção, ao musealizarem, simultaneamente, os processos de trabalho e o objeto de estudo” (BRUNO, 1999), demandando assim um ponto de virada, de museus com Arqueologia para museus arqueológicos.

Observa-se que vale ainda a fala:

Nos últimos anos, discutir perspectivas para sítios arqueológicos representa, ainda, avaliar questões de ecologia e urbanismo, entender o impacto sociocultural dos programas de turismo e ponderar sobre a importância da educação centrada nas expressões patrimoniais, entre muitas outras abordagens (BRUNO, 2005).

Perpassando a ideia de Musealização da Arqueologia, há a marca de uma “estratigrafia do abandono”, conforme denuncia Bruno (2005). Trata-se de uma desarticulação entre as fontes arqueológicas, conjuntos patrimoniais e demais profissionais das ciências humanas na construção de narrativas sobre o país.

No Sítio do Físico, há marcas dessa estratigrafia, tanto em nível de políticas públicas, quanto de desarticulação acadêmica, em pelo menos três ocasiões, como se pode ver a seguir.

O livro de Jomar Moraes foi derivado de uma intenção inicial de se fazer um museu das indústrias do Maranhão. A intenção não logrou sucesso e, com a posse da área pelo Estado, teve-se a intenção de realizar lá um Parque Ambiental, dentro do bojo do Projeto Praia Grande, iniciado em 1979.

Fig. 28 Estudo e projeto para o Museu Ambiental do Sítio do Físico.
Fonte: Arquivo do IESF. (Sem data)

Fig. 29 Planta das Ruínas do Estudo e projeto para o Museu Ambiental do Sítio do Físico.
Fonte: Arquivo do IESF. (Sem data)

A proposta contava com a restauração das ruínas, seguida por um trabalho paisagístico e a implementação de um zoológico e outros aparelhos culturais, tais como uma concha acústica.

Desse projeto, a única coisa concreta que resultou foi a confecção de uma maquete. Nela, pode-se perceber que a casa grande continuava parcialmente de pé. Atualmente, esta maquete encontra-se alojada no Solar da Marquesa, prédio público, aberto para visitação, que abriga, entre outras coisas, diversas maquetes e materiais derivados do Projeto Praia Grande.

Fig. 30 Maquete do projeto do Museu Ambiental. Autor desconhecido. Foto, Laura Mendonça Brandão (2015).

Fig. 31 Mapa da maquete do projeto do Museu Ambiental. Imagem de autor desconhecido. Foto: Laura Mendonça Brandão (2015).

Dentre os trabalhos acadêmicos de intervenção propostos para a área do Sítio, figura o de Caroline Buhatem, com a Proposta de revitalização do Sítio do Físico; realizado em 2005 pela Universidade Ceuma, sob a orientação de Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão. O objetivo desse trabalho foi tornar o local como um centro de lazer e cultura (com um edifício para restaurante, anfiteatros, quiosques, trilhas, edifício para a estufa, hortas, decks bar, quadras, brinquedotecas) e restauração das ruínas existentes; assim, o olhar sobre a preservação patrimonial se resume a conservação das ruínas. Como é possível ver na ilustração abaixo, tal proposta

descaracterizaria o local como área de salvaguarda e preservação e traria um novo foco para o local, voltado para o lazer e o turismo.³⁴

Fig. 32 Projeto arquitetônico de Caroline Buhatem.
Imagem de: Caroline Buhatem (2005).

Outro trabalho de pesquisa, da década de 1980, realizado na área, foi o do professor de Antropologia Olavo Correa Lima, que encontrou e batizou o Sambaqui do Bacanga. Após suas visitas e pesquisas na área, o sambaqui foi esquecido e dado como desaparecido. Até ser relatada a existência de um local “cheio de conchinhas no chão” por José Pedra, então caseiro, para dona Nery, proprietária do sítio, no ano de 2005. Após visitar esse local, dona Nery reconheceu-o como sendo um sambaqui, a partir da lembrança do conhecimento adquirido na escola, reportando tal achado ao Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, e a partir de então surge o interesse no estudo desse sítio.

Pensando na gestão e conservação desse tipo de patrimônio, diversos documentos no âmbito nacional e internacional funcionam (se não como instrumentos factíveis,³⁵ ao menos) como parâmetros legais para identificação e proteção do que seria patrimônio e fazem referência tanto à disciplina museológica como arqueológica. Percebe-se a ampliação desse conceito, bem como as preocupações de cada período a partir de um olhar sobre esses documentos.

³⁴ Tal trabalho se torna um perfeito exemplo do que Silberman (2007) e Meneses (2007) criticam e que será abordado no próximo capítulo.

³⁵ Café (2012) apresenta didaticamente a tipologia desses documentos, resumindo: as cartas e resoluções sem efeitos legais, resoluções atentam para medidas efetivas, e convenções são documentos jurídicos.

Durante o processo de constituição do Ecomuseu, esses documentos serviram de balizas para a constituição da instituição que se queria, pois, além de serem documentos oficiais e/ou formadores da disciplina museológica, eram também os mais acessíveis para compor o debate que começava a surgir em torno da questão museológica do patrimônio que se tinha, considerando a disponibilidade do que se encontra na internet, em obras do próprio IPHAN e a realidade em que o Ecomuseu se encontra, localizado em um estado periférico, em que inexistem cursos de formação na área.

Considerando o Sítio do Físico como um bem tombado pelo IPHAN como patrimônio histórico, arqueológico e paisagístico, tomou-se como documentação importante a:

- Recomendação de Nova Déli – Arqueologia – 1956.

Define pesquisa arqueológica como “todas as investigações destinadas à descoberta de objetos de caráter arqueológico” e considera como bens protegidos qualquer vestígio cuja conservação seja de interesse público. Discorre sobre princípios gerais de proteção do patrimônio arqueológico, educação do público, entre outros. Além de pautar sobre o regime das pesquisas e colaboração internacional.

Podem-se ver refletidos seus princípios gerais na legislação brasileira sobre o tema, desde a previsão de autorização para pesquisa à necessidade de um serviço centralizado pelo Estado para a administração das pesquisas, que incorreram no processo de tombamento do Sítio do Físico.

- Carta de Veneza – Monumentos e Sítios – 1964.

A leitura dessa carta se faz importante para a preservação do Sítio do Físico, pois nela temos a definição de diversos termos que são comumente utilizados ao se referir a esse espaço.

Essa carta sentencia que monumentos são “portadores de mensagem espiritual do passado” e “perduram no presente como testemunho vivo de suas tradições seculares”. Define monumento como: “criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico”. E se estende a criações modestas com significado cultural, abarcando assim o tradicional e o popular.

Fala sobre conservação e restauração e retoma a recomendação de Nova Déli sobre escavações.

Redigida durante o Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, com um preâmbulo quase poético e uma grande preocupação com a preservação, possui um caráter indicativo, constituída de princípios-guia e diretrizes e não de artigos prescritivos.

De certa forma, o condicionamento dado para a conservação de monumentos pode ser visto com um calcanhar de Aquiles para os monumentos brasileiros que, em grande parte, não contam com a manutenção permanente a qual a carta evoca.³⁶

- Compromisso de Salvador – 1971.

Importa para o tema abordado pois trata-se do registro de uma reunião de âmbito nacional com a presença de políticos brasileiros, governadores, prefeitos, entre outros, manifestando apoio a *“políticas de proteção aos bens naturais de valor cultural, principalmente paisagens, parques naturais, praias, acervos arqueológicos, conjuntos urbanos, monumentos arquitetônicos, bens móveis, documentos e livros”*, seguida de uma série de recomendações, entre elas, o desenvolvimento da indústria do turismo voltado ao monumentos naturais e culturais, a adoção de convênios entre o IPHAN e universidades e a criação do Ministério da Cultura³⁷.

A carta em vários momentos sugere a via da descentralização, com recomendações de criação de secretarias ou fundações estaduais, centros de estudos voltados ao patrimônio natural e cultural no âmbito das universidades e da inclusão dos cursos de estudos brasileiros e museologia no 2º grau – Ensino Médio – para suprir a necessidade de tais serviços onde não haja o ensino superior. Percebe-se que dentre essas recomendações somente a criação de secretarias e/ou fundações foram efetivadas.

³⁶ Problema do qual as ruínas do Sítio do Físico também padecem. O reestabelecimento da posse privada do terreno fez com que o governo, em seus vários âmbitos, se desobrigasse da salvaguarda, sob a desculpa de que não poderia investir dinheiro público em bem privado, menosprezando o fato de que as ruínas constituem um bem patrimonial tombado. Vale lembrar que: no período em que as ruínas estiveram na posse do Estado, estas sofreram notória dilapidação e foram igualmente ignoradas, alegando-se outras escusas.

³⁷ De certa forma, tão recente e tão ameaçado no quadro político atual, vide a ameaça de rebaixamento e/ou fusão que sofreu durante o início do governo do PMDB de Michel Temer, além de sofrer com o persistente fisiologismo da política nacional.

Qual não seria o quadro hoje se as demais recomendações tivessem sido efetivadas?

- Resolução de São Domingos – OEA – 1974.

Gestada no Seminário Interamericano sobre Experiências na Conservação e Restauração do Patrimônio Monumental dos Períodos Colonial e Republicano, pela Organização dos Estados Americanos (OEA), sua preocupação concerne aos centros históricos. Este documento não aborda, a rigor, temas que seriam utilizados na preservação do Sítio do Físico, mas ajudam a clarificar o porquê de certas decisões tomadas no âmbito da preservação patrimonial na cidade de São Luís, onde se encontra o sítio.

Versa sobre a defesa do patrimônio monumental latino-americano, fazendo recomendações no plano social, econômico, na preservação monumental e traz propostas operativas. A preocupação pelo social recai sobre a criação de políticas de habitação e resgate dos centros históricos;³⁸ nessa esteira, o econômico preocupa-se com incentivos públicos para a recuperação dos centros históricos. As propostas desse documento incidem sobre a criação de inventários de monumentos, programas de educação escolar, da possibilidade do turismo como meio de preservação entre outros.

- Carta de Lausanne – ICOMOS/ICAHM – 1990.

Esta carta para a proteção e gestão do *patrimônio arqueológico* é um documento primordial na preservação do mesmo, sendo sua leitura de fundamental importância para a preservação e gestão do Sítio do Físico.

Ela define patrimônio arqueológico como:

a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados.

³⁸ Ainda que estudos não façam essa correlação, podemos perceber que seguindo essas diretrizes, temos em São Luís – MA, o Projeto Reviver, focado na preservação do bairro da Praia Grande onde se encontra grande parte dos casarões estilo colonial da cidade. Foi iniciado em 1987 pelo governo do Estado, sendo um dos fatores que levaram a UNESCO a conceder o título de Patrimônio Mundial a cidade em 1997.

Em suas políticas de conservação versa sobre a fragilidade desse patrimônio e, ao falar sobre legislação e economia, defende que “A legislação deve fundar-se no conceito de que o patrimônio arqueológico constitui herança de toda a humanidade e de grupos humanos, e não de Indivíduos ou de nações”. Discursa sobre a obrigação do inventário e sobre as intervenções no sítio, ressaltando a utilização de métodos de intervenção não destrutivos.

Destaca sobre a conservação *in situ* como objetivo fundamental e o estímulo ao engajamento e a participação da população local, indicações que o Ecomuseu e seus trabalhos visam a seguir.

Sobre este ponto, esta carta reconhece que: “A preservação de sítios e monumentos se dará necessariamente de forma seletiva, uma vez que os recursos financeiros são inevitavelmente limitados”. Toca na questão sobre o acesso público a esse patrimônio, sendo prevista sua apresentação (relacionada às origens do povo ao qual ele se relaciona), informação (que deve ser atualizada) e possível reconstituição (reconhecidas como tais, não devendo ser confundidas com as autênticas manifestações patrimoniais, sendo importantes para fins de pesquisa experimental e pedagógica).³⁹

Considerando os pontos acima citados, percebemos a construção de possíveis relações entre essas determinações e a filosofia da ecomuseologia.

- Declaração de Quebec – 1984.

Formaliza bases do movimento da Nova Museologia, tendo como interesse primário o desenvolvimento das populações e preocupações de ordem científica, cultural, social e econômica. Demanda o reconhecimento do movimento e a adoção na tipologia de museus das novas formas museológicas, bem como seu reconhecimento pelos poderes públicos.

- Declaração de Caracas – 1992.

Remete ao vigésimo aniversário da Mesa-Redonda de Santiago do Chile, como uma atualização e renovação dos compromissos desta. Coloca como prioridade a relação dos museus com a comunicação, o patrimônio, a liderança, a gestão e os recursos humanos. Entre as recomendações estão: o desenvolvimento de uma linguagem que

³⁹ Como identificou Antas (2013), “No fundo o artigo 7.º da Carta de Lausanne está a descrever o papel da **comunicação educativa nos museus de arqueologia**. (Grifo do autor).

promova o diálogo ativo, o enfoque no presente, a valorização do entorno e contextualização das coleções, que o museu assumisse como gestor social, entre outras.

Em âmbito nacional, temos como balizas legais (além da Constituição Federal de 1988; artigos 215 e 216):

- Política Nacional de Museus – PNM.

Toma corpo em 2003, a partir de um amplo debate sobre o tema e os documentos “Carta do Rio Grande” e “Imaginação museal a serviço da cultura”. Seu funcionamento é creditado ao apelo “de movimento social, de ação que extrapola as molduras políticas convencionais” (BRASIL, 2007, p. 22) e nela se encontram 7 eixos programáticos que norteiam ações e políticas de fomento para as áreas de: gestão e configuração do campo museológico; democratização e acesso aos bens culturais; formação e capacitação de recursos humanos; informatização de museus; modernização de infraestruturas museológicas; financiamento e fomento para museus; e aquisição e gerenciamento de acervos museológicos. Foi responsável por uma revitalização do setor, propiciando muitas reformas em diversas instituições por meio da abertura de editais e, de certa forma, o diálogo entre as instituições com o fomento ao surgimento de sistemas e redes de museus.

O impacto da PNM no setor museal de São Luís do Maranhão se faz presente, principalmente no que envolve o Ecomuseu Sítio do Físico, no engajamento dos museus para criação de redes e ações coletivas, o que proporcionou um contato entre aquele grupo inicial de pessoas que debatiam a preservação do Sítio do Físico, que era totalmente de fora do circuito museal, com a temática dos museus, permitindo a essas pessoas amadurecer o conhecimento sobre o setor por meio do diálogo, das trocas e do auxílio prestado por pessoas de outras instituições, possibilitando que hoje o Ecomuseu também possa integrar e auxiliar nas ações coletivas e novas instituições que surgiram. Os responsáveis pelo processo museológico que se pensava introduzir buscaram também informações participando das formações do Fórum Nacional de Museus, a partir da sua segunda edição e demais formações no segmento.

- Plano Nacional Setorial de Museus – PNSM.

Surge no bojo dos eventos das discussões do PNM, sendo sancionado em 2010, e para ele são pensados 5 eixos estruturantes e 9 eixos setoriais de museus que são

perpassados por 9 temas transversais. O PNSM deverá ser atualizado com planejamento participativo e integrar as políticas de governo, adequando-se aos moldes do Plano Plurianual (BRASIL, 2010, p. 23).

Com propostas práticas de resultados quantificáveis, o PNSM permite avaliar o setor e o sucesso das metas estabelecidas para ele. São marcos que, ainda que mudem pontualmente com o deslocamento do interesse do setor e/ou dos governantes, não podem ser deixados de vista. Um dos pontos sensíveis do plano é que muito dessas estratégias, diretrizes e ações dependia de ações de cima para baixo.

Mesmo que alguns museus de São Luís tenham sido contemplados com um ou outro edital e se tenham oferecido cursos de capacitação de curta duração para pessoas do setor e interessados – dos quais as pessoas do Ecomuseu puderam participar –, promovidos no bojo do plano, muitas das ações previstas por ele não ocorreram,⁴⁰ principalmente em locais periféricos do centro de poder político-econômico como a cidade se encontra. Outrossim, a expectativa de resultados passa a impressão de uma padronização de qualidade e estilo que não reflete a realidade da diversidade encontrada no país.

- Estatuto de Museus (Lei n.º 11.904, de 14 de janeiro de 2009.)

Estabelece definições básicas para o setor, como o próprio conceito de museu sendo considerado como:

As instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Legisla sobre as áreas básicas do museu e define plano museológico como “ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador”, devendo conter os Programas: a) Institucional; b) de Gestão de Pessoas; c) de Acervos; d) de Exposições; e) Educativo e Cultural; f) de Pesquisa; g) Arquitetônico-urbanístico; h) de Segurança; i) de Financiamento e Fomento; j) de Comunicação. Além de ordenar a colaboração entre entidades sociais e entidades museais e sobre o Sistema de Museus.

⁴⁰ Em parte devido ao momento político-econômico no qual o país ingressou.

- Decreto n.º 8.124, de 17 de outubro de 2013.

Regulamenta o Estatuto de Museus, estabelece definições sobre bens culturais, coleção visitável, processo museológico e outros. Institui as competências do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM e instrumentos da Política Nacional de Museus e legisla, entre outras coisas, sobre a organização dos museus.

Além de instituir que os projetos e ações relativas à acessibilidade universal devem estar contidos no escopo de todos os programas, acrescenta o Programa Socioambiental, em concordância com o Plano Nacional Setorial de Museus – PNSM, quanto à sua preocupação com as comunidades e quando ele fala em serviços socioculturais e desenvolvimento sustentável.

Tanto do Estatuto dos Museus quanto o decreto que o regula e suas definições incidem diretamente em questões de segurança jurídica e em obrigações das instituições, com um ou outro ponto mais polêmico. Pode-se considerar como o principal impacto nas instituições museais a obrigatoriedade do plano museológico como documento básico da instituição. De mera formalidade, tal obrigatoriedade pode ser a ferramenta necessária para se causarem verdadeiras revoluções nas instituições caso sua elaboração leve em conta um diagnóstico institucional e que todo o processo seja colaborativo e amarrado entre todos os setores institucionais.

Tal formalidade (para ecomuseus como o Sítio do Físico, museus comunitários e instituições horizontais), vista até certo ponto como hierárquica, burocratizante, precisa passar por um processo de assimilação e adaptação a contextos diversos, que não se encaixariam mais a um modelo tradicional, fazendo com que se reflita o ser e o fazer de cada instituição. Seguir as diretrizes requeridas pelo Estatuto dos Museus representa uma tarefa árdua para instituições não tradicionais, considerando o caráter comunitário e horizontal, característico destas.

Comparando com os dispositivos internacionais, percebemos que os parâmetros nacionais são de implementação recente, que bebem de toda a discussão desenvolvida em âmbito nacional e internacional e, por serem mais que meramente sugestivos e possuírem um caráter governamental/legal, precisam ser debatidos e pensados para a realidade brasileira.

2.1.1 Sociomuseologia

No processo de desenvolvimento do pensamento museológico a partir dos eventos que produziram as declarações supracitadas, temos a Mesa-Redonda de Santiago do Chile em 1972, tida como marco na formação da Sociomuseologia.

Esse evento parte de uma reflexão sobre os problemas dos museus na América Latina e de seu potencial na educação da comunidade. Considera o museu como uma instituição a serviço da sociedade, sendo parte integrante dela. Aponta para uma mudança progressiva da mentalidade para os profissionais da área, abrindo-se para interdisciplinaridade. Reforça a acessibilidade de pesquisa e a necessidade dos museus criarem um sistema de avaliação. Estimula o desenvolvimento tecnológico e a organização do serviço educativo. Cria a Associação Latino Americana de Museologia (ALAM) e propõe um novo conceito de ação dos museus: o museu integral.

Nas palavras de Moutinho (2007):

A Sociomuseologia constitui-se assim como uma área disciplinar de ensino, investigação e actuação que privilegia a articulação da museologia em particular com as áreas do conhecimento das Ciências Humanas, dos Estudos do Desenvolvimento, da Ciência de Serviços e do Planeamento do Território.

Pela definição de Museu cunhada pela Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972, vê-se que:

(...) museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais (Mesa Redonda de Santiago do Chile, ICOM, 1972).

Dessa forma, a Sociomuseologia foca na ação do museu, tendo em vista que o museu atua a serviço da comunidade e o engajamento com a comunidade local como uma parte central dessa corrente.

A partir da reflexão de Judite Primo (2014) para entender a noção de comunidade, em seu texto intitulado *O social como objeto da museologia*, a autora

discorre sobre nação, identidade e comunidade, tecendo o entrelaçamento desses conceitos na composição do cenário criado pela Sociomuseologia.

Sobre comunidade, uma das definições que ela irá usar é a de Varine, publicada em 1987:

um grupo a viver num território, partilhando um conjunto de elementos simbólicos, conscientes das afinidades e diferenças que os caracterizam, assim como das relações de conflitos destes com o seu meio ambiente, social e político, cujo futuro é parcialmente comum (PRIMO, 2014, p. 18)

E continua mais à frente: “Toda comunidade é então formada por micro comunidades de tipologias diferentes e que habitualmente, visa o desenvolvimento integrado do seu território e do seu conjunto de atores sociais” (idem). Este é um ponto de entendimento importante no presente trabalho, ao considerar a ocupação atual do território ser relativamente recente, a diversidade de proveniência dos habitantes do Pólo Coroadinho (entorno do Ecomuseu), bem como seus ensejos individuais.

É nessa unidade administrativa usada pela Prefeitura Municipal de São Luís em que se encontram os sítios arqueológicos estudados e a área de atuação do Ecomuseu, onde ocorreram os trabalhos referentes a esta dissertação de mestrado.

Considerando o surgimento recente dessa ocupação, vale a reflexão de que o morador do Coroadinho ainda não existe enquanto tradição, com manifestações próprias e características que permitam sua diferenciação de outros bairros da periferia. Nesse sentido, talvez exista como preconceito⁴¹ a partir do momento em que se identifica como residente do local, quadro este que as ações do Ecomuseu visam mudar.

Nesse sentido, no âmbito do envolvimento e participação da comunidade dentro do Ecomuseu que estão todas as discussões de pertencimento, “fortalecimento de vínculos cidadãos” (SOUSA, 2016), apropriação do território, criação de espaços para as manifestações culturais, criação de um evento (Coroadinho de Natal) para apresentações culturais locais e prestação de serviços diversos, criação de uma rede de organizações da comunidade (Rede Coroadinho de Natal) para seu fortalecimento e protagonismo, e realizações de inúmeras parcerias para capacitação, prestação de serviços e projetos

⁴¹ Levando em consideração o fato de que o bairro figura entre os primeiros com maior população carcerária no presídio de São Luís, que recebe apenados de todo estado (segundo dados da Vara de Execuções Penais de São Luís – MA), e a fama decorrente de seus altos índices de violência.

para mobiliar e montar espaços necessários nas organizações para desenvolver suas ações da melhor forma possível.

Os projetos e parcerias mais significativos são: Projeto Janelas para o Futuro desenvolvido pela Faculdade de Arquitetura da Universidade CEUMA em que os alunos do curso estudam e apresentam projetos arquitetônicos para reformar, organizar seus espaços de acordo com a legislação vigente e resolver os problemas físicos das organizações comunitárias do Polo Coroadinho; o Projeto de Formação de Mediadores de Leitura, desenvolvido pelos alunos do curso de Letras da UEMA junto à Rede Leitora do Polo Coroadinho, capacitando os mediadores dos espaços de leitura; Curso de formação de terapeutas comunitários realizados por alunos do curso de Psicologia da Universidade CEUMA para capacitar moradores da comunidade a fim de atender pessoas carentes e necessitando de cuidados mínimos de atenção; Projeto de Saúde Bucal realizado através do Rotary Club São Luís João Paulo e Dentistas do Bem para orientar sobre noções de higiene bucal e distribuir material necessário nas ações sociais; a realização do III Encontro Nacional de Graffiti; a criação do Pro-Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Bacanga com discussões sobre as questões do uso da água e preservação do Rio Bacanga em parceria com a Associação Comunitária Itaqui Bacanga - ACIB e inúmeros pequenos projetos para aquisição de móveis, livros, materiais para artesãos, equipagem de uma cozinha na comunidade, a articulação para construção e reforma de diversos espaços como a Unidade Mista de Saúde, a construção de um VIVA Cidadão, da sede do Grupo Beneficente de Mães e Amigos da Vila dos Frades, asfaltamento de ruas, construção de um Centro de Ensino Médio Dorilene Silva Castro, da sede do Batalhão de Policiamento Ambiental, da Unidade de Segurança por vídeo monitoramento, criação de uma Banda Infante Juvenil do Polo Coroadinho, etc.

2.1.2 Ecomuseu

Uma definição que norteou o início da articulação do Ecomuseu Sítio do Físico em 2006 encontra-se no site do Ecomuseu de Santa Cruz: “ECOMUSEU é uma ação museológica consciente da COMUNIDADE com o objetivo de desenvolver o

TERRITÓRIO que habita, a partir da valorização da História Local e do PATRIMÔNIO (natural e cultural) nele existente”.⁴²

Considerando o trabalho do Ecomuseu no processo de discussão e envolvimento da comunidade nos destinos de seu território nota-se um paralelo com a definição de ação comunitária firmada por Primo (2014):

A “ação comunitária” é uma ação e uma atitude política, gerada pelos atores sociais que também são seus beneficiários. A ação pode ser simultaneamente cultural, social, educativa e econômica, ela decorre de uma iniciativa, desenvolve um programa e será analisada a partir dos seus resultados em relação aos objetivos e às missões que defendeu à partida (PRIMO, 2014 p. 23)

Assim, clarifica-se o conceito de ecomuseu como um museu em ação e entende-se a inegável característica ativista do material produzido a partir de experiências nesse meio - que, quando não se caracterizam enquanto manifestos, são relatos didáticos das ações em comunidade que servem como indicativos, exemplos.

A estudiosa Helena Araújo (2012, p. 81), em sua tese de doutorado, expõe que:

Inúmeras vezes os ecomuseus e os museus comunitários não começaram como museus e sim, como movimentos comunitários, por exemplo: na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, já havia uma Associação de Moradores atuante nas reivindicações dos direitos da população local, esta sente a necessidade de resgatar sua memória e cria o Centro de Memória da Rocinha e a partir dele está construindo o Museu de História da Rocinha – Sankofa.

Algo que se observa na história de criação do Ecomuseu Sítio do Físico, cuja instituição mantenedora começou com uma associação de amigos, para, posteriormente, vir a ser um instituto. Ainda que o aspecto comunitário, inicialmente, tenha sido desenvolvido sobre o prisma do “para a comunidade”, aos poucos se tornando em algo realizado “com, para e pela comunidade”, em um processo que ainda está se desenvolvendo.

O processo de discussão que gerou a criação da organização na qual se apoiam os trabalhos do Ecomuseu Sítio do Físico começa com amigos dos proprietários, visitantes, moradores do entorno e os próprios proprietários do espaço que contém um patrimônio histórico tombado pelo IPHAN, um parque de preservação natural e uma vontade de cidadania. Havendo do outro lado, uma comunidade curiosa e desejosa de

⁴² Disponível em: <<http://www.quarteirao.com.br/oquefaz.html>>. Acesso em: 2 ago. 2014.

melhorias para suas vidas (cooptadas para discussão da formação do ecomuseu pela figura de suas lideranças, grande parte delas comprometidas com o destino de sua comunidade) que era, em parte, foco das preocupações e, ao ser chamada para o campo da discussão, aderiu à participação dos debates e decisões de como melhorar a comunidade desenvolvendo projetos sustentáveis e agregadores.

O Ecomuseu Sítio do Físico entra na categoria de museu de território, característica esta somada ao seu prefixo, às vezes leva a entender que se trata de um museu ecológico, voltado também para a preservação do meio ambiente. Esse pensamento pode ser válido se pensarmos ecologia e meio ambiente no seu sentido mais amplo possível, para além da bandeira verde. No sentido mais amplo, o prefixo “eco” vem do grego oikos, significando: casa, habitação, bens; exprimindo a noção de casa, domicílio, meio ambiente.⁴³

O primeiro Ecomuseu que tivemos no Brasil reforça esse estereótipo, que foi o Ecomuseu de Itaipu, surgido em 1987 (ARAÚJO, 2012). As informações encontradas em panfletos e no site oficial do Ecomuseu de Itaipu⁴⁴ levam a crer que esse museu é um ecomuseu que levou o prefixo *eco* muito mais para a questão ecológica do que para o tripé patrimônio+comunidade+território.

Sobre esse ecomuseu, sabemos:

Esse ecomuseu surge da criação do empreendimento Brasil-Itaipu Binacional e foi feito para promover a integração regional e valorizar a memória e a educação ambiental, buscando um desenvolvimento sustentável e o fortalecimento da imagem institucional (ARAÚJO, 2012).

Partindo da experiência do Sítio do Físico, o ecomuseu de mais impacto e relevância quanto às ações e forma de trabalho com a comunidade é o Ecomuseu de Santa Cruz, um dos mais antigos do Brasil, primeiro do Estado do Rio de Janeiro, e que contou com a consultoria e ajuda de Hugues de Varine na sua formação.

Percebe-se que esse museu, assim como outras experiências correlatas encontradas pelo Brasil, parte de uma iniciativa comunitária prévia, ligada à busca pelo

⁴³ Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013, Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/eco>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

⁴⁴ Conf.: <<https://www.itaipu.gov.br/turismo/ecomuseu>>; <http://www.cultivandoaguaboa.com.br/sites/default/files/iniciativa/Informativo_Cultivando_Agua_Boa_Especial_Educacao_Ambiental.pdf>; <<https://www.turismoitaipu.com.br/atracoes/ecomuseu>>.

bem comunitário, que são transmutadas em ecomuseu a partir da ação de personalidade local e que acabam, na maior parte dos casos, canceladas pela municipalidade.⁴⁵

Essa chancela tanto pode ser benéfica, significando algum apoio financeiro e/ou de espaço e/ou pessoal, quanto pode se tornar um revés, a partir dos laços criados entre o ecomuseu e a municipalidade, como ocorreu recentemente com o Ecomuseu de Santa Cruz.⁴⁶

O Ecomuseu Sítio do Físico se organizou a partir de uma estrutura prévia de uma associação de amigos, cujo estatuto surgiu do debate ocorrido em várias reuniões e aprovado em Assembleia Geral, com a eleição de uma diretoria provisória que gerou uma ata, levada ao Cartório, possibilitando, assim, a criação da Associação de Amigos do Ecomuseu Sítio do Físico.

Nos moldes de uma Associação de amigos, o Estatuto previa uma diretoria horizontal, na qual os diversos diretores, após serem eleitos, elegem o diretor geral que responde pela entidade ao lado de uma secretaria de organização. Foram as seguintes diretorias criadas a princípio: Diretoria Administrativa e Financeira, Diretoria de Esporte e Lazer, Diretoria de Estudos, Pesquisa e Projetos, Diretoria de Comunicação, Secretaria de Organização, Diretoria Geral e a Casa da Memória, ligada diretamente à Diretoria Geral, escolhida por esta para promover as ações museológicas (cuidar de acervo, ações educativas específicas, exposições, realizar parcerias, etc.). Cada diretoria tem um suplente que responde na ausência do titular.

A mudança de uma associação de amigos para um instituto visou consolidar uma modificação no perfil da instituição mantenedora do ecomuseu, passando de uma associação de amigos – com um caráter mais social e uma ideia primordial voltada para o contato entre as pessoas, lazer e fruição do espaço – para uma instituição mais adequada ao perfil que foi se delineando, voltada para a realização de pesquisas e gestão do patrimônio.

⁴⁵ Ou ainda, partir de um ensejo da municipalidade, como foi o caso do Creusot, segundo revela Varine (s.d., p. 38), ou de pessoas envolvidas com ela, como foi o caso de Santa Cruz.

⁴⁶ Em que a municipalidade, ignorando completamente o conceito de ecomuseu, tratou a entidade como mais um órgão público passível de fisiologismo político; com a troca da diretoria (via decreto), causando um racha na instituição e o surgimento de dois ecomuseus: um com a diretoria composta pelos antigos integrantes e outro com a diretoria composta pelo novo grupo político que ascendeu ao poder municipal.

Esse perfil começou a ser esboçado com o apoio à pesquisa arqueológica ocorrida no Sambaqui do Bacanga, realizada por de Arkley Marques Bandeira – tema do mestrado e parte do doutorado, ambos pela Universidade de São Paulo – USP, com resultados que municiam os trabalhos de difusão e das oficinas e exposições; posteriormente ocorreu o apoio à pesquisa biológica sobre morcegos no Parque Estadual do Bacanga, realizada por biólogos da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, que gerou conhecimento de impacto na comunidade por ter demonstrado a existência de morcegos hematófagos, o que facilitou a limitação da caça de animais silvestres na área do Parque; a pesquisa documental histórica em fontes primárias, realizada por Laura Natasha Nery Mendonça de Sousa, do Curso de História da UFMA, que ajudou a compor o quadro histórico do sítio histórico e o perfil sociológico em que se insere o ecomuseu dentro da comunidade; a pós-graduação em Gestão Cultural, pela Faculdade São Luís, Gestão do Terceiro Setor, pelo IESMA, e Museografia, pela Claretiano, por Maria de Lourdes Nery Mendonça de Sousa; pela participação dos interessados em diversos espaços de formação como cursos, fóruns, etc., e pelos estudos realizados ao longo desta dissertação em Arqueologia, tendo como foco a Musealização da Arqueologia que também ocorre pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

Porém, essa mudança de nome, ainda não foi acompanhada de uma mudança efetiva do estatuto, uma vez que, após a criação da instituição, os debates e os realizadores das ações se concentram na Diretoria Geral e na Casa da Memória, sendo a Assembleia Geral convocada a cada três anos para a realização de novas eleições.

Essa mudança de perfil decorre de um amadurecimento da instituição, do que ela faz e quais são os seus objetivos primordiais, que passa pela experimentação e pela escuta – que engloba a presença de pessoas da diretoria em eventos como o II, III, IV Fórum Nacional de Museus, o Encontro Internacional de Ecomuseu em Juiz de Fora (MG, 2015), e também sua inserção no movimento de museus da cidade de São Luís, na Rede de Educadores em Museus, por visitas e conversas com representantes de diversos Museus e Ecomuseus no país e no exterior, bem como cursos na área.

No processo de formação e maturação da instituição, fez-se uso de um método de trabalho com paralelo ao utilizado por Varine ao longo do desenvolvimento de seus trabalhos durante as décadas de 1970 e 1980. O método desse autor “é essencialmente

empírico” e “não utiliza técnica de entrevistas, de sondagem e estatística” (VARINE, [s.d.], p. 23), sendo algo vivenciado e marcado pelo engajamento total, pelo trabalho coletivo, construído sobre uma rede⁴⁷ diversificada, tendo a ação como fonte de conhecimento e o confronto dessas ações para verificação dos resultados, tendo que lidar com subjetividades diversificadas e a mistura dos gêneros.

A partir dessa leitura e da observação do que é feito no âmbito do Ecomuseu Sítio do Físico, esta pesquisa percebeu que os elementos que se mostraram essenciais para promover a preservação do patrimônio repousam sobre as temáticas da comunidade, Museologia, sustentabilidade e Arqueologia; e as ações do ecomuseu orbitam no entrelaçamento dessas temáticas, como se observa no esquema abaixo:

Fig. 33 Preservação do Patrimônio.

⁴⁷ Nesse sentido, o uso que se faz de rede é como estratégia de trabalho tendo em vista uma organização democrática, horizontal, participativa e colaborativa, envolvendo a articulação entre “pessoas e grupos humanos, sobretudo como uma estratégia organizativa que ajuda os atores e agentes sociais a potencializarem suas iniciativas para promover o desenvolvimento pessoal e social de crianças, adolescentes e famílias nas políticas sociais públicas” (GONÇALVES; GUARÁ, 2010, p.14).

Um dos grandes desafios do ecomuseu é seu entendimento enquanto instituição. Existe um princípio de discussão sobre o que de fato é a instituição ecomuseu: algo que, por si só, existe mediante seu trabalho e o reconhecimento pela comunidade e seus pares (linha de pensamento que fundou o Ecomuseu de Santa Cruz⁴⁸ e que é seguida pela ABREMC) e qual é o papel do Instituto Ecomuseu Sítio do Físico, visto e entendido por parte dos proprietários como a instituição mantenedora do ecomuseu e responsável pelas realizações do ecomuseu.

Percebe-se uma dicotomia entre a instituição-fim (o Ecomuseu) e a instituição-meio (o Instituto); parece corroborar para isso a ausência de estrutura física específica para a Casa da Memória, que vem demandando cada vez mais trabalho e atividades por parte do Instituto, e sobressaindo-se frente às demais diretorias. Em outras palavras, na prática, temos um Instituto que vai se firmando como uma entidade mantenedora e que firma parcerias, convênios e assume o papel da organização legalmente, e temos a Casa da Memória que congrega toda parte técnica e ações na sociedade, que no dia a dia absorve toda a diretoria, praticamente.

Essa questão está no cerne da mudança de perfil e necessita de um intenso debate, como o que houve no início para a criação da instituição, para assim readequar seu estatuto. O entendimento do quadro realizado por esta pesquisa pode ajudar nesse processo.

Sobre o território em que se encontra o sítio e a comunidade com a qual o ecomuseu trabalha e tanto já foi referenciada neste trabalho, o Polo Coroadinho, está contido dentro de uma área maior da cidade (chamada Itaqui-Bacanga), fazendo referência ao Porto do Itaqui e ao Rio Bacanga, ainda que ele se encontre ‘do outro lado’ do rio.

Tal território é entendido a partir da divisão político-administrativa do espaço (feito pelo poder público local e apreendido pelos seus habitantes), enquanto que o uso do conceito de paisagem serve para ajudar a delimitar a área de atuação desse trabalho. Esse espaço é entendido não a partir de uma só paisagem, mas do conjunto e da interação entre as diversas paisagens dentro desse espaço.

⁴⁸ E que hoje é responsável pela crise que se abate sobre a instituição.

Fig. 34 Mapas das regionais urbanas de São Luís. A área do Polo Coroadinho é a Regional 5, em azul claro, circulado de vermelho. Fonte: Instituto da Cidade Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural (2010).

No relatório do projeto *O Polo Coroadinho* (2006), coordenado pelo professor Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior, da Universidade Federal do Maranhão, os pesquisadores definem:

O Polo Coroadinho é uma região da cidade formada por várias vilas e aglomerados urbanos que, ao contrário da imagem uniformizadora apresentada pelos meios de comunicação e documentos de agências públicas e privadas que atuam na área, é constituída por particularidades e diferenças. A despeito de características comuns (como, por exemplo, a ocupação irregular dos terrenos, na forma de posse urbana), constitui um complexo de realidades locais e, desta forma, um desafio para quem procura atuar na área e necessita, portanto, conhecê-la.

Fazem parte desse polo quase 30 bairros, vilas e aglomerações, sendo que as atividades do Ecomuseu englobam diretamente as áreas: Vila dos Frades, Coroadinho, Alto da Bela Vista, Alto do São Francisco, Vila Conceição, Vila Natal, Vila Florestal, Alto do São Sebastião, Salina do Sacavém, Bom Jesus, Primavera e Coroadó, e indiretamente o Parque Pindorama e Conjunto Dom Sebastião.

Fig. 35 Detalhe de Bairros e Localidades do Polo Coroadinho.

2.1.3 Relação museu e comunidade

Hugues de Varine (2007) elenca em seu texto três formas de participação popular no museu. São elas: a visita desejada, os “amigos do museu” e os promotores e atores; enquanto Delarge (et al., 2004) classifica a partilha do poder entre habitantes, profissionais e eleitos. Essas forças possuem distintas competências e energias.

Essas categorias são fundamentais para entender como ocorrem a dinâmica e os limites das atuações comunitárias dentro dessas instituições. Trabalhá-las como categorias de entendimento não estanque permite um melhor uso dessas forças, bem como compreender a ligação entre eleitos, ecomuseu e comunidade como fundamental para seu funcionamento.

O Ecomuseu é um museu aberto, de território, onde a visita desejada e os habitantes se confundem; ainda que haja visita desejada específica de população de fora do bairro, composta principalmente por grupos escolares da cidade.⁴⁹

⁴⁹ Assim, ainda que haja resoluções do IBRAM e órgãos afins que demandem a contabilização das visitas no museu, percebe-se que para Ecomuseus essa estatística é algo difícil de se estimar, sendo possível contabilizar as visitas agendadas e mediadas e as ações pontuais, como palestras, oficinas, exposições, etc.

Tendo isso em vista, se consideram todas as ações de educação, preservação, conservação e comunicação, realizadas por seus integrantes dentro do Polo Coroadinho como ação intramuros. Fora da área do Coroadinho, onde ocorrem ações vinculadas aos museus da cidade e diversas outras parcerias e promoção da instituição, como extramuros.

Os sítios históricos e arqueológicos presentes na área são de grande extensão, são visitados pela população constantemente, ainda que – como no caso do Sambaqui do Bacanga – essa população não domine o significado desses locais.

Essa população visita-os por diversos motivos, da busca por subsistência – realizando a coleta de materiais – à curiosidade sobre as construções. O trabalho do Ecomuseu visa qualificar essa visita, seja passando noções sustentáveis de extrativismo e/ou alertando para o uso predatório dos recursos do Parque Estadual do Bacanga, informando sobre a história, constituição e formação desses sítios.

Uma vez que a análise da realidade atual no entorno da área de preservação nos revela uma área de povoação recente, populosa, de baixa renda e escolaridade, precário saneamento (ESPÍRITO SANTO, 2006), enfim, uma área de assentamento conflituoso, fruto da ocupação irregular do Parque Estadual do Bacanga e com pessoas oriundas de diferentes partes do Estado, dissociadas do patrimônio ao seu entorno e com a sensação de pertencimento ainda atrelada a outro lugar; a atuação do Ecomuseu, com a realização de ações e eventos socioculturais, que buscam estimular e valorizar os moradores, em ativo envolvimento na busca pela implementação de políticas públicas na região (visa contribuir, livre de viés partidário, para a preservação desse inicialmente dissociado patrimônio junto com o desenvolvimento social local. Assim, a escolha de organizar a instituição pela estrutura de um museu, dá-se por acreditar que:

(...) a preservação é a função básica de um museu e que a partir dela estão subordinadas todas as outras, tais como coleta e estudo dos objetos e/ou espécimes da natureza; salvaguarda das coleções e/ou referências patrimoniais (conservação e documentação) e comunicação (exposição, educação e ação sócio-cultural), salienta-se que o desempenho articulado de todas estas facetas preservacionistas deve estar vinculado ao exercício da disciplina museológica (BRUNO, 1996).

No desenvolvimento do engajamento e colaboração entre museu e sociedade, Maria Ignez Franco (2014) esquematiza a necessidade de conhecer, compartilhar e mobilizar como uma via de mão dupla imprescindível.

O entendimento de que o “ecomuseu não é então o porta-voz de uma comunidade, mas de grupos de membros da comunidade reunidos por afinidade ou interesse por tempos indeterminados” (DELARGE; et al., 2004) também é um ponto importante. Uma coisa é a ciência da importância do papel da comunidade no ecomuseu, outra é dar conta de suprir e representar todas as demandas de uma população de quase 80 mil habitantes como no caso do Polo Coroadinho. Seria frustrante ter tal pretensão.

Assim, o ecomuseu deve se portar dentro da malha local de interesse e saber mobilizar essas forças locais em prol do bem comum. Nesse sentido, observa-se que a ação do Ecomuseu Sítio do Físico vem servindo como um catalisador dos grupos existentes na região, tais como o Grupo Beneficente de Mães e Amigos da Vila dos Frades, a União de Moradores da Vila dos Frades, Escola Irmã Maria do Socorro, Escola Creche Criança Futuro do Amanhã, Escola Semente da Esperança, Associação dos Artesãos do Bom Jesus, Associação dos Moradores da Vila dos Frades, Dança Portuguesa Esplendor de Coimbra, Dança Portuguesa Majestade de Portugal, Conselho Comunitário de Defesa Social do Polo Coroadinho, Escola Soldadinho de Cristo, Clube de Mães do Coroadinho, Centro Educacional e Profissional do Coroadinho, entre outras, servindo verdadeiramente de fórum.⁵⁰

Dentre as instituições do Polo, um grupo ativo (entre as quais as citadas acima) em relação direta com o ecomuseu começou a se organizar numa rede formal denominada Rede Coroadinho de Natal.

Em geral, as atividades promovidas pelo Ecomuseu Sítio do Físico contam com a execução ou parceria de seus amigos e eleitos dentro da comunidade (que podem ser promotores e também atores da instituição). No caso, esses eleitos são representantes das instituições que compõem a Rede Coroadinho de Natal.

Os profissionais que atuam no Ecomuseu são voluntários, que, em geral, foram se qualificando para o trabalho ao longo das discussões iniciais e da permanência na instituição. O surgimento do Ecomuseu coincide com o início da pesquisa de mestrado

⁵⁰ Sobre a qualificação do museu como fórum, cf. Franco (2014).

de Arkley Marques Bandeira,⁵¹ voltada para o estudo do Sambaqui do Bacanga. Assim, as pesquisas científicas impulsionaram a construção dos discursos institucionais, havendo um ambiente constante de incentivo e difusão desse saber.

O Ecomuseu trabalha com um patrimônio arqueológico, histórico, paisagístico e cultural, tornando as pesquisas referentes a esses patrimônios como importante ponto de apoio para seus trabalhos de educação ambiental, patrimonial e inserção comunitária.

2.2 Reflexão sobre a função social da arqueologia e o potencial do discurso museológico

2.2.1 A prática arqueológica frente às relações locais-globais e engajamentos locais

As arqueologias pós-processuais deram profundidade ao trabalho arqueológico não só no campo das teorias, mas também na inserção de questões práticas da profissão e a um olhar diferenciado sobre o patrimônio arqueológico (HODDER, 1985; SHANKS, 2007).

Já não é mais possível fazer a “arqueologia” que os exploradores dos séculos XVIII e XIX praticavam e questões como o repatriamento de objetos saqueados nesse período (e em outros) não são meras rusgas diplomáticas, mas recaem num debate moral, ético e político mais amplo, estando carregadas também de um discurso identitário, envolvendo memória e pertencimento.

Enquanto isso, no Brasil, vemos a expansão do mercado de trabalho arqueológico, o aumento do número de graduações pelo país e a crescente discussão em torno do patrimônio arqueológico e o que fazer com ele.

Segundo informa o Ministério da Educação (MEC) em seu site, existem 14 cursos de nível superior em atividade voltados para Arqueologia no país, todos eles presenciais, sendo: 1 tecnológico e 13 bacharelados; contabilizando 607 vagas autorizadas ao todo por ano. Com exceção do curso promovido pela Fundação Universidade Federal do Vale

⁵¹ Denominada: Ocupações humanas pré-históricas no litoral maranhense: um estudo arqueológico sobre o sambaqui do Bacanga na ilha de São Luís – Maranhão.

do São Francisco (UNIVASF), cujo nome do curso é Arqueologia e Preservação Patrimonial, todos os demais se denominam Arqueologia.

Instituição(IES)	Nome do Curso	Grau	Modalidade	CC	CPC	ENADE	Vagas Autorizadas	Situação
(3) UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)	(99452) ARQUEOLOGIA	Bacharelado	Presencial	4	-	-	50	Em Atividade
(5) UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)	(112454) ARQUEOLOGIA	Bacharelado	Presencial	4	-	-	40	Em Atividade
(12) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)	(112626) ARQUEOLOGIA	Bacharelado	Presencial	4	-	-	40	Em Atividade
(40) UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)	(1270445) ARQUEOLOGIA	Bacharelado	Presencial	-	-	-	40	Em Atividade
(527) PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS (PUC GOIÁS)	(93995) ARQUEOLOGIA	Bacharelado	Presencial	4	-	-	40	Em Atividade
(547) UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ)	(1349295) ARQUEOLOGIA	Bacharelado	Presencial	-	-	-	30	Em Atividade
(580) UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)	(117390) ARQUEOLOGIA	Bacharelado	Presencial	4	-	-	30	Em Atividade
(699) FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)	(116712) ARQUEOLOGIA	Bacharelado	Presencial	4	-	-	50	Em Atividade
(953) UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS (UNIMES)	(1357718) ARQUEOLOGIA	Bacharelado	Presencial	-	-	-	50	Em Atividade
(3172) UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS (UEA)	(120462) ARQUEOLOGIA	Tecnológico	Presencial	-	-	-	33	Em Atividade
(3172) UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS (UEA)	(1315773) ARQUEOLOGIA	Bacharelado	Presencial	-	-	-	32	Em Atividade
(3172) UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS (UEA)	(1315776) ARQUEOLOGIA	Bacharelado	Presencial	-	-	-	32	Em Atividade
(15059) UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA)	(1187069) ARQUEOLOGIA	Bacharelado	Presencial	4	-	-	100	Em Atividade
(3984) FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF)	(85590) ARQUEOLOGIA E PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL	Bacharelado	Presencial	4	2	1	40	Em Atividade

Fig. 36 Consulta realizada no site do MEC sobre cursos de Arqueologia.
Fonte: MEC, 2017.

Ao longo da pesquisa, foi possível encontrar a matriz curricular de 11 cursos⁵². Inicialmente, ao analisar a matriz curricular dos cursos de graduação em arqueologia divulgadas em seus sites na internet, percebia-se que a maioria não reserva nem 10% das cadeiras obrigatórias para matérias voltadas às questões patrimoniais/preservacionistas/legais. Os cursos da Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal do Piauí eram exceções.

⁵² Cursos analisados: FURG – Bacharelado em Arqueologia; UNIVASF – Arqueologia e Preservação Patrimonial; UFPI – Bacharelado em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre (segundo o site da universidade); UFPE – Bacharelado em Arqueologia; UFPEL – Bacharelado em Antropologia com Formação em Arqueologia; UERJ – Bacharelado em Arqueologia; UNIR – Bacharelado em Arqueologia; UEA – Bacharelado em Arqueologia; UFS – Bacharelado em Arqueologia; PUC-GO – Graduação de Arqueologia; UNEB – Bacharelado em Arqueologia.

Com as reformulações dos cursos e as novas graduações na área, a partir de 2014, percebe-se uma maior incorporação de disciplinas voltadas para a Arqueologia Pública e Patrimônio (em que se espera que as questões ligadas à preservação do patrimônio arqueológico sejam diretamente abordadas), bem como disciplinas mais específicas como a de Musealização da Arqueologia, na Universidade do Estado da Bahia. Atualmente, as disciplinas ligadas ao patrimônio, preservação e aspectos legais chegam a 10% ou mais das grades de cerca de 63% dos cursos, chegando ao ápice de 17,3% do bacharelado da Universidade do Estado do Amazonas.

Esse novo quadro, parece refletir os processos de mudanças e questionamentos dentro da disciplina arqueológica e percebe-se que os novos cursos da Universidade do Estado do Amazonas e da Universidade do Estado da Bahia conseguiram formular uma grade que bem atende aos diversos aspectos necessários nas diversas etapas do fazer arqueológico.

Ainda há muito que se debater sobre as graduações na área, no entanto, esse debate e as mudanças ocorridas são fundamentais para maior profissionalização e regulamentação da área, uma vez que com a longevidade dos cursos de graduação específicos em Arqueologia, a tendência seja que as pós-graduações e os projetos na área percam a característica que se tinha, em que pessoas de diferentes graduações se encontravam (facilitando a interdisciplinaridade) e torne-se algo mais específico, restrito.

Pode-se visualizar a relação numérica entre as disciplinas obrigatórias e as disciplinas sobre patrimônio a partir do seguinte gráfico:

Fig. 37 Relação das disciplinas dos cursos de Arqueologia.

Vale lembrar que, sobre a qualificação profissional necessária à gestão do patrimônio, a Carta de Lausanne (1990) recomenda que:

A formação universitária em arqueologia deve prever em seus programas as mudanças ocorridas nas políticas de conservação, menos preocupadas com escavações do que com a conservação *in situ*. Deveria igualmente considerar o fato de que os estudos da história das populações indígenas é tão importante quanto o dos monumentos e sítios prestigiosos, para conservação e compreender o patrimônio arqueológico.

A análise da letra fria da matriz curricular não revela a prática em sala de aula, não diz sobre a possibilidade de essas questões serem tratadas como um assunto transversal ou ainda como se dá a formação ética do profissional em Arqueologia, mas sua inexistência e/ou pouca representatividade no currículo aliada ao conhecimento do contexto da realidade brasileira faz disso um indicativo revelador sobre a sensibilidade de quem ocupa a posição de formador e de quem se forma nesse meio. Exceção dada

ao curso da Universidade Federal do Piauí, que possui uma disciplina em sua grade de Filosofia e Ética, além de outras voltadas à capacitação em preservação e gestão.

Se por um lado o nacionalismo, o imperialismo e o colonialismo estiveram na tônica da Arqueologia do século XIX (DÍAZ-ANDREU, 2007; McGUIRE, 2008), no Brasil *atual*, o problema pode ser detectado no ‘modernismo patriarcal’,⁵³ entusiasta de uma determinada ideia de progresso que se coloca em oposição à ideia de tradicional.

Não se questiona a existência de arqueólogos que desejam somente “fazer o seu trabalho”, promovido pela marcha do desenvolvimento sob a alcunha do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em número cada vez mais crescente nesse *boom* arqueológico que está se presenciando no país, mas uma cultura acadêmica cartesiana, de não engajamento, deficitária na visão de que sua parte está enredada com o todo e não somente faz parte dele (INGOLD, 2004).

Ironicamente, se está em um ponto em que a Arqueologia da Paisagem vem sendo amplamente utilizada nos projetos de pesquisa, evoluindo para o estudo do ambiente, das formas de engajamento de uma sociedade, de um determinado povo e seu ambiente, enquanto vê-se o pesquisador/profissional se colocar de fora dessa malha, seguindo o mito academicista da neutralidade da ciência.

Essa construção da ciência, “tal como está, repousa sobre uma impossível fundação, pois, a fim de transformar o mundo em objeto de preocupação, ela tem que colocar-se acima e além do próprio mundo que ela afirma entender” (INGOLD, 2015, p. 126). A simples presença do pesquisador influencia nos resultados de sua pesquisa; a questão é como considerar e descrever esse impacto nas pesquisas. Ainda não existem procedimentos esterilizantes que destruam as evidências da presença do pesquisador.

Mas, se a ciência erra ao esterilizar sua visão de mundo, limitando a realidade a conceitos – cuja permeabilidade entre o objeto de estudo e aquele que o observa é tão permeável com o chão ou a pele é ao ar – como tornar possível a apreensão da realidade em algo que possa ser inteligível e viável de compartilhamento por diferentes observadores sem a delimitação da realidade pelo uso dos conceitos?

Outro questionamento – voltado mais especificamente para a área da Arqueologia – repousa no fato de que nas pesquisas se adota o modelo de Schiffer (1972)

⁵³ Uma espécie de empolgação pelo moderno atrelado a estruturas e ideias antigas de patrocínio estatal.

e seus conceitos de contexto arqueológico e contexto sistêmico – ainda que ele não seja perfeito e expresse todas as possibilidades de como os eventos se desencadeiam, como ele mesmo expressa: “Not all elements follow a unilinear path through a system”,⁵⁴ mas reconhecendo sua utilidade e versatilidade para a Arqueologia – qual o sentido de tirar as coisas do contexto arqueológico para que ele volte ao mesmo, perdido dentro de reservas técnicas?⁵⁵

Fig. 38 Figura proposta por Tessaro (2013) durante a defesa de sua dissertação de mestrado, baseado em Schiffer.
Fonte: Tessaro (2013).

Vê-se, então, a relação global-local permeando questões do patrimônio arqueológico. Um global/nacional que impõe uma ideia de patrimônio, ditando regras de preservação, e um local, imerso em situações concretas e interesses diversos do primeiro.

Em geral, encontram-se trabalhando para os interesses do primeiro: arqueólogos, museólogos e demais profissionais envolvidos com “as coisas do patrimônio”; isto dá a essa categoria o potencial para ser ponte de diálogo entre esses dois interesses (global e local), necessitando de uma tomada de posição.

Em certo sentido, a rigidez imposta pelas legislações vai na contramão da crítica de Paul Valéry⁵⁶ (2005) – e de todo o movimento que se vê neste capítulo – seu texto

⁵⁴ “Nem todos os elementos seguem um caminho linear através do sistema” (tradução livre)

⁵⁵ Cf. discussão proposta por Tessaro (2013).

⁵⁶ Texto publicado pela primeira vez em 1931.

suscita a ideia de que a sacralização do objeto leva à sua morte e, hoje, mais do que nunca, vê-se a necessidade de buscar a integração desse patrimônio com a sociedade para além da contemplação distanciada.

Por outro lado, a intervenção externa do Estado-Nacional pode não ser de todo ruim, considerando que às vezes os interesses locais chocam-se de forma demasiadamente prejudicial ao patrimônio.⁵⁷ O que deve ter em mente é a busca de um equilíbrio em que as sensibilidades locais sejam respeitadas (INGOLD, 2004; ELLEN; HARRIS, 2004).

Nesse sentido, tendo em vista a realidade brasileira, faz-se imperativo reverter o descompasso observado entre o que se espera do aparato estatal e sua visão tradicional e monolítica de patrimônio (INGOLD, 2004) com sua prática e sua cobrança à esfera privada, que, quando não faz uso de um duplo padrão, cai em um descaso completo.

Também não se pode perder de vista que a ideia de preservação “is neither a universal concept nor unanimously defined”,⁵⁸ como Colwell-Chanthaphonh (2009) lembra em suas diversas obras, propondo e demonstrando saídas a partir de suas experiências no San Pedro Valley, em Arizona, nos Estados Unidos da América.

Passou-se na disciplina arqueológica por um período de transição de uma Arqueologia colonialista para uma Arqueologia que “can do more than produce alternative stories: it can also tell stories in an alternative way”.⁵⁹ (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008, p. 249). Um período em que diferentes práticas arqueológicas coexistem.

Superada a questão de primazia de direitos,⁶⁰ no caso do Ecomuseu Sítio do Físico, ainda que as populações relacionadas à pesquisa não sejam nem nativas, no estrito senso da palavra, nem homogêneas (mas compostas pelos diversos fluxos de pessoas de várias partes do interior do Estado em direção à capital), há o desafio de que o diálogo ocorra, assim como o entendimento das noções que se têm de patrimônio e,

⁵⁷ Como o que ocorreu com a casa-grande do Sítio do Físico, cujas pedras foram levadas de forma irregular (ainda que na ocasião o bem estivesse sob a tutela do Estado) para uso na construção civil das casas do bairro.

⁵⁸ “não é nem um conceito universal nem por unanimidade definido” (tradução livre). Colwell-Chanthaphonh (2009, p. 143).

⁵⁹ “pode fazer mais do que produzir histórias alternativas: também pode contar histórias de uma forma alternativa” (tradução livre).

⁶⁰ Relacionada ao protecionismo patrimonial verticalizado pelo poder nacional *versus* o desenvolvimento/expansão da comunidade local.

principalmente, de tornar herdeiras pessoas que não são descendentes (MENESES, 2007).

A figura do arqueólogo passa a importar para além da produção do conhecimento gerado a partir do sítio/dos vestígios de ocupações pretéritas. Ele é importante na estruturação do gerenciamento desse conhecimento e da manutenção dos vestígios evidenciados nos trabalhos de campo.

2.2.2 A função social do arqueólogo e seu papel na preservação do patrimônio arqueológico

Como se percebe nas falas acima, não basta somente escavar. Uma das posições de Camila Moraes Wichers (2012) sinaliza a Musealização da Arqueologia como uma via de cumprimento da função social da Arqueologia.

Ao mesmo tempo, em um trabalho realizado com a aplicação de um questionário a alunos, ex-alunos e profissionais do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE/USP⁶¹, houve um retorno baixíssimo por parte dessa comunidade (e acredita-se que nesse sentido ela reflita o todo) e constatou-se que a maioria não identificava uma função social para seu trabalho para além da produção de conhecimento acadêmico.

Diante dessa lacuna entre o arqueólogo e seu papel na sociedade, o que se vê é a tendência da introdução do patrimônio arqueológico na lógica de mercado, Silberman (2007, p. 187) alerta para o fato de que:

in the planning stages, if the right balance is not achieved between the contribution of outside professionals and the input from the local community, the preservation project, even if successful, can appear to local residents as an outside imposition (...) with solely or mainly economic significance for the political leaderships and local business community.⁶²

⁶¹ O questionário foi desenvolvido por Edson Capitanio, Laura Brandão, Leandro Magestes, Maurício Silva e Patrícia Hackbart como parte da avaliação da disciplina Patrimônio Arqueológico e Musealização ministrada pela professora Cristina Bruno no ano de 2012. Trata-se de uma enquête que buscava sondar o futuro dos museus de arqueologia no Brasil. Cf. Anexo D.

⁶² “em fase de planejamento, se o justo equilíbrio não é alcançado entre a contribuição de profissionais de fora e a entrada da comunidade local, o projeto de preservação, mesmo que bem sucedido, pode aparecer para os residentes locais como uma imposição externa (...) com sendo, exclusivamente ou principalmente, significativo economicamente para as lideranças políticas e comunidade empresarial local” (tradução livre)

A necessidade de balancear benefícios e ônus às comunidades dentro de um discurso preservacionista também é citada por Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, uma vez que esses projetos são vendidos em grande parte como “único caminho de redenção socioeconômica” (MENESES, 2007, p. 52) das comunidades onde se instalam.

Lembrando que a ideia de sustentabilidade gerada por projetos de Arqueologia encontram ressonância nos marcos legais do setor museológico no Brasil, o termo “sustentabilidade” se faz presente nesses documentos, várias vezes, chegando ao ponto de se prever no Plano Nacional Setorial de Museus 2010-2020: “Aumentar em 40% a participação dos recursos próprios dos museus em relação ao seu orçamento total”; meta que tende a ser aumentada, esquecendo-se de que museus são instituições cronicamente deficitárias.

A experiência no ecomuseu vem aos poucos concatenando as partes da pesquisa arqueológica com a vivência museológica e comunitária.⁶³ Acredita-se que o papel do arqueólogo na musealização do patrimônio arqueológico não se condiciona mais apenas na produção do conhecimento, considerando que ele também possui um método, uma expertise, de lidar com a gestão do patrimônio e assim contribuir para sua melhor preservação.

Não se fala aqui de tornar todos os arqueólogos responsáveis por processos outros que não sejam de sua alçada, mas da necessidade de inserir as dimensões arqueológicas no processo de gestão de uma instituição cuja função final seja a promoção da preservação do patrimônio arqueológico ou vice-versa.

Quem melhor do que o arqueólogo para entender o contexto de seus projetos e traçar pontes entre as experiências vividas pelos povos do passado e os povos do presente? O Ecomuseu Sítio do Físico utiliza conhecimentos de reaproveitamentos de materiais dos povos do antigos passando pelo período colonial para discutir a sustentabilidade e meio ambiente hoje, por exemplo.

2.2.3 Potencializando discursos

⁶³ Abrangendo trabalhos sociais com as comunidades do entorno.

Percebe-se a necessidade de balancear os rumos que a cultura e o patrimônio, bem como a sociedade levam e esperam dos arqueólogos, como prática profissional.

É enriquecedor que nesse meio haja diferentes profissionais, com diferentes perfis e formações. Mas se deve atentar para que essa diversidade seja benéfica não só em resultados acadêmicos, mas que reflita em um bem maior, que existam pontes ligando esse trabalho a sua função final: a preservação da memória e do patrimônio para as gerações futuras.

Um arqueólogo deve se questionar sobre o futuro. Pensar a contribuição de sua pesquisa dentro de uma esfera maior. É interessante estar em diálogo com outros pesquisadores ou, ao menos, com alguém com o mínimo interesse em conservar os frutos de seu trabalho, projetando uma continuidade deste para as gerações futuras, para que, dessa forma, suas descobertas não sejam (novamente) soterradas e caiam em no esquecimento.

Nesse sentido, se o sistema de preservação vem se mostrando falho e a degradação não é o desejável, pode-se pensar em transpor a ideia de Balée (1994) sobre manejo florestal indígena para essa realidade e a preservação patrimonial – criando assim uma via que demanda tempo para ser construída, quanto ao manejo florestal realizado pelos indígenas.

Talvez o ponto sensível acabe nem sendo o tempo no qual se desenvolve a pesquisa arqueológica, mas um saber que estruture o movimento de manejo, como ocorre durante a ocupação de diferentes áreas por agrupamentos humanos. Na sociedade moderna e populosa, tem-se a possibilidade de concentrar esse saber em uma instituição que sirva de suporte e cada pesquisador seja um colaborador desse movimento (o que demanda tempo e recursos), em específico, fala-se do museu, entendido em totalidade, não restrito à área de exposição.

Porém, o aglomerado de dados, per si, não é garantia de realizações bem-sucedidas, daí a necessidade de engajamentos pessoais associados à comunidade.

Assim, pode-se atentar para a questão da qualidade em museus (VICTOR; MELO, 2009), cujo debate surge no final dos anos 1990. Essa proposta visa a gestão e avaliação museais “subtraindo à lógica da mera contabilidade de públicos e estratégias de marketing tradicional” (VICTOR; MELO, 2009, p. 161), levando em conta o contexto

de produção, dos produtos, de quem os produz e de seu uso qualificado (CÂNDIDO, 2007).

É preciso que haja continuidade nos trabalhos de educação patrimonial que ocorrem em projetos da chamada ‘arqueologia de contrato’. Que os profissionais da arqueologia se posicionem como categoria e criem (ou pleiteiem) mecanismos que deem continuidade ao trabalho de difusão do saber arqueológico.

Se somente se valoriza aquilo que é conhecido, os arqueólogos precisam se fazer presentes e conhecidos no seio da sociedade, para que não se continue repetindo o velho erro de correlacionar dinossauros e caça ao tesouro com a profissão.

O tratamento e o conhecimento de como lidar com o patrimônio arqueológico deve ser algo presente na formação acadêmica do arqueólogo. Assim como existem disciplinas voltadas para as subdivisões da Arqueologia (histórica, pré-colombiana, mediterrânea, etc.) e para questões metodológicas (como métodos e técnicas de campo e laboratório), deve-se pensar em cursos voltados para questões legais e elaboração de projetos que tenham como escopo o tratamento pós-pesquisa; ampliar a oferta de cursos que versem sobre procedimentos de gestão e armazenamento; que toquem nessa interface existente entre Arqueologia e Museologia, para que os futuros arqueólogos possuam noções mínimas de pelo menos como entregar o material nas instituições de guarda, que isso não seja feito apenas para cumprir uma exigência do IPHAN ou qualquer outro órgão, mas que sejam procedimentos incorporados pelos próprios profissionais.⁶⁴

Tal proposta encontra consonância com o PNSM, no tocante ao eixo de Formação e Capacitação, cuja diretriz propõe: “Promover ações de integralização de conteúdos sobre a gestão do patrimônio arqueológico na formação e capacitação de profissionais que atuam neste campo” (BRASIL, 2010, p. 36), sendo que uma das ações previstas é justamente “Inserir conteúdos referentes à gestão museológica dos acervos arqueológicos em cursos de Arqueologia e Museologia, em diferentes níveis” (BRASIL, 2010, p. 109).

Voltando para as potencialidades apresentadas pelos museus, cabe lembrar que o Plano Nacional Setorial de Museus (2010-2020) possui como eixo setorial os museus

⁶⁴ No sentido de se tornar uma política da categoria, para além de uma política de Estado como sugere o PNSM. Inclusive para não se ver mais casos como o que ocorreu no [Ecomuseu](#), em que o IPHAN determinou a guarda de um material que chegou em caixas de madeira, forradas com serragem.

de Arqueologia e prevê a criação de museus arqueológicos do Ibram, além de diversas outras diretrizes nas quais a categoria poderia estar mais **atuante** na discussão.

Nesse sentido, observa-se a organizações de redes voltadas para essa interface, como a Rede de Museus e Acervos de Arqueologia e Etnologia (REMAAE) e o projeto RedeArq – Encontro de Museus de Arqueologia.⁶⁵ Sendo o primeiro uma rede de museus que surge em meio ao III Fórum Nacional de Museus que ocorreu em 2008, em Florianópolis, que se subdividiu em regionais,⁶⁶ e o segundo trata-se de um evento científico, com a proposta de acrescentar ao debate a reflexão sobre a gestão, a pesquisa e a difusão do patrimônio arqueológico nas instituições museológicas.

Se por um lado os museus possuem como uma das fragilidades uma imagem distanciada, uma organização por vezes arcaica e, mais frequente ainda, deficitária, possuem também um grande potencial para o desenvolvimento e proteção de pesquisas em torno do patrimônio arqueológico e, via de regra, os museus possuem uma imagem positiva perante a sociedade. Trata-se de uma instituição que possui uma aura de respeito, ainda que isto conviva com uma grande desinformação.

Lembrar que essa instituição também é um campo possível para a pesquisa (sendo o fomento da pesquisa arqueológica uma das diretrizes do PNSM) e reivindicar o tratamento e a presença de profissionais da área arqueológica dentro das instituições museológicas com acervos arqueológicos se torna um ponto de diálogo extremamente promissor entre as duas áreas. Ganha o patrimônio, com a devida salvaguarda, a comunicação, a pesquisa e a instituição.

⁶⁵ Conf. <<http://www.redearq.com.br/home>>.

⁶⁶ Sendo possível conhecer um pouco do seu surgimento e da REMAAE - Nordeste pelo site da UFRB: <<http://www2.ufrb.edu.br/reconcavoarqueologico/remaae-nordeste>>.

3. CONSTRUÇÃO DE CAMINHOS, TRILHAS E RUMOS

“O que sobrevive é o organismo-em-seu-meio ambiente. Um organismo que pense unicamente em termos de sobrevivência destruirá invariavelmente seu meio ambiente e (...) acabará por destruir a si mesmo”.

Fritjof Capra (1982, p. 282)

Este capítulo trata sobre as diversas construções do Ecomuseu, seja no sentido estrito da palavra, seja na construção de trilhas de visitação, de discursos sobre os costumes e as práticas do reaproveitamento de diversos materiais e a construção de parcerias importantes para a Rede Coroadado de Natal. Discute-se também a ação comunitária e as interfaces preservacionistas com vistas à monumentalidade das ruínas do Sítio do Físico e os trabalhos de difusão museal nas escolas comunitárias e públicas nos bairros do entorno do Sítio do Físico e a exposição de 10 anos de criação do Ecomuseu.

3.1 Ações comunitárias e interfaces preservacionistas

As ações comunitárias são reflexos diretos da escolha da tipologia do Ecomuseu, que está ligada à perspectiva da Sociomuseologia.

Acredita-se que tais escolhas forneçam as ferramentas necessárias para uma interação qualificada junto à comunidade e assim levar a preservação patrimonial e, ao mesmo tempo, promover meios de desenvolvimento sustentável. Percebeu-se que as formas de ação da instituição se aproximam das propostas por Varine [s.d.].

A inserção do Ecomuseu Sítio do Físico antecede a criação da entidade e se deu pela ação do caseiro José Pedra, que convidou os proprietários para participar de reuniões de um grupo de organizações da comunidade (Asconfrade, GAFFICAP, Padres Capuchinhos, Grupo de Mães e Amigos da Vila dos Frades e um ou outro que ficou no tempo), para discutir seus problemas com segurança, transportes e com infraestrutura. Aos poucos, essas reuniões foram sendo ampliadas para receber outras organizações. Em 2006, quando foi criada a Associação de Amigos do Ecomuseu do Sítio do Físico, muitos desses moradores participaram, de acordo com o livro de presença. No ano seguinte, membros do Ecomuseu resolveram, junto com pessoas da comunidade,

realizar um evento que foi chamado de Coroado de Natal, como forma de mostrar o que o bairro (estigmatizado pela violência) tem de bom e bonito e proporcionar um dia de brincadeiras e jogos para crianças, jovens e adultos, encerrando a festividade com um desfile de bandas e fanfarras pelas ruas do bairro e um palco com dançarinos, corais e músicos locais para uma confraternização, na primeira quinzena de dezembro.

Esse evento foi sendo ampliado a cada ano, ganhando feições de ação social, com espaço para competições esportivas, mostra de artesanatos, exposições dos trabalhos das organizações e apresentações culturais no bairro, cujo público já atingiu cerca de 15 mil pessoas e completando atualmente 1 década de realização. As organizações participantes desse evento junto com o Ecomuseu começaram a se reunir durante o ano e a fazer articulações para buscar melhorias para os bairros, e daí nasceu a Rede Coroado de Natal.

A Rede é uma caixa de ressonância de todas as ações de cada organização participante, inclusive constitui o principal público do Ecomuseu, que cede espaço para reuniões, retiros, encontros e confraternizações.

A atuação do Ecomuseu em rede alterou a percepção da comunidade do entorno em relação à área onde se encontra o Sítio do Físico – tida como pública e influenciada pela noção de patrimonialismo que se tem no Brasil (ou seja, um local “sem dono” e passível de usufruto desordenado). Como consequência dessa nova visão, passou-se a entender que esta mesma área contava com um proprietário⁶⁷ e, portanto, não estava abandonada. Isto fez com que os danos ao patrimônio fossem reduzidos sensivelmente.⁶⁸

Essa atuação é reiterada para comunidade durante a realização do evento **Coroado de Natal**, evento este que mobiliza a comunidade do Polo Coroadinho, realizado pela Rede Coroado de Natal, concebida pelo Ecomuseu e da qual faz parte. Este evento tem como um dos idealizadores o IESF e é realizado com a ajuda de dezenas de parceiros do governo, empresariado e do 3.º setor. Durante o lançamento do X

⁶⁷ Personificação explicada pela classificação da instituição como aquela constituída por “cidadãos que **fazem** seu museu” (VARINE, 2007. Grifo do autor).

⁶⁸ Também [se](#) observa a diminuição da violência no bairro, ainda que a cidade de São Luís esteja passando por um aumento nos índices de violência, no [Polo](#) Coroadinho, esse índice manteve-se abaixo da média da cidade. Durante as reuniões da Rede, houve consenso de que graças a esse trabalho a violência do bairro não explodiu como em outras partes da periferia da cidade.

Coroado de Natal, a fala da atual presidente do Ecomuseu, Nery Mendonça, sintetiza a importância desse evento:

“Para nós do Ecomuseu Sítio do Físico, o Coroado de Natal representa o resultado de um trabalho, de um desejo, um sonho de ver pessoas de diferentes origens, diferentes crenças, profissões etc., se irmanarem para a construção do bem comum, levando até a população a presença do Estado, valorização de sua cultura, o conhecimento e a apropriação de um patrimônio histórico, arqueológico e ambiental e o sentimento de pertencimento e cidadania”.

Fala em vídeo veiculado durante o lançamento do X Coroado de Natal, em outubro de 2016.

Nesse sentido, esta pesquisa serve não apenas para documentar a trajetória de ocupação do território, mas também a atuação do Ecomuseu, pois por meio das ações desenvolvidas em seu âmbito se tem uma aplicação prática do resultado da pesquisa arqueológica na educação patrimonial da comunidade do entorno.

A ideia original era que o evento fosse, desde o início, itinerante, porém, em decorrência do processo de consolidação junto à comunidade, por sete edições as atividades foram sediadas no mesmo local, transformando-se num movimento dentro do Polo, posteriormente consolidado na criação da Rede Coroado de Natal, atuando durante todo o ano, articulando parcerias com vistas a melhorias das organizações locais e das condições gerais de vida da população.

Sendo assim, em 2014, devido a mudanças na dinâmica da organização interna e alteração do local, obteve-se um público flutuante de cerca de 3 mil pessoas, contrastando com os cerca de 15 mil participantes da edição imediatamente anterior, realizada num ambiente já conhecido pela população.

Entre outubro e dezembro de 2014, houve intensa participação por parte desta pesquisadora na organização do evento, para efeitos de pesquisa. Planejou-se realizar uma exposição do Ecomuseu durante o Coroado de Natal e aplicar questionários para verificar qualitativamente e quantitativamente o conhecimento do público sobre o Ecomuseu e os impactos da ação deste. No entanto, com a mudança do local e a possível alteração do público, saindo de uma área já sensibilizada para essas questões e adentrando em uma nova, decidiu-se realizar apenas a exposição sobre o Ecomuseu e a sondagem qualitativa do público (que confirmou a suspeita de mudança no público do evento).

Na montagem da exposição, foram utilizados os cartazes da exposição itinerante do Ecomuseu, deixando a exibição de peças do acervo para outra ocasião, considerando o tamanho do evento, local e tendo em vista a preservação do material.

Fig. 39 Festa de Lançamento do Coroado de Natal.
Foto: Laura Mendonça Brandão (07/11/2014).

Fig. 40 Reunião de organização do Coroado de Natal. Foto: Laura Mendonça Brandão (2014).

Fig. 41 Apresentação cultural durante a abertura do evento. Foto: Laura Mendonça Brandão (2014).

Fig. 42 Apresentação teatral durante o evento.
Foto: Laura Mendonça Brandão (2014).

Fig. 43 Exposição do Ecomuseu durante o Coroado de Natal.

Foto: Laura Mendonça Brandão. (2014) Durante as reuniões de organização do Coroadado de Natal (2014), o contato com as diferentes instituições da Rede foi reavivado, considerando o fato de que durante dois anos esta pesquisadora esteve ausente nas atividades diretas da comunidade, o que impactou de alguma forma na manutenção e qualidade do vínculo entre as partes, devido à dinâmica social que ocorre dentro dessas instituições, como por exemplo: mudança de lideranças e pessoas envolvidas.

A partir de então, antigas e novas parcerias foram sendo engendradas para realização de atividades que levassem o público dessas instituições para dentro do Ecomuseu no ano de 2015, focando nas escolas, em um primeiro momento.

Experiências que marcaram a criação do Ecomuseu demonstram como o trabalho extramuros de difusão do patrimônio arqueológico é importante. Partindo do próprio relato de d. Nery (proprietária do sítio), que só ajudou na redescoberta do Sambaqui do Bacanga devido ao fato de ter conhecimento prévio sobre esse tema ainda em sua educação fundamental (à época, ginásio).

Segundo d. Nery, ela, o Sr. Edimar e José Pedra (o caseiro), estavam percorrendo os limites da propriedade, quando resolveram adentrar na área vizinha para comparar o grau de preservação entre elas. Quando ela viu:

conchas de sarnambi pelo chão, fiquei intrigada e falei com o caseiro: ‘- o que essas conchas estão fazendo aqui tão longe do mar?’ O caseiro levou-me mais adiante para mostrar grande quantidade de conchas acumuladas. Ao chegar, vi junto com as conchas muitos fragmentos de cerâmicas com características primitivas e reconheci logo que era um sambaqui. Expliquei aos dois o que era e logo procuramos o Centro de Pesquisa e História Natural e Arqueológica do Maranhão para informar e se informar o que fazer porque sabia que era sítio protegido por lei federal.

Relato oral colhido junto à d. Nery em dezembro de 2015.

Assim, o **trabalho de difusão** do Ecomuseu (para além das pessoas diretamente envolvidas na Rede Coroadado de Natal), do patrimônio cultural, histórico, arqueológico local, e das pesquisas realizadas sobre a temática, na comunidade do Coroadinho, é importante no sentido de ajudar no conhecimento do território, no uso de suas potencialidades e na preservação do patrimônio local, lembrando, mais uma vez, da máxima “conhecer para preservar”.

Este trabalho de difusão ocorreu majoritariamente nas escolas do Polo, nas redes sociais e nos grupos temáticos do segmento e conselhos da sociedade civil nas quais o Ecomuseu tem representação.

No Polo, existem 22 escolas, sendo uma escola pública estadual de ensino médio, 4 escolas públicas municipais voltadas para o fundamental, 16 escolas comunitárias encarregadas da pré-escola e do ensino fundamental I e uma fundação que atende o ensino fundamental I e II. Sendo que dessas 22 escolas, 8 participam da RCN.

O trabalho nas escolas dos bairros do polo Coroadinho se deu por etapas. Primeiro se fez uma exposição itinerante nas principais escolas do bairro. A primeira foi realizada em consenso com o Ecomuseu e diálogo com diretores e coordenadores das escolas, levando a exposição itinerante até elas por cerca de um mês em cada uma com trabalhos feitos pelos próprios professores da escola (ainda sem a presença desta pesquisadora). A segunda etapa começou em setembro (2015), convergindo com a 9.^a Primavera de Museus,⁶⁹ havendo a realização de atividades (oficinas e palestras) por parte desta pesquisadora. Nesse momento, pôde-se identificar e quantificar o nível de conhecimento dos alunos sobre a história e patrimônio cultural de seus bairros, bem como o relacionamento deles para com museus.

Fig. 44 Exposição itinerante na Unidade de Ensino Básico Darcy Ribeiro.
Foto: Laura Mendonça Brandão (2016).

⁶⁹ Evento anual, temático promovido pelo IBRAM concomitante com o início da estação que dá nome ao evento.

Durante as **palestras**, observou-se que entre 10 e 20% dos alunos sabem o que é um museu e já tiveram a oportunidade de visitar algum – sendo a grande referência de museus para as crianças o filme “Uma noite no museu”.⁷⁰

Cerca de 5% dos alunos já ouviram falar sobre a existência do Sítio do Físico, sendo grande parte dos alunos da escola de ensino médio, onde já ocorreram palestras do Ecomuseu. Estes alunos também tinham algum conhecimento sobre o Sambaqui do Bacanga, diferente dos demais.

Fig. 45 Palestra oferecida para as turmas do 6.º ano do Ensino Fundamental I do Centro Educacional e Profissional do Coroadinho.
Foto: Nery Mendonça (2015)

Optou-se por não realizar uma pesquisa com um questionário formal sobre museus, museus da cidade, sobre o Ecomuseu Sítio do Físico, Arqueologia e questões sobre o Polo Coroadinho, a ser preenchido de forma individualizada, assim como ocorreu durante a exposição no Coroadinho de Natal de 2014, mas as questões eram feitas na forma de uma conversa e as respostas foram registradas posteriormente.

A terceira etapa das atividades envolveria a visita ao Sítio do Físico por parte das turmas e, dependendo do perfil dos alunos, ao Sambaqui do Bacanga; mas, pelos motivos que serão expostos ao longo do texto que se segue, isto não ocorreu.

Durante a 9.ª Primavera dos Museus 2015, cujo tema foi “Museus e Memórias indígenas”, ocorreu um intenso trabalho de sensibilização dos alunos nas escolas do Polo Coroadinho para com a existência do Ecomuseu Sítio do Físico na comunidade.

⁷⁰ Uma noite no Museu. Dirigido por Shawn Levy. 2006; USA, UK: Twentieth Century Fox Film Corporation, 2006. Filme.

Nas palestras realizadas sobre o tema do evento, abordou-se o viés dos trabalhos da Sociomuseologia e da Arqueologia presentes na região. Foi apresentado o conceito de lugares persistentes para as turmas participantes, tentando estabelecer uma relação de temporalidade da ocupação do território do Coroadinho e das características seculares que fazem dali um bom lugar para se viver, na expectativa de que, a partir do conhecimento da história local (viabilizada em boa parte pela pesquisa arqueológica) e da sua valoração, os alunos passem a ter um novo olhar sobre o local onde moram, e que, a partir da percepção do seu valor, houvesse uma mudança de postura, caracterizada pela não valorização de lugares periféricos.

Houve uma abrangente campanha e forte apelo junto aos gestores das escolas no tocante ao deslocamento dos alunos para visita ao sítio. Tal proposta foi vista com bons olhos por todos, incluindo professores e alunos. No entanto, a dificuldade do acesso e a falta de transporte impossibilitaram essa visita com a troca de experiências que daí se esperava extrair.⁷¹

Tal situação explicitou que existe uma grande lacuna na vida institucional das escolas, o que, transversalmente, tangencia assuntos e temáticas abordadas durante as palestras.

No geral, as escolas se mostram receptivas quando se propõem levar até elas esse tipo de programação, dentro de seus espaços. Porém, percebe-se menos ênfase e afloram dificuldades quando se trata da ampliação das experiências dos alunos em ambientes extraclasse. Algo que seria facilitado não só caso as condições materiais corroborassem, mas, também, com maior envolvimento por parte destas instituições.

Além das palestras, foram desenvolvidas **oficinas** relacionadas ao tema memória indígena.

O objetivo das oficinas era aliar o discurso sobre o conhecimento do território a uma atividade prática que gerasse material útil, que pudesse ser usado no dia-a-dia, dando significado a atividade e ajudando a fixar a informação. Como retorno, além do

⁷¹ Ao relatar a problemática do transporte em uma das reuniões da Rede Coroadinho de Natal, um representante da Secretaria de Segurança do Estado pôs à disposição os ônibus da secretaria para o traslado dos alunos, no entanto, seria necessário que as escolas solicitassem, algo que não ocorreu no tempo previsto para as visitas, ficando a disponibilidade dos alunos afetada posteriormente pelo calendário escolar.

incentivo à sustentabilidade com o uso de material reciclado, pretendia-se contribuir para construção de um vínculo aprofundado entre o público-alvo e o território, além de possibilitar o reconhecimento dos sítios caso entrasse em contato direto com eles.⁷²

A primeira oficina, de papietagem, ocorreu na escola Frei Osvaldo. A proposta era fazer remissão ao material arqueológico que mais se encontra no Sambaqui do Bacanga e nos sítios em geral: os fragmentos de cerâmica; simulando seu processo de feitura original, pelas populações indígenas, mas dialogando com a atualidade e o viés de sustentabilidade e educação ambiental do Ecomuseu, fazendo uso da reciclagem de papel.

Tratava-se de uma oficina em que se iria reaproveitar revistas antigas e usadas para a confecção de vasilhas utilizando a técnica da papietagem e a decoração seria feita com motivos do tratamento de superfície encontrados na cerâmica do Sambaqui do Bacanga.

Fig. 46 Cerâmica do Sambaqui do Bacanga. Foto: Laura Mendonça Brandão (junho/2016).

Fig. 47 Exemplar de uma das leituras estilizadas do tratamento de superfície encontrado na cerâmica do Sambaqui do Bacanga utilizada nas atividades educativas. Desenho: Laura Mendonça Brandão (setembro/2015).

⁷² Como ocorreu com o reconhecimento do Sambaqui do Bacanga por meio de d. Nery, que somente reconheceu o sítio porque havia recebido noções sobre sambaquis no ensino fundamental.

Fig. 48 Oficina de papietagem na Escola Frei Osvaldo.
Foto: Laura Mendonça Brandão (2015).

Fig. 49 Oficina de papietagem na Escola Frei Osvaldo.
Foto: Laura Mendonça Brandão (2015).

Para tal, pensou-se em utilizar carimbos em forma de rolo, uma releitura moderna do que foi encontrado durante as escavações no sambaqui. No teste realizado fora do ambiente escolar, tudo deu certo, mas a primeira experiência na escola mostrou-se muito lenta, consumindo muito tempo e o material precisaria secar o que se mostrou improdutivo numa única aula. Optou-se então para o uso dos carimbos em cartões postais ou filipetas em papel como os marcadores de leitura.

Fig. 50 Oficina de produção de cartões postais na Unidade de Ensino Básico Lima Sobrinho. Foto: Laura Mendonça Brandão (2015).

Fig. 51 Oficina de produção de cartões postais na Unidade de Ensino Básico Lima Sobrinho. Foto: Laura Mendonça Brandão (2015).

Fig. 52 Cartão produzido por uma aluna durante a oficina.
Foto: Laura Mendonça Brandão (2015).

Outra dificuldade ocorreu porque, inicialmente, essa oficina foi pensada para ser realizada com uma turma de 20 alunos, no entanto, a escola mobilizou duas turmas, somando quase 50 alunos em um espaço que se mostrou inadequado.⁷³

Dessa primeira experiência extraiu-se: 1 – A execução de tal oficina, no perfil de ambiente escolar disponível, não comporta a forma com que foi idealizada; 2 – as crianças carecem de atividades lúdicas e mesmo motoras, como pode ser visto no preenchimento dos desenhos com motivos do Sambaqui do Bacanga que foram utilizados. Então, para as demais atividades, resolveu-se seguir com o uso dos desenhos do sambaqui em outro suporte que não os vasilhames produzidos via papietagem, daí surgiu a ideia de se utilizar filipetas/marcadores de livro e cartões postais.

⁷³ As escolas do Polo Coroadinho em sua maioria são comunitárias, instaladas em imóveis residenciais e seus respectivos anexos, num arranjo precário, buscando adequar seu espaço aos moldes de uma instituição de ensino, mas sem uma estrutura planejada. Contudo, tal cenário está passando por uma transformação, idealizada pelo Ecomuseu Sítio do Físico em parceria com a Faculdade de Arquitetura do Ceuma. Os alunos do curso estão fornecendo plantas adequadas para a função e em conformidade com o espaço disponível, ficando a cargo das escolas executar essas adaptações, seja com recursos próprios, via mutirão ou pleiteando editais para aquisição e compra dos materiais necessários. Esse projeto se chama “Janelas para o Futuro”.

Para as demais atividades, levaram-se os carimbos comuns e em rolo, além de desenhos impressos que haviam sobrado da primeira atividade, almofada e tinta para carimbo, lápis de cor, giz de cera, hidrocor e cola com glitter, filipetas e cartões coloridos para se fazer os marcadores e postais.

Antes da atividade nas turmas, independentemente de já ter ocorrido palestra ou não, explicou-se o contexto daquilo que estava sendo desenvolvido, de que se tratavam aqueles desenhos, do sambaqui do Bacanga – o que é e como foi feita a pesquisa –, e de como essa história se relacionava com os alunos-habitantes a partir do território, trabalhando a temporalidade e pertencimento, além de noções de sustentabilidade e educação ambiental. Nessa oficina, as coisas já fluíram mais e melhor, por isso a primeira turma ficou como grupo experimental para sentir o que funcionava melhor.

Outra atividade, desenvolvida posteriormente à 9.^a Primavera dos Museus, foi a oficina de marcadores de leitura, que ocorreu em escolas do Polo Coroadinho e durante a 9.^a Feira do Livro de São Luís (FELIS), em que o Ecomuseu participou por meio da sua atuação na Rede de Educadores em Museus – Maranhão.

Fig. 53 Oficina de marcador de leitura na Unidade de Ensino Básico Darcy Ribeiro.

Foto: Laura Mendonça Brandão (2015).

Fig. 54 Oficina de marcador de leitura oferecida na FELIS. Foto: Laura Mendonça Brandão (2015).

Durante essa oficina, foi possível assentar um discurso, relacionando os povos Sambaquieiros com a população atual a partir do conceito de descarte – como ele ocorria nas sociedades do passado e do que se faz dele hoje, da necessidade de uma consciência ambiental e de se preservar o meio ambiente.

Trabalhou-se com cerca de 350 crianças de 6 escolas e pôde-se observar que o desenvolvimento das atividades estava ligado às condições da escola. As escolas

públicas, propriamente ditas, foram as mais difíceis de se trabalhar (exceção feita à escola de ensino médio Dorilene Silva Castro), com os alunos mais desmotivados e dispersos. Já nas escolas comunitárias, percebia-se que os alunos mostravam mais interesse e aproveitavam melhor as atividades.

Precedendo todo esse trabalho, foi promovida a itinerância da exposição do Ecomuseu que havia sido montada durante o Coroadado de Natal de 2014 pelas escolas do Coroadinho. Essa exposição foi inicialmente concebida para a 64.^a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, tendo sido posteriormente montada em outros espaços da cidade que não o Coroadinho, até o presente trabalho.

A partir da recepção dessa exposição, com relatos de gestores, professores e alunos, e do contato direto com estes durante as palestras e oficinas, notaram-se os aspectos relevantes/positivos na exposição e que serviria de insumo para formular uma nova exposição.⁷⁴

A nova exposição foi inicialmente pensada para se ter um cunho mais histórico/arqueológico do território e menos institucional, com certo apelo lúdico, aproveitando as experiências com os carimbos, decantando a ideia do Coroadinho poder ser considerado um lugar persistente, mostrando os diferentes movimentos populacionais que lá se instalaram, expondo questões como temporalidade e pertencimento.

Por fim, definiu-se que o tema da exposição seria uma retrospectiva dos 10 anos do Ecomuseu Sítio do Físico, mostrando o território, sua gente, a importância da pesquisa científica na definição do trabalho do Ecomuseu.

A exposição contou com material arqueológico, material resultando de diversas oficinas promovidas pelo Ecomuseu e agregou uma mostra fotográfica resultante das atividades desenvolvidas pelo Ecomuseu durante a 14.^a Semana de Museus⁷⁵ (cujo tema foi Museus e Paisagens Culturais), além de textos explicativos e de uma linha do tempo.

⁷⁴ E também a partir da observação de outras exposições em diferentes museus e centros de cultura.

⁷⁵ Evento cultural coordenado pelo IBRAM em comemoração ao Dia Internacional do Museu.

Fig. 55 Visão da Exposição Ecomuseu Sítio do Físico: Dez Anos a partir da mostra com material arqueológico, contendo, ao fundo, fotos realizadas durante a 14.^a Semana Nacional de Museus, a linha do tempo e o painel interativo.
Foto: Laura Mendonça Brandão (2016).

Fig. 56 Visão da Exposição Ecomuseu Sítio do Físico: Dez Anos contendo, a linha do tempo, pufes da oficina de reaproveitamento de pneus; fotos realizadas durante a 14.^a Semana Nacional de Museus; mostra com material arqueológico; painéis explicativos sobre o trabalho de reciclagem; material proveniente das oficinas de reaproveitamento de tecidos.
Foto: Laura Mendonça Brandão (2016).

Fig. 57 Painéis das fotos realizadas durante a 14.^a Semana Nacional de Museus com a presença de alunos e professores da Escola Dorilene Silva de Castro.
Foto: Laura Mendonça Brandão (2016).

Além disso, foi elaborado um painel interativo, com a exibição de uma representação da estratigrafia do sambaqui do Bacanga, sendo que, para cada nível estratigráfico, havia um carimbo (conectado por um fio) com o relevo de uma representação gráfica presente nas respectivas cerâmicas ou molusco, encontradas neste sítio.

Fig. 58 Painel interativo.
Foto: Laura Mendonça Brandão (2016).

Fig. 59 Visitantes exibindo cartões produzidos com os carimbos do painel interativo.
Foto: Acervo IESF (2016).

A presença de um(a) arqueólogo(a) se faz necessária para que o lúdico e o estético não sobressaiam a conceitos básicos e caros à realidade arqueológica, como o de estratigrafia; e a inserção da noção de Schiffer (1972) sobre cadeia operatória aos procedimentos adotados pelo Ecomuseu no que tange ao reaproveitamento de resíduos sólidos visando à sustentabilidade.

O esquema abaixo foi adicionado em um dos quadros da exposição e surgiu a partir da percepção de que essa era uma prática utilizada no território desde os povos Sambaquieiros que usavam as cascas dos mariscos que comiam para pavimentar o espaço onde habitavam e também para produzir ornamentos corporais e utensílios domésticos passando pelo período colonial em que o colonizador se apropriou das conchas para produzir a cal de sarnambi usada na argamassa para construção das estruturas e paredes do complexo industrial do Sítio do Físico e chegando ao presente quando se passou a utilizar as pedras das ruínas do Sítio como alicerce das novas moradias do seu entorno. Aliados a essas práticas há uma tradição das artesãs locais de reaproveitar materiais diversos como: tecidos, pneus, garrafas, cds, etc.

Figura 60 Esquema sobre reaproveitamento de resíduos.

O reaproveitamento de resíduos sólidos no âmbito do Ecomuseu Sítio do Físico ocorre como uma forma de inserção no meio da comunidade, por se tratar de uma prática já existente, que gera fonte de renda para as pessoas, além de estar de acordo com os parâmetros da sustentabilidade e afinada com os objetivos do eixo de preservação do meio ambiente do Ecomuseu.

Durante a execução do trabalho manual, surge um espaço para se discutir e (re)pensar a sociedade e seus problemas, por isso, acreditamos que esse trabalho social é importante por nos colocar em contato direto com as pessoas que **(con)**vivem nesse espaço e, assim, ajudar a entendê-las, gerando, por fim, um positivo impacto no meio ambiente.

Para cumprir o planejamento de levar a comunidade do Coroadinho para conhecer o Sítio do Físico *in loco*, primeiro se pensou no público escolar, por se supor que este já se encontrava devidamente sensibilizado; contudo, devido às dificuldades para realizar, com estes, a visita, optou-se por outros grupos,⁷⁶ sendo, majoritariamente, coletivos culturais oriundos do bairro.

⁷⁶ E graças também à observação do professor Camilo de Mello Vasconcellos, durante o exame de qualificação, que ao questionar o porquê da escola como público preferencial, apontando para uma variedade de público potencial que não estava sendo cogitado inicialmente.

O principal entrave para essa atividade – que seria o transporte e o acesso difícil, por se tratar de uma área de reserva, sem a presença de transporte público, nem de asfaltamento – foi contornado com a presença desses grupos que, sendo menores e mais independentes quanto a esses fatores.

Houve a oportunidade de estar presente com o grupo de mulheres artesãs voluntárias, o grupo de dança portuguesa “Majestade de Coimbra”, o coral “Sal e Luz”, o coral Canto Curumim, um grupo de guias de turismo (que testou um roteiro de visita que incluía o Sítio) nos fez sugestões de melhorias, assim como os gestores das entidades que fazem parte da Rede Coroado de Natal, e que se fizeram presentes no sítio durante a festa de confraternização pós-evento da Rede; além de pequenos grupos espontâneos que visitam o sítio, inicialmente interessados na coleta de frutas da estação. No geral, conseguimos mostrar as ruínas do Sítio do Físico, conversar sobre sua história e falar de sua importância, fazendo uma visita mediada nas ruínas cujo roteiro se faz em 01 (uma) hora de duração.

Essas visitas foram importantes para compreender o imaginário popular que paira sobre as ruínas, além de servirem de testes para a formatação do percurso e necessidade de identificação, entre outros procedimentos.

Sobre o primeiro tema, identificamos uma forte relação que se faz dentro da comunidade entre o Sítio do Físico e Ana Jansen – figura feminina real e histórica de São Luís que viveu no século XIX e à qual se atribuem diversas lendas do folclore local e se rotulou com uma figura tão poderosa quanto má. Para uma parcela da população da ilha, tudo que é antigo e ligado à história de São Luís pertenceu a essa personagem. Do Convento das Mercês,⁷⁷ passando por casarões do Centro Histórico até chegar ao Sítio do Físico, tudo pertenceria a essa figura já tornada folclórica.

Uma das lendas que envolvem o nome de Ana Jansen é sobre a utilização do poço no centro do terraço do Convento das Mercês para prender escravos, sendo que no fundo do poço haveria estacas para ferir e matar tais escravos. Essa narrativa

⁷⁷ Famosa construção da cidade, tanto por sua monumentalidade quanto pela disputa política que ronda esse patrimônio, que durante o governo de Roseana Sarney foi doado a José Sarney, à revelia da lei, que fez uso e até hoje abriga a Fundação da Memória Republicana, [cuja](#) maior parte do seu acervo é composta pelos presentes e demais itens relacionados ao período em que Sarney ocupou a presidência [da República](#) – local também onde ele já expressou seu desejo de ser enterrado e receber peregrinações *post-mortem*, no estilo de Padre Cícero do Ceará.

apareceu nos discursos dos visitantes, transpondo-o para os poços de curtimento de couro presentes no Sítio.

Para desmistificar esses antigos mal-entendidos que ainda circulam oralmente e clarificar, ainda mais, a real história por trás do monumento que é o Sítio do Físico, pensou-se na instalação de outro totem (numa área de visibilidade, como uma praça, em meio às ruínas) contando de forma concisa a história do sítio, visando, principalmente, aos visitantes espontâneos que passam pelo local, sem a mediação de uma pessoa por parte do Ecomuseu.

O projeto dessa praça está sendo pensado e sua execução depende da captação de verba e, possivelmente, do desenrolar dos projetos apontados pelo IPHAN – que no início desse ano convidou para reunião representantes do Sebrae, do setor de turismo, do Estaleiro Escola, do Sítio Pyranhenga⁷⁸ e do Sítio do Físico para a elaboração e fomento de um roteiro turístico para esses sítios históricos que se localizam às margens do rio Bacanga.

A ideia dessa praça surgiu durante a elaboração do projeto de comunicação visual das ruínas, realizado a partir do *Manual de Sinalização do Patrimônio Mundial no Brasil* disponibilizado pelo IPHAN. Quanto à execução desse projeto, existe, além da preocupação pela não descaracterização do patrimônio, a necessidade de se ponderar sobre o uso dos materiais, de modo a não abrir brechas para ações de vandalismo.

Outro ponto verificado durante as visitas foi a utilização de uma nova rota. Foi realizado um desvio no meio da rota praticada até então, pois em determinado ponto esta passava em cima das ruínas de uma parede. O desvio foi realizado com a identificação de passagens/portas existentes anteriormente no local.

⁷⁸ O Sítio Pyranhenga é um sítio histórico, mais ou menos contemporâneo ao Sítio do Físico, localizado na mesma margem do rio Bacanga e encontra-se na metade do caminho entre o Ecomuseu e o Centro Histórico da cidade pelo caminho da via fluvial. Trata-se de um local que foi inicialmente preservado por um padre francês, que fundou o CEPROMAR – Centro Profissionalizante do Maranhão, para sua preservação e capacitação profissional de jovens e adultos carentes, contando com aportes do que consegue capitalizar na França e demais meios, que conta com o conjunto de Casa Grande, Senzala e Capela ainda de pé. A atual direção desse sítio não entende o espaço como museal, ficando à margem das discursões patrimoniais rotineiras que ocorrem na cidade.

Fig. 61 Imagem de satélite em que é possível visualizar a trilha que passava encima de estruturas das ruínas.
Fonte: Google Earth.

Fig. 62 Representação gráfica da antiga rota.
Fonte: IEMSF.

Por se tratar de um trecho novo, o percurso ainda não está consolidado, havendo bastante material construtivo fruto do desabamento das antigas estruturas no meio do caminho. Outro detalhe na construção desse caminho é que para fazê-lo foi necessário retirar uma caixa de colmeia de abelhas⁷⁹ que existia no local, levando certo tempo até o período mais favorável para essa remoção.

Outro caminho foi aberto como alternativa à subida da escadaria, visando facilitar a acessibilidade do percurso no retorno ao ponto de início. O Sítio do Físico, assim como grande parte dos sítios arqueológicos do país, ainda não está adequado às normas de acessibilidade da ABNT, devido à necessidade de um projeto específico e verba necessária para sua execução, no entanto, devido ao seu sistema de rampas, seu acesso é possível, embora não seja o ideal, como já foi testado no ano de 2008 por um grupo de pessoas com deficiência de diversos tipos levado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e a abertura dessa nova trilha facilita ainda mais a visita por parte desses grupos e outros tipos de limitações físicas.

⁷⁹ Em busca de certa sustentabilidade para o Ecomuseu, que não possui dotação orçamentária, pois tem sido mantido pelos seus proprietários para cobrir gastos básicos de limpeza, conservação e salários de dois caseiros, algumas atividades produtivas têm sido testadas para garantir uma fonte alternativa de renda para o sítio, como a extração de mel e a formação de uma granja, porém, até aqui em caráter experimental, como relatam os proprietários do sítio.

Fig. 63 Abertura da nova trilha, ligando a área externa que leva do rio às rampas, passando ao lado da escadaria. Foto: Laura Mendonça Brandão (2015).

A partir das antigas rotas e dessas novas experiências, foi traçado um roteiro de visitação com dois percursos possíveis: o primeiro seguindo a trilha em meio às ruínas do complexo industrial; o segundo percorrendo a trilha que leva ao sambaqui.

Os trajetos desses percursos envolvem:

1.	Trilha entre as ruínas do complexo industrial;
1.1	Começa no jardim da rotatória na entrada da área da propriedade onde se encontra o Sítio do Físico, com a exposição das peças de cantaria/lioz (pedras mós e peças referentes ao sistema hidráulico do sítio) e da quilha de um navio;
1.2	Passagem pelos alicerces da casa-grande, em que pode ser observado o que restou das paredes, a observação das cotas positivas nos revela uma espécie de planta baixa da casa, com vestígios das paredes, o piso em lajota do interior da casa, parte do piso em cantaria/lioz da área do alpendre, além do muro e do poço doméstico – que já se encontra soterrado. É passada a informação sobre o sistema de coleta de água da chuva, lembrando que, à época, as chuvas eram mais fartas

- e ocorriam em um período de tempo maior, cerca de seis meses ao ano, e era coletada a água que caía no telhado da casa por um sistema de calhas. Durante a prospecção na área, foram encontrados vestígios desse sistema na parte do muro da casa, com a possível existência de uma estrutura que conectava esse sistema à área de tanques das ruínas do complexo industrial, como pôde ser observado.
- 1.3 A trilha segue para um pátio no limite da parte alta do terreno; nesse pátio, podem ser observadas duas estruturas de bancos em lados perpendiculares: um lado com o acabamento em cantaria/lioiz como namoradeiras – reservado aos mais nobres, como se pode observar em outros prédios da cidade, tal como a casa que abriga o Museu Histórico e Artístico do Maranhão – e outro com o acabamento simples na laterita – reservado aos trabalhadores e escravos.
- 1.4 Do alto desse pátio, a paisagem é dominada pelo sistema de rampas e o curtume, com demais construções em ruínas às margens, informa-se sobre a disposição de sua construção, que aproveita o caimento natural do terreno; o material construtivo (uma mistura de barro, cal de sarnambi e óleo de mamona ou baleia, servindo de argamassa para a laterita nativa) utilizado para erguer os paredões, que chegam a uma altura de oito metros. Nesse momento, lembramos que o couro era a matéria-prima mais exportada pelo Maranhão sob a denominação de atanados, que possuía uma utilização variada, servindo tanto para vestimenta de civis, como também de militares, além de outros possíveis usos, como revestimento e fabrico de móveis e objetos.
- 1.5 Em meio aos tanques do curtume – cujas paredes e piso são revestidos de lajotas de cerâmicas –, existe um canal de expurgo do material descartado no processo de curtimento do couro, além de uma rede de distribuição de água (que vem desde a casa-grande), com a presença de um forno em uma das paredes externas que, possivelmente, além de cumprir sua finalidade, servia também para esquentar a água que ia para os tanques. Entre as grossas paredes, na abertura da porta, observam-se os vestígios de encaixe de pesadas portas e, sobre o curtume, também pode-se observar a presença de duas aberturas em seu paredão que lembram seteiras. Nessa mesma parede, do lado de fora, observa-se um negativo de algo que poderia ser um segundo piso, esse conjunto pode ser referente a estruturas de defesa, vigia e repressão.

- 1.6 Do outro lado do curtume, encontram-se os tanques de armazenamento das águas da chuva, a presença de calhas de distribuição dessas águas e, correndo por baixo, caixas de esgoto para os resíduos do curtume que, segundo a informação oral, eram escalonadas, de forma a despejar no igarapé uma água menos poluída, possibilitando, também, o reaproveitamento dos resíduos, como a gordura (sebo) extraída do couro que deveria ser utilizada como matéria-prima da fabricação de velas.
- 1.7 Seguindo a trilha, do lado do curtume tem-se um relevo indicando a presença de um telhado que sai da parede do curtume e encontra-se à frente do forno. A presença de estruturas que sugerem a existência de colunas e não paredes, leva a pensar tratar-se de um local aberto, seguido por espaços compostos por arcos que poderiam compor ou não portas. Tais cômodos não se encontravam devidamente mapeados. Pelo estado em que seus vestígios se encontram, não é possível dizer com precisão se todo o espaço era composto por cômodos fechados ou se existia algum espaço aberto, o que se consegue observar precisamente, é que as paredes levantadas junto ao curtume possuíam um tratamento de acabamento, com o reboco das paredes.
- 1.8 Do outro lado, tem-se um espaço aberto, com a presença de uma ligação entre os tanques do reservatório de água, e essa parte, além da presença de um poço, próximo a dois tanques com revestimento de lajota de cerâmica e piso em pedra de cantaria/lioz. Nesse local, foram encontradas 3 pedras mós, sendo duas destas retiradas e acomodadas no jardim.
- 1.9 Nota-se que o caminho é feito em um continuo declive. Tem-se o término do caminho de alvenaria de pedra, que possui uma distinção bem clara, provavelmente, fruto da intervenção que ocorreu nos anos de 1970. Na passagem, há o indicativo que um dia houve uma porta dividindo os espaços. Passa-se então para uma área aberta, onde se encontra um segundo forno, de tipologia diferente do primeiro, cuja função conta-se estar ligada à olaria. Esta parte das ruínas encontra-se bastante comprometida, necessitando de uma intervenção consolidativa. À frente desse forno, tem-se um pequeno caminho que leva ao Igarapé do Coelho, um dos afluentes do Rio Bacanga, e de onde se retirava água

salobra para o preenchimento dos tanques da salina e o despejo dos dejetos do curtume.

- 1.10 Havia uma estrutura de porto, com a presença de um atracador, no que se denominou de Porto doméstico do Riacho do Coelho, além de se perceber um piso diferenciado, ainda que não se observe nenhum calçamento; nota-se algum trabalho na tabatinga. Ao longo do trajeto para o igarapé, é possível visualizar acúmulos de argamassa, que, provavelmente, foi utilizada durante as intervenções acima citadas.
- 1.11 Nesse caminho, de um lado temos a salina, em que se percebe que estava em uma estrutura à parte, fechada, onde o registro da história oral informa que ocorria o preenchimento dos tanques durante o movimento de cheia da maré, e, após a captação, os tanques eram vedados e mais do que pelo processo natural de evaporação, a obtenção do sal era feita pelo processo de aquecimento dessa água com a queima de material orgânico e combustível em cima desses tanques. Não foram encontradas evidências dessas práticas, somente se pôde observar o sistema de canais que ligam esses tanques ao igarapé e a presença da quilha hidráulica em uma das paredes que remetem aos tanques do reservatório de água. Observa-se que a parte mais externa da muralha está também comprometida, com uma angulação de mais de 30°.
- 1.12 Do outro lado da salina, tem-se outra estrutura fechada. O trajeto nos leva a um pátio menor em que podemos observar o que ainda resta dos contrafortes que sustentam a estrutura posterior do curtume, além da presença de três paredes que podem ter sido um forno, segundo hipótese de Ulysses Pernambucano. À frente desse pátio, há uma estrutura que, inicialmente, pensava-se se tratar de um único prédio, com depósitos, celas de prisão e senzala. Com a análise das ruínas, ficou mais claro que se trata de duas unidades distintas que compartilham uma mesma estrutura. Na primeira delas, se evidenciam cômodos normais à frente e cômodos triangulares sem janelas na parte de trás e do lado. Conta com uma porta frontal e uma nos fundos que dá acesso a um pequeno pátio. Em um desses cômodos triangulares foi encontrado, muito antes da criação do Ecomuseu, algemas que pendiam de uma certa altura da parede, o que evidencia o relato oral de que lá seria a prisão do complexo. Segundo os estudiosos no assunto, prisões

- triangulares, além de privar a pessoa em um espaço, possuem um efeito psicológico. A segunda estrutura é composta por um compartimento maior e outros quatro menores na parte de trás, aparentemente sem janelas. Observa-se nas paredes dessa estrutura um sistema oco, sugerindo tratar-se de uma possível instalação hídrica, como observado na casa grande.
- 1.13 Atravessando o pátio menor, se sai em outra área externa, onde se pode ter uma visão do tamanho do complexo industrial, é possível observar vestígios de alguns compartimentos, além de tanques e de dois poços – sendo um deles adornado com duas colunas –, além dessa área, em direção ao rio, há o registro de um muro, no entanto, nos dias de hoje, quase não se percebe seus vestígios.
- 1.14 Caminhando nessa área, chega-se ao local onde ficam a escadaria e, ao lado dela, a caeira. De dentro da caeira, foram retirados os restos de conchas trituradas (material malacológico) que foram colocadas no caminho que leva ao Rio Bacanga, criando uma experiência sensorial que integra a pessoa à paisagem (quando os passos dos visitantes, em atrito com as conchas trituradas no solo ressoam no ambiente um som peculiar). A escadaria do local tem como base a mesma matéria-prima de todo o complexo, a laterita, no entanto, seus degraus eram todos em pedra de cantaria. Com a intervenção estatal dos anos 1970, a cantaria foi retirada e substituída por concreto, ficando os quatro últimos lances de escada como testemunho de como era.
- 1.15 Seguindo a trilha em direção ao Rio Bacanga, passa-se pelo caminho com as conchas, atravessando o ecótono, e percebe-se que esse caminho se encontra elevado em relação ao nível das laterais. Chega-se então às margens do Rio Bacanga, onde se observa a diferença da fauna e flora, com a presença do mangue, dos caranguejos/siris e dos guarás. Além da natureza, é possível ver (em certas épocas) o sítio Pyranhenga, as torres fabris do que hoje é o Ceprama, os carros passando na barragem que corta o rio e parte do Centro Histórico da cidade passando em frente da Universidade Federal do Maranhão, em direção ao interior da ilha.
- 1.16 A trilha termina voltando pelo caminho e subindo a escadaria que leva até o pátio, na conjunção entre a parte com acabamento mais elaborado (com assentos em pedra de “cantaria”) e a parte mais simples (com assentos em laterita).

2.	Trilha para o Sambaqui
2.1	Voltando pela estrada de acesso a sudeste, a cerca de 300 metros da entrada do Sítio do Físico, à esquerda de quem vem para o sítio, encontra-se a trilha em meio à mata que leva ao Sambaqui. A vegetação local é composta principalmente por babaçus, tuturubás, janaúba, cipós, carás, maracujá de cobra, mangueiras, bambuzais e outros menos conhecidos.
2.2	Nessa trilha, começamos observando o solo e a vegetação. O solo é aparentemente pobre, arenoso, enquanto a vegetação é densa, remanescente das diversas queimadas que a área sofreu, principalmente próximo da linha de energia.
2.3	Adentrando a mata, percebemos como o relevo possui desníveis, e a cada subida e descida a vegetação e o solo vão se modificando.
2.4	Começando a última subida já bem próximo ao sambaqui, observa-se que a vegetação fica menos densa e mais alta, o solo se torna mais escuro, aparentemente mais fértil, e então é possível ver pequenos pontos brancos no solo, que são pedaços de material malacológico e raros fragmentos cerâmicos espalhados pelo chão. Aqui chama a atenção a presença de muitos pés de ipês.
2.5	Chegando ao sambaqui, encontra-se um lugar agradável, em que a vegetação protege a área do sol. Logo na chegada pode-se ver o testemunho das escavações arqueológicas, com a presença de um perfil na caída do terreno, próximo à trilha.
2.6	Subindo essa parte, a trilha se bifurca levando a duas áreas de escavação: a área da trincheira e a área da escavação de grande superfície. A trincheira foi realizada como forma de resgatar a informação existente nos poços-teste que foram feitos pelo professor Olavo Corrêa na década de 1980, além de proporcionar material para controle estratigráfico e datação. A área de escavação presenteou a pesquisa coordenada por Arkley Bandeira durante seu mestrado e doutorado com o achado de um enterramento ainda a ser estudado.
2.7	Saindo da área de escavação, voltando para o Sítio do Físico, por outra trilha a noroeste de onde se estava, caminha-se entre os marcos divisionais das terras dentro do Parque Estadual do Bacanga, em que é possível perceber a diferença no adensamento da vegetação entre os dois lados, sendo as terras dos proprietários do Sítio do Físico mais preservadas.

- 2.8 Os desníveis do terreno nessa trilha são mais perceptíveis ainda, chegando a uma diferença de cerca de 10 metros. Também é possível perceber o afloramento de laterita nas encostas do maior desnível.
- 2.9 Essa trilha desemboca na área de cima do sítio, próximo à casa do caseiro.
Observação: Durante as pesquisas do Dr. Arkley Bandeira, foi possível ver nas imediações do sambaqui a fauna composta por bicho-preguiça, cobras de diversas espécies, lagartos tipo teiú, pássaros diversos, pacas, cotias, etc.

3.2 Ações arqueológicas e interfaces museológicas

3.2.1 A monumentalidade do sítio

Fig. 64 Imagem de Satélite das Ruínas. Fonte: Google Earth Pro.

As ruínas do sítio do físico ocupam uma área de 3 hectares,⁸⁰ conforme afirma Jomar Moraes (1980). A estrutura de seu complexo é edificada, principalmente, em alvenaria de pedra e cal de sarnambi. Alguns paredões chegam a aproximadamente 8m de altura, com até 60cm de largura e quase 50m de comprimento. Tal monumentalidade que consegue ser captada por imagens de satélites em ferramentas disponibilizadas

⁸⁰ Considerando a descontinuidade das ruínas.

gratuitamente e acessíveis na internet como é o caso do Google Earth e do Google Earth Pro.

Sobre o material utilizado na construção do sítio, o Relatório de Mello Neto; Mello (1976, p. 80) afirma que:

foi todo, ou quase todo, local. A pedra, principal elemento construtivo, é o arenito ferruginoso abundantíssimo na Ilha de São Luís e seus afloramentos ocorrem ali a cada passo. São pedras vermelhas, para as paredes, grandes lances de paredes. A massa uniformemente observada em vários pontos, é composta de barro e cal de ostras, que servem de aglomerado tradicional e ainda para o revestimento como reboco para as paredes. Em alguns locais do sítio, este reboco está impermeabilizado com alcatrão, mostrando paredes negras. O ladrilho de cerâmica, empregado como revestimento para os tanques, ou como elemento estrutural, em vergas e colunas, e na construção de pisos é encontrado em dois tipos que podemos chamar de “básicos” e empregados, contemporaneamente, na construção da indústria. [sic]

A estrutura fabril foi pensada para aproveitar o caimento natural do terreno, realizando adaptações para sua implantação (segundo o Relatório do Levantamento Topográfico e Geofísico do Sítio do Físico São Luís – MA, de 2008), aproveitando o desnível do terreno para separar a área privada/social da produtiva e organizar um sistema para o aproveitamento do potencial hídrico da região para fins da atividade de curtimento do couro, que demanda o uso de água em abundância.

O levantamento arqueológico da área faz parte do processo de salvaguarda das ruínas. Em 2006, quando o Ecomuseu começou a tomar forma, muitas ruínas do complexo industrial já não apresentavam a integridade encontrada à época da primeira pesquisa arqueológica (empreendida por Ulysses Pernambucano). No começo da Instituição, pouco havia sido anotado e prospectado além desse trabalho anterior.

Nesse sentido, visitar as ruínas com um olhar atento tanto às estruturas remanescentes quanto ao estado de conservação delas se fazia necessário. Esta parte da pesquisa foi realizada em diversas etapas, considerando as mudanças dos humores do clima, o qual é acompanhado pelo avanço e recuo da vegetação, bem como dos recursos humanos disponíveis.

Por fim, a prospecção ao sítio ateu-se às cotas positivas, tendo em vista o momento institucional, no qual se planeja a construção da sede da Casa da Memória. Essa decisão teve em vista a coerência com a proposta do trabalho e com a preocupação do tratamento pós-escavação demandado pelas peças.

A construção dessa sede deve contemplar não só as necessidades de salvaguarda e exposição, mas também está sendo pensada **de modo a** suprir as necessidades das demais atividades desenvolvidas pelo Ecomuseu,⁸¹ tais como as diversas oficinas e reuniões com parceiros e comunidade. Além de **visar o** público externo.

Fig. 65 Projeto de construção da sede da Casa da Memória do Ecomuseu.
Imagem de: Verônica P. Pires (2016)

As visitas das equipes da arquiteta Verônica P. Pires, escolhida para fazer o projeto arquitetônico da Casa da Memória, e de Anna Karla Almeida, arquiteta com o projeto “MISE EN ŒUVRE LA CONSERVATION ET GESTION DE LA ARCHEOLOGIE INDUSTRIELLE: Le cas de l'Ecomusée du Sítio do Físico pour la récupération du patrimoine dans un processus de développement durable avec la communauté locale” pelo Master Erasmus Mundus, também foram importantes para complementar o olhar da pesquisadora sobre as ruínas e esclarecer aspectos das estruturas do sítio referente ao campo disciplinar da Arquitetura.

No *Relatório de Pesquisa de arqueologia histórica sobre o Sítio Santo Antônio da Alegria (Sítio do Físico)*, realizado pelo arqueólogo Ulysses Pernambucano, há um capítulo de 14 páginas intitulado ‘A pesquisa efetuada no Sítio Santo Antônio da Alegria: realizações e dificuldades’, constando um mapa do Sítio, podendo-se comparar o levantamento realizado neste Relatório e as ruínas que encontradas atualmente.

⁸¹ Conferir programa de necessidade no Anexo C.

Fig. 66 Esquema Geral do Sítio do Físico

1. Residência. 2. Laboratório (?). 3. Jardim. 4. Rampas. 5. Área de cobertura com três tanques. 6. Curtume. 7. Forno. 8. Telheiro. 9. Poço e tanques. 10. Tanques. 11. Forno. 12. Contrafortes. Forno (?). 13. Armazéns (?). 14. Administração (?). 15. Cais. 16. Poço. 17. Armazém. 18. Forno. 19. Poço. 20. Alicerces. Fogueteria (?).

Dentre as dificuldades de se realizar a pesquisa no sítio, Pernambucano informa sobre a impossibilidade de desmatar toda a área, assim sendo, percebe-se que seu trabalho concentrou-se na área do curtume e da casa grande.

Talvez por essa dificuldade, nota-se em seu mapa a ausência de cômodos encontrados ao lado do curtume, observados durante a primeira etapa de pesquisas em campo.

Também a partir desse mapa, foi traçado o percurso realizado durante as visitas mediadas ao Ecomuseu e pode-se notar o nível de degradação da área ocorrida entre a década de 1970 (quando se realizou a primeira pesquisa arqueológica no sítio) e os dias de hoje.

Foi identificada uma série de descolamentos, arruinamentos e demais ações nocivas que o tempo e a falta de manutenção afetaram de forma negativa a integridade das ruínas.

Durante a visita da equipe da arquiteta Verônica P. Pires, foram identificados os principais problemas, a saber: o descolamento de algumas ruínas por ação da infiltração de raízes de vegetação, a desestabilização seguida de processo de tombamento, o descolamento e o aparecimento de rachaduras em alguns paredões.

Fig. 67 Rachadura, indicada pela seta vermelha, em um dos tanques identificados como da área coberta no Relatório de Mello Neto; Mello. Foto: Laura Mendonça Brandão. (2016)

Fig. 68 Sinais de desestabilização com desabamento de parte da estrutura hidráulica que ladeia a área do curtume. Foto: Laura Mendonça Brandão. (2016)

Fig. 69 Processo de tombamento de um dos paredões à esquerda e marcas de infiltração de raízes de vegetação, promovendo o descolamento de parte das ruínas.

Foto: Laura Mendonça Brandão. (2016)

Fig. 70 Infiltração de vegetação no paredão, causando seu arruinamento.

Foto: Laura Mendonça Brandão. (2016)

Fig. 71 Descolamento de um dos arcos dos portais remanescentes. Foto: Laura Mendonça Brandão. (2016)

Fig. 72 Descolamento entre os dois paredões que fazem 90°. Foto: Nádia Mendonça (2017).

Analisando o mapa e a trilha da visita percebe-se que a área identificada por Pernambucano como sendo dos armazéns (provavelmente, a mesma área identificada por Joaquim C. Silva – antigo proprietário, já falecido – como uma possível senzala e área de prisão tendo um pátio à sua frente⁸²) encontra-se desconfigurada (uma parte das paredes veio ao chão), não sendo mais caracterizada como um espaço fechado dentro do complexo.

Outra observação realizada sobre essa área é que, provavelmente, a aparente unidade que o prédio fazia supor na verdade se dividia em duas partes (uma com divisões retangulares e outra com divisões triangulares) que não se comunicavam, tratando-se, na verdade, de duas unidades. Essa hipótese surge pela falta de detalhes e vestígios arquitetônicos sugestivos.

⁸² Lembrando, novamente, que parte das informações adquiridas por Joaquim C. Silva foram obtidas a partir de pesquisa oral entre ditos descendentes de escravos dali.

Fig. 73 Vista em perspectiva: à frente, paredão onde se localizam as rampas; posteriormente, o curtume; atrás do curtume temos a área não mapeada; abaixo: pátio; seguido dos armazéns.
Foto: Laura Mendonça Brandão (2014).

Durante o período entre outubro e novembro de 2015, aproveitando o período de seca, diversos intercursos foram feitos nas ruínas para o estabelecimento da nova rota – descrita no item anterior do capítulo, e análise de uso e ocupação dos espaços. Por meio dessa análise percebeu-se espaços abertos e fechados, pátios e áreas construídas.

3.2.2 Achados fortuitos e demais materiais arqueológicos

Na área do sítio, durante a pesquisa de Ulysses Pernambucano foram encontrados: garrafas de variados materiais, louças e cerâmicas também variadas, pregos de ferro e diversos tipos de azulejos (17).

Foi relatado por uma neta (Marta) do seu Joaquim que, na época em que o avô morou, ele chegou a constituir um pequeno acervo com os achados no sítio. Eram objetos de cerâmica dos mais diversos tipos, algumas garrafas, correntes de ferro, moedas e demais materiais em ferro.

Segundo consta, esse acervo foi levado pela polícia militar durante o período da ditadura, junto com livros e artigos do senhor Joaquim, tido como uma pessoa subversiva ao regime. Outra versão conta que esse material foi disponibilizado pela família do seu Joaquim para o trabalho de pesquisa arqueológica de Ulysses Pernambucano, que repassara à guarda do IPHAN.

Tanto o material resgatado por Pernambucano quanto o recolhido por seu Joaquim não foram localizados nas diversas buscas realizadas, formal ou informalmente.

Da época da posse dos novos proprietários, ao perguntar para um arqueólogo da cidade, foi passada a informação de que, ao achar algum material arqueológico, o ideal seria deixá-lo no local encontrado para uma possível futura pesquisa ou, caso não fosse possível, deixá-lo ao pé da árvore mais próximo do local em que foi encontrado.

Assim se procedeu nos primeiros anos. No entanto, após perder peças que se mostraram únicas ou raras, como um almofariz e algumas machadinhas, devido à ação das águas no período de chuva e de transeuntes, dos quais não se tem controle, a proprietária do sítio começou a recolher os achados.

A maior parte dos achados encontram-se em superfície, enquanto outros afloram durante o período das chuvas e/ou da colheita da plantação. Ao longo desses anos, somente um achado, encontrado mais acima da área de plantação pôde ser considerado estando dentro de um contexto, ainda que não inteligível.

Fig. 74 Conjunto encontrado acima da área da plantação, trata-se de uma argola de ferro que encontrava-se depositada no centro, quatro garrafas e três materiais líticos compondo.

Foto: Nery Mendonça. (2006)

Devido ao caimento do terreno, parte desse material arqueológico pode ser encontrado também espalhado em frente à caeira. No entanto, se os fragmentos encontrados na parte de superior do terreno possuem em média entre 12 e 7 cm, os fragmentos encontrados próximo à caeira possuem um tamanho médio de 2 cm.

Fig. 75 Fragmento de vidro encontrado na área da plantação. Foto: Laura Mendonça Brandão (2015).

Fig. 76 Fragmentos de louça e vidro encontrados próximo à caeira. Foto: Laura Mendonça Brandão (2016).

Com o tempo, também se começou a recolher o material pego por visitantes, como forma de coibir a ideia de se levar uma “lembrança” do sítio. Esse material é primeiro lavado superficialmente e acondicionado em bandejas na área do sítio, sendo posteriormente acondicionado em pastas de plástico ondulado e guardado na reserva técnica que atualmente fica em um prédio em outro bairro da cidade.

Nesse sentido, os anos de 2015 e 2016 foram atípicos, devido ao número de visitantes passando pelas áreas em que fragmentos de material arqueológico aparecem em maior abundância, gerando um volume de material coletado maior.

Assim, foram coletados nesse período:

Fig. 77 Gráfico da matéria-prima dos vestígios encontrados.

Como é possível observar pelo gráfico, a faiança fina é o principal material encontrado. Foi realizada uma rápida análise do tratamento de superfície presente nos fragmentos a partir da obra de Tocchetto; et al. (2001). Grande parte do tratamento demandado foi caracterizada como Shell Edge azul (totalizando 111 fragmentos),⁸³ acompanhado por uma grande variedade de relevos; seguido pelo Pintado à Mão (com 45 fragmentos) e Transfer Printing azul (somando ao todo 20 fragmentos).

⁸³ Sendo encontrado 4 fragmentos de Shell Edge verdes e 2 vermelhos.

Fig. 78 Faiança fina padrão Shell Edge.
Foto: Laura Mendonça Brandão (2016).

Fig. 79 Raro exemplar não fragmentado de uma garrafa de vidro. Foto: Laura Mendonça Brandão (2016).

Figura 80 Fragmento de um recipiente de grês.
Foto: Laura Mendonça Brandão (2016)

O local onde se encontra a reserva técnica é provisório até o momento em que se conseguir construir a sede da Casa da Memória na área do Sítio. A Casa da Memória teve seu programa de necessidade elaborado visando um ambiente multifuncional, com espaço para exposição do material arqueológico encontrado na área de domínio do Ecomuseu, espaço de guarda e laboratórios para o material arqueológico, bem como espaços para reuniões, oficinas e vivências, e sua construção está em fase de negociação com o IPHAN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto inicial desta pesquisa foi pensado com o intuito de colaborar para a estruturação do Ecomuseu Sítio do Físico, trazendo mais elementos para a constituição de bases sólidas, tornando a instituição estabelecida o suficientemente para não retroceder no que já havia conquistado e alcançar ainda mais objetivos.

Dessa forma, no primeiro capítulo, essa construção começa com a descrição da paisagem, do território e da história dos sítios lá existentes. Assim, o elo entre os primeiros habitantes e os habitantes atuais é analisado sob a ótica de lugares persistentes conceituados pela Arqueologia, e, vemos ao longo do texto esse elo sendo costurado com as ações do Ecomuseu, com o reaproveitamento de resíduos sólidos realizados por artesãos da comunidade do entorno e no cuidado com a preservação de rios e meio ambiente defendidos pelo Ecomuseu através da sua atuação na Rede Coroador de Natal no Eixo de Meio Ambiente, no Pró-Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Bacanga e nos Conselhos Estadual de Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e no Conselho Municipal de Meio Ambiente.

No segundo capítulo, são apresentados conceitos e documentos norteadores do trabalho museológico e tece-se uma discussão de como eles afetam a área arqueológica e uma crítica aos efeitos que incidem quando inexistente diálogo entre essas duas áreas. Percebe-se que, caso as recomendações da Carta de Lausanne e os preceitos do PNSM fossem seguidos, estaríamos em outro patamar de discussão.

No último capítulo, se ressaltam as ações do trabalho de difusão, com educação patrimonial realizada nas escolas públicas e comunitárias do entorno e em diversos espaços da cidade, além da atuação do Ecomuseu nas ações do coletivo de museus de São Luís e sua participação nos eventos museológicos coordenados pelo IBRAM. Apresenta-se também a forma com que todas as discussões anteriores

afetam nas decisões e ações relacionadas às questões patrimoniais no âmbito do Ecomuseu e desta pesquisa.

No decorrer desta pesquisa, tentou-se buscar o equilíbrio entre comunidade, Museologia e Arqueologia. Neste percurso foi possível notar que apenas procedimentos técnicos, organogramas, ou uma metodologia científica não são capazes de garantir uma instituição sólida.

Ao constatar-se a dissociação entre o que o arqueólogo estuda e o objetivo final do seu trabalho, saltou aos olhos um elemento de vital importância: a presença e a força das comunidades. São elas que garantem a importância, a vivacidade e a perpetuação de um trabalho que lida com patrimônio, território, identidade e luta pelo bem comum. Sem essa percepção, o trabalho acadêmico cai num monólogo perigoso e seu alcance e longevidade ficam ameaçados.

É sobre as comunidades que recaem o legado, sobre elas que se apoia o futuro. No caso do Ecomuseu Sítio do Físico, a construção da Casa da Memória pode ser um ponto aglutinador, que contribua para organização da instituição e propulsione ações futuras. Mas, para tal, é necessário o envolvimento de pessoas que deem continuidade as ações desenvolvidas e, com o tempo, crie outras, segundo a necessidade da época. Caso contrário, todo o esforço demandado até então seria desperdiçado e o prédio poderia se tornar mais um fadado ao abandono e esquecimento.

Assim, uma das vias para o futuro do Ecomuseu perpassa por um planejamento e uma estrutura de organização mínima, na descentralização da tomada de decisões e no cultivo da atuação comunitária e de novas parcerias. A infraestrutura pode ser um atrativo e um suporte e a participação em redes tem se mostrado fundamental para o enraizamento da instituição.

No campo da Arqueologia, é um lugar-comum entre professores e profissionais mais antigos, com os quais a pesquisadora teve contato ao longo do curso, a noção de que o arqueólogo precisa saber fazer bem o “arroz com feijão” da Arqueologia, dominar sua especialidade. Contudo, este trabalho, juntamente com a experiência do Ecomuseu Sítio do Físico, tentou demonstrar que não basta produzir conhecimentos - é preciso também buscar meios para que tais pesquisas possam ser apropriadas pelas comunidades, ressignificando seus usos ou dando uma utilidade a essas descobertas. Isso é fundamental para evitar casos como o “desaparecimento” do Sambaqui do Bacanga, o esquecimento e a destruição de bens patrimoniais.

Se o trabalho do arqueólogo está ligado diretamente à lógica de preservação desses bens patrimoniais, tanto um quanto o outro só têm um sentido amplo e pleno quando são apropriados pelo seu tempo e pelas pessoas que participam dele.

Enquanto profissional, deve fazer o melhor e dialogar não só com seus pares acadêmicos, mas estender esse diálogo para comunidade ao qual o patrimônio se relaciona (quer queira por herança direta ou continuidade territorial). Pensar que, no mínimo, o trabalho precisa ter alguma acessibilidade no seu conteúdo, transpassando os seus objetivos acadêmicos ou as forças contratuais iniciais.

Do estudo feito, a partir dos currículos dos cursos de graduação em Arqueologia, é possível inferir que parte da deficiência apresentada pode ser atribuída ao fato de ser uma profissão relativamente nova no país⁸⁴ e que necessita seguir preceitos dos acordos internacionais (Carta de Lausanne) e estar atenta às transformações da área prática de sua carreira (e das que incidem sobre essa, como no caso a Museologia e o PNM e PNSM), além de abordar novos olhares principalmente da ampliação da transdisciplinaridade, absorvendo e aprimorando conhecimentos de outras áreas.

Outrossim, quando se fala sobre patrimônio, fala-se, na verdade, de embates, ideologias e escolhas que permeiam noções globais e locais. No mundo atual, aos poucos, o sentido e a noção de comunidade passa por notáveis modificações.

Se a memória individual fala da identidade pessoal, o patrimônio diz o que somos enquanto comunidade, povo, país.

Finalizando, assim como o trabalho de Bruno (1999), percebe-se que sim, o trabalho patrimonial pode sim impulsionar o desenvolvimento e a sustentabilidade de comunidades. O arqueólogo pode ter um papel importante, acompanhando o projeto, fazendo com que os dados retirados da pesquisa arqueológica sirvam mais que ilustração, mas não cabe a ele o sucesso da empreitada como um todo. Esse resultado é, antes de tudo, coletivo, nos moldes em que esta dissertação propôs, a partir do tripé: academia-patrimônio-comunidade.

⁸⁴ Considerando a quase inexistência do curso de Arqueologia anterior ao ano de 2004, quando se tinha somente um curso de graduação em todo país oferecido pela faculdade particular Estácio de Sá e que foi fechado por volta dos anos 1990.

REFERÊNCIAS

ANTAS, Mário Nuno do Bento. *A comunicação educativa como factor de (re)valorização do património arqueológico* – Boas práticas em museus de arqueologia portugueses. 2013. 579 f. Tese (Doutorado em Museologia) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal.

ARAÚJO, Helena Maria Marques, *Museu da Maré: entre educação, memórias e identidades*. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, RJ.

BALÉE, William. *Footprints of the forest: ka'apor ethnobotany: the historical ecology of plant utilization by an amazonian people*. New York: Columbia

BANDEIRA, Arkley Marques. Os Tupis na Ilha de São Luís - Maranhã: Fontes Históricas e a Pesquisa Arqueológica. *Revista História Unicap*, v. 2 , n. 3, p. 79-98, jan./jun. 2015.

_____. *Ocupações humanas pré-coloniais na Ilha de São Luís - MA: inserção dos sítios arqueológicos na paisagem, cronologia e cultura material cerâmica*. 2013. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

_____. *Ocupações humanas pré-históricas no litoral maranhense: um estudo arqueológico sobre o sambaqui do Bacanga na ilha de São Luís – Maranhão*. 2008. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

BEZERRA, José Fernando Rodrigues. *Geomorfologia e Reabilitação de áreas degradadas por erosão com técnicas de bioengenharia de solos na bacia do Rio Bacanga, São Luís – MA*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

BRASIL. *Plano Nacional Setorial de Museus – 2010/2020* (2010: Brasília – DF). Brasília: MinC/Ibram, 2010.

_____. *Decreto n.º 8.124, de 17 de outubro de 2013*. Regulamenta dispositivos da Lei n.º 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei n.º 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.

_____. *Lei n.º 11.904, de 14 de janeiro de 2009*. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.

_____. *Política Nacional de Museus / organização e textos*, José do Nascimento Junior, Mário de Souza Chagas. Brasília: MinC, 2007.

_____. *Alimentos Regionais Brasileiros/* Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. 1 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Notas de aula no curso de Patrimônio Arqueológico e Musealização. Curso promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia – MAE/USP. São Paulo, 2012.

_____. Definição de Curadoria: os caminhos do enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial. In: JULIÃO, Letícia; BITTERN COURT, José Neves (orgs.). *Cadernos de diretrizes museológicas 2: mediação em museus: curadorias, exposições, ação educativa*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2008.

_____. *Arqueologia e Antropofagia: A musealização de sítios arqueológicos*. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, n. 31, p. 234-247, 2005.

_____. Generosidade e Acessibilidade: a contribuição da metodologia museológica na construção da noção de pertencimento. In: *III Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários / X Atelier Internacional do MINOM*, 2004, Rio de Janeiro. *Cadernos do MINOM*, 2004. Disponível em: <<http://www.abremc.com.br/artigos2.asp?id=17>>. Acesso em: 2 ago. 2014.

_____. *Musealização da arqueologia: um estudo de modelos para o projecto de Paranapanema*. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 17, n. 17. Lisboa: ULHT, 1999.

_____. *Museologia: algumas idéias para a sua organização disciplinar*. 1996. Disponível em: <<http://www.mestrado-museologia.net/cristinab.htm>>. Acesso em: 24 out. 2011.

CAFÉ, Daniel Calado. *Redes em teias museológicas: Sociomuseologia, redes museológicas locais e o Museu do Território de Alcanena*. 2012. Tese (Doutorado em Museologia) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. A função social dos museus. *Canindé – Revista do Museu de Arqueologia de Xingó*, n. 9. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, p. 169-187, jun. 2007.

CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação: A Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergente*. 25 ed. São Paulo: Cultrix, 1982.

CASTRO, Demian Garcia. Patrimônio histórico-arquitetônico como marca de qualificação da paisagem de Quissamã: identidade cultural, poder e consumo. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

_____. Significados do conceito de paisagem. In: *VI Congresso Brasileiro de Geógrafos*, 2004. Goiânia. Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e a

geografia do século XXI. Goiânia: UFG/AGB, 2004. Disponível em: <<http://www.pucsp/~diamantino/PAISAGEhttp://www.pucsp.br/~diamantino/PAISAGE M.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2016.

CHAGAS, Mário. Cultura, Patrimônio e Memória. *Revista Museu*. 2005. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=5986>>. Acesso em: 2 ago. 2014.

COELHO, Washington Souza. “*Ruínas*” de uma indústria: Sítio do Físico, preservação de um Patrimônio Imaterial como lugar de memória. 2006. 59 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA.

COLWELL-CHANTHAPHONH, C. The archaeologist as a world citizen. In: MEKELI, L. (Ed.). *Cosmopolitan Archaeologies*. Durham/London, Duke University Press. 2009. p. 140-165.

_____; FERGUSON, T. J.; ANYON, Roger. Always multivocal and multivalent: conceptualizing Archaeology Landscapes in Arizona’s San Pedro Valley. In: RUBERTONE, Patricia E. (ed.). *Archaeologies of Placemaking*; Monuments, Memories, and Engagement in Native North America. Walnut Creek: Left Coast Press, 2008. p. 59-80.

CRIADO BOADO, Felipe. Construcción social del espacio y reconstrucción arqueológica del paisaje. *Boletín de Antropología Americana*. n. 24, diciembre, 1991.

CURY, Isabelle (Org.). *Cartas patrimoniais*. 3 ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

DELARGE, Alexandre; et al. Habitantes, Profissionais e Eleitos: A Partilha do Poder nos Ecomuseus e Museus Comunitários. Trad. Odalice Priosti. In: *III Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários / X Atelier Internacional do MINOM*, 2004, Rio de Janeiro. Cadernos do MINOM, 2004. Disponível em: <<http://www.abremc.com.br/artigos2.asp?id=12>>. Acesso em: 2 ago. 2014.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (dir.). *Conceitos-chaves de Museologia*. Tradução de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. Paris: Armand Colin et ICOM, 2013.

DÍAZ-ANDREU, M. *A World History of Nineteenth-Century Archaeology*. Oxford University Press, 2007.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2008-2013, disponível em: <<http://www.priberam.pt/>>.

ELLEN, Roy; HARRIS, Holly. Indigenous Environmental Knowledge, the History of Science, and the discourse of Development. In: SANGA, Glauco; ORTALLI, Gherardo. *Nature Knowledge*. Ethnoscience, Cognition, and utility. Berghahn books, New York: Oxford, 2004, p. 301-311.

ESPÍRITO SANTO, José Marcelo (org.). *São Luís: uma leitura da cidade*. São Luís: Instituto da Cidade, 2006.

FAGUNDES, Marcelo. O conceito de Paisagem em Arqueologia – os Lugares Persistentes. In: HOLOS Environment, v.9, nº.2, 2009. P.301-315.

FERREIRA, Bernardo Costa (coord.). *Relatório do Levantamento Topográfico e Geofísico do Sítio do Físico, São Luís – MA*. São Luís: TerraGraph, 2008.

FRANCO, Maria Ignez Mantovani. Museus: Engajamento e colaboração. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 47, n. 3. Lisboa: ULHT, 2014.

GONÇALVES, Antonio Sérgio; GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. Redes de proteção social na comunidade. In: GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. *Redes de proteção social*. Abrigos em movimento. 2010, p. 11-20.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Time to Destroy: An Archaeology of Supermodernity. *Current Anthropology*, v. 49, n. 2, p. 247-279, abr. 2008.

HODDER, Ian. *Postprocessual archaeology*. Advances in Archaeological Method and Theory, v. 8, 1985. p. 1-26.

INGOLD, Tim. Two reflections on Ecological Knowledge. In: SANGA, Glauco; ORTALLI, Gherardo. *Nature Knowledge*. Ethnoscience, Cognition, and utility. Berghahn books, New York: Oxford, 2004. p. 301-311.

_____. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. São Paulo: Vozes, 2015

INSTITUTO DA CIDADE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E RURAL. ***Regionais urbanas da Secretaria Municipal de Orçamento Participativo-SEMOP - 2006***. São Luís, 2010.

MEINIG, Donald W. O olho que observa: Dez versões da mesma cena. *Espaço e Cultura*, n. 13, p. 35-46, 2002.

MARQUES, César Augusto. *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*. 3 ed. Rio de Janeiro: Cia. Editora Fon-Fon e Seleta, 1970.

MARTINS, Maria Terezinha Resende. *Ecomuseu da Amazônia: a prática da partilha do patrimônio*. Disponível em: <http://www.abremc.com.br/artigos3.asp?id=3#_ftn1>, Acesso em: 2 ago. 2014.

MATTOS, Yára. Diálogo, Sentido e Significado no Ecomuseu Da Serra de Ouro Preto/Mg. In: *IV Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários*. 2012, Belém, Pará. Disponível em: <<http://www.abremc.com.br/pdf/3art/14.pdf>>, Acesso em: 2 ago. 2014.

McGUIRE, Randall H. *Archaeological as Political Action*. Berkeley: Un. Of California Press, 2008.

MELLO NETO, Ulysses Pernambucano de; MELLO, Virginia Pernambucano de. *Relatório de Pesquisa de arqueologia histórica sobre o Sítio Santo Antonio das Alegrias (Sítio do Físico)*. Recife: SECIMA, 1976.

MENDES, Reginaldo Teixeira. *Sítio do Físico: uma história feita de pedras*. São Luís: Gráfica Pinheiro, 2003.

MENESES, Ulpiano T. B. de. Premissas para uma política arqueológica brasileira. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 32, 2007. p. 37-57.

MOORE, Christopher R.; THOMPSON, Victor D. Animism and Green River persistente places: A dwelling perspective of the Shell Mound Archaic. *Journal of Social Archaeology*, 12, p. 264-284, 2012.

MORAES, Jomar. *O Sítio do Físico: Tentativa de Reconstituição Histórica*. São Luís: Sioge, 1980.

MORAIS, José Luiz de. *Perspectivas geoambientais da arqueologia do Paranapanema paulista*. 1999. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

MOUTINHO, Mário C. *Definição evolutiva de Sociomuseologia - Proposta de reflexão*. Lisboa: XIII Atelier Internacional do MINOM, 2007.

PEREIRA, E. D. *Avaliação da vulnerabilidade natural à contaminação do solo e do aquífero do reservatório Batatã – São Luís (MA)*. 2006. Tese (Doutorado em Geociências e Meio Ambiente) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP.

PRIMO, Judite. O social como objeto da museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 47, n. 3. Lisboa: ULHT, 2014.

PRIOSTI, Odalice Miranda. Por uma gestão patrimonial comunitária. Por que não? In: GONDAR, Jô; BARRENECHEA, Miguel Angel de (orgs.). *Memória e espaço: trilhas do contemporâneo*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003

SCHLANGER, S.H. 1992, *Recognizing persistent places in Anasazi settlement systems*. In: J. Rossignol & L. Wandsnider (eds), *Space, time and archaeological landscapes*, New York, 91-112.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de (coord.); MIRANDA, Ana Caroline Pires; MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. *O Pólo Coroadinho: diagnóstico preliminar*. Relatório final do diagnóstico apresentado ao Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão - digitado, São Luís: GEDMMA/UFMA, 2006.

SCHIFFER, Michael B. Archaeological Context and Systematic Context. *American Antiquity*, 37 (2), p. 156-165, 1972.

SHANKS, Michael. Postprocessual archaeology and after. In: BENTLEY, R. A.; CHIPPINDALE, C.; MASCHNER, H. (eds). *Handbook of Archaeological Method and Theory*. Walnut Creek: Altamira Press, 2007

SILBERMAN, Neil A. 'Sustainable' Heritage? Public Archaeological Interpretation and Marked Past. In: HAMILAKIS, Yannis; DUKE, Philip (eds.). *Archaeology and Capitalism: From Ethics to Politics*. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2007, p.179-193.

SOUSA, Laura N. N. M. *Sítio do Físico: O Ecomuseu de São Luís*. Relatório Final iniciação científica PIBIC/CNPq – digitado. São Luís: UFMA, 2008.

_____. *Porta a dentro: a cidade de São Luís no período oitocentista a partir do estudo da cultura material de suas casas (1800-1820)*. Monografia do Curso de História – digitado. São Luís:UFMA, 2011.

SOUSA, Maria de Lourdes N. M. Educação Patrimonial na Sociomuseologia: A experiência do Ecomuseu Sítio do Físico. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação em Museografia – digitado. Batatais: Centro Universitário Claretiano, 2016.

TEIXEIRA, Sheila G.; SOUZA FILHO, Pedro. W. M. E. . Mapeamento de ambientes costeiros tropicais (Golfão Maranhense, Brasil) utilizando imagens de sensores remotos orbitais. *Revista Brasileira de Geofísica*, 27 (Supl.1), p. 69-82, 2009.

TESSARO, Piero Alessandro Bohn. *Pedaços de uma Paulicéia Espalhados pela Urbe*: musealizando uma arqueologia com a cidade. 2013. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

TOCCHETTO, Fernanda Bodin; et al. *A faiança fina em Porto Alegre*: vestígios arqueológicos de uma cidade. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura. 2001.

VALÉRY, Paul. *O problema dos museus*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 31, p. 3235, 2005.

VARINE, Hugues de. *O lugar da comunidade no museu*: uma troca de serviços. Verona, 2007. Disponível em: <<http://www.abremc.com.br/artigos1.asp?id=6>>, Acesso em: 2 ago. 2014.

_____. *O tempo social*. Eça Editora: Rio de Janeiro, [s.d.].

VEIGA JÚNIOR, José Pessoa (org.). *Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil*. São Luís NE/SE, Folhas SA.23-X e SA.23-Z. Estados do Maranhão e Piauí. Escala 1:500.000. Brasília: CPRM, 2000.

VICTOR, Isabel; MELO, Margarida. A qualidade em museus: atributo ou imperativo? In: *Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola*, Volume 2, Porto: Universidade do Porto, 2009, p.156-167.

WICHERS, Camila A. de Moraes. *Patrimônio Arqueológico Paulista*: propostas museológicas para sua preservação. 2012. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

ANEXOS

- A. Cadeia sucessória do Sítio Santo Antônio da Alegria/Sítio do Físico;
- B. Relação de Plantas encontradas na área do Sítio do Físico levantadas pela autora, proprietários e caseiros;
- C. Programa de Necessidade da Casa da Memória conforme envia à arquiteta para desenvolver o projeto arquitetônico da Casa da Memória do Sítio do Físico;
- D. Questionário aplicado durante a disciplina Patrimônio Arqueológico e Musealização para sondar acerca do futuro dos Museus de Arqueologia no Brasil.

Anexo A

Cadeia sucessória do Sítio Santo Antônio da Alegria/Sítio do Físico

1804 - 1817 – Antônio José da Silva Pereira
1817 - 1847 – Antônia Pereira da Silva (filha de Antônio José) ⁸⁵
1847 - 1859 – João Antônio da Costa Rodrigues (genro de Antônio José)
1859 - 1860 - Francisco, José, João Bernadino e Manuel Bernandino da Costa Rodrigues (netos de Antônio José)
1860 - 1876 – Manuel Bernadino da Costa Rodrigues (neto de Antônio José)
1876 - 1919 – [ausência de documentação]
1919 - 1940 – Virgínia Oliveira Lima Lisboa
1940 - 1940 - Felipe Neri de Faria
1940 - 1957 – Leocádio Duarte de Mello
1957 - 1970 - Joaquim Felício Calvacante e Silva
1970 - 1997 – [posse temporária pelo Governo do Estado do Maranhão]
1997 - 2003 – Raimunda Silva Costa (filha de Joaquim Felício)
2003 - atual – Edimar Fernando Mendonça de Sousa

⁸⁵ Considerando-a como única herdeira da posse do Sítio, uma vez que este não consta no testamento de sua mãe, Rosa Tavares da Silva, esposa do Físico-mor.

Anexo B

Relação de Plantas encontradas na área do Sítio do Físico levantadas pela autora, proprietários e caseiros

Plantas encontradas na área do Sítio do Físico				
1.Nome	2.Nome científico	3.Origem	4.Situação ⁸⁶	5. Função ⁸⁷
Abacate	<i>Persea americana</i>	América Tropical	Plantação recente	Frutífera
Açafrão-da-terra/Curcuma	<i>Curcuma longa</i>	Ásia	Plantação antiga	Tempero
Acerola	<i>Malpighia glabra</i>	América	Plantação antiga	Frutífera
Açucena	<i>Hippeastrum</i> spp	Brasil	Plantação antiga	Ornamental
Agave	<i>Agave</i> spp			
Alamanda	<i>Allamanda</i> spp	Brasil	Plantação recente	Ornamental
Alfavaca	<i>Ocimum basilicum</i>	África e Ásia	Indefinido	Tempero
Amora	<i>Morus</i> sp	Indefinido (Ásia, África e América do Norte)	Plantação recentemente	Frutífera
Amor-agarradinho	<i>Antigonon leptopus</i>	México e América Central	Plantação antiga	Ornamental
Anajá	<i>Maximiliana regia</i>	Amazônia	Nativa da região	Frutífera

⁸⁶ Classificado em: nativa da região, plantação antiga (anterior aos atuais proprietários) e plantação recente (realizada pelos atuais proprietários).

⁸⁷ Referente ao uso atual.

Andiroba	<i>Carapa guianensis</i>	Amazônia	Plantação antiga	Frutífera/Medicinal
Areca (palmeira)	<i>Dypsis lutescens</i>	Madagascar	Plantação recente	Ornamental
Arnica	<i>Porophyllum ruderale</i>	Brasil	Nativa da região	Medicinal
Árvore-da-felicidade	<i>Polyscias fruticosa</i>	Polinésia, Malásia e Índia	Plantação recente	Ornamental
Árvore-do-viajante	<i>Ravenala madagascariensis</i>	Madagascar	Plantação recente	Ornamental
Avenca	<i>Adiantum</i> spp	Diversa	Nativa da região	Ornamental
Babaçu	<i>Attalea speciosa</i>	Regiões tropicais da América	Nativa da região	Frutífera
Bacuri	<i>Platonia insignis</i>		Nativa da região	Frutífera
Bambu	<i>Bambusa vulgaris</i>	Índia	Plantação antiga	Ornamental
Bambuzinho ou Aspargo	<i>Asparagus setaceus</i> - <i>Aspargo-samambaia</i>	Africa	Plantação recente	Ornamental
Banana	<i>Musa</i> spp	Sudoeste asiático	Plantação antiga	Frutífera
Barrigudeira	<i>Ceiba glaziovii</i>	Brasil	Plantação recente	Utilitária
Boldo	<i>Peumus boldus</i>	Andes chilenos	Plantação antiga	
Bredo	<i>Amaranthus viridis</i>		Nativa da região	Comestível

Bromélia gigante ⁸⁸	<i>Alcantarea imperialis</i>	Américas	Plantação antiga	Ornamental
Bromélia leão	<i>Aechmea fasciata</i>	Costa do Atlântico	Plantação recente	Ornamental
Buriti	<i>Mauritia vinífera</i>	Amazônia	Nativa da região	Frutífera
Cacau	<i>Theobroma cacao</i>	América do Sul	Plantação antiga	Frutífera
Café	<i>Coffea</i> sp	África	Plantação antiga	Frutífera
Cajazinho	<i>Spondias mombin</i>	América do Sul e Antilhas	Nativa da região	Frutífera
Caju	<i>Anacardium occidentale</i>	Brasil	Plantação antiga	Frutífera
Canela	<i>Cinnamomum zeylanicum</i>	China e Mianmar	Plantação recente	Tempero
Cansanção	<i>Cnidoscolus pubescens</i>	Brasil	Nativa da região	Erva-da-ninha
Cará	<i>Dioscorea spp</i>	América do Sul	Plantação antiga	Comestível
Capim limão	<i>Cymbopogon citratus</i>	Regiões tropicais da Ásia	Plantação antiga	Medicinal
Carambola	<i>Averrhoa carambola</i>	Ásia tropical	Plantação antiga	Frutífera
Carrapicho	<i>Cenchrus echinatus</i> L.	Brasil	Nativa da região	Erva-da-ninha
Castanha-do-Pará	<i>Bertholletia excelsa</i>	Amazônia	Plantação recente	Comestível

⁸⁸ Encontrada também na área do Sambaqui do Bacanga

Chanana	<i>Turnera ulmifolia</i>	América tropical	Nativa da região	Medicinal
Cheflera	<i>Schefflera arboricola</i>	Sudeste asiático	Plantação recente	Ornamental
Citronela	<i>Andropogon nardus</i> L.	Índia	Plantação recente	Medicinal
Comigo-ninguém-pode	<i>Dieffenbachia seguine</i>	México, América Central, Antilhas e Brasil	Indefinida	Ornamental
Coroa-do-Império	<i>Scadoxus multiflorus</i>	África	Plantação recente	Ornamental
Dracena	<i>Dracaena sp</i>		Plantação recente	Ornamental
Escada-de-jabuti (cipó)	<i>Bauhinia rutilans</i>	Brasil	Nativa da região	Indefinido
Espada-de-São-Jorge	<i>Sansevieria trifasciata</i>	África	Plantação recente	Ornamental
Estrelítzia	<i>Strelitzia reginae</i>	África do Sul	Nativa da região	Ornamental
Falso-Pau-Brasil (Sibipiruna)	<i>Caesalpinia pluviosa</i>	Brasil	Plantação antiga	Utilitária
Figo	<i>Ficus carica</i>	Ásia e Região mediterrânea	Plantação recente	Frutífera
Goiaba	<i>Psidium guajava</i>	América	Plantação recente	Frutífera
Gramma-esmeralda	<i>Zoysia japônica</i>	Japão	Plantação recente	
Graviola	<i>Anona muricata</i>	América Central	Plantação recente	Frutífera
Grevílea	<i>Grevillea banksii</i>	Austrália	Plantação recente	Ornamental
Hibisco	<i>Hibiscus ssp</i>	Sudoeste asiático	Plantação recente	Ornamental
Hortelã	<i>Mentha ssp</i>	Europa	Plantação antiga	Medicinal/Tempero

Hortelã graúda	<i>Plectranthus amboinicus</i> (Lour.)	Ásia oriental		
Imbaúba	<i>Cecropia sp</i>	Mata Atlântica	Nativa da região	Utilitária
Ipê	<i>Tabebuia ssp</i>	Brasil	Nativa da região	
Iuca	<i>Yucca ssp</i>	América do Norte e Central	Plantação recente	Ornamental
Ixora	<i>Ixora coccinea</i>	Índia	Plantação antiga	Ornamental
Jabuticaba	<i>Myrciaria aulífera</i>	Mata Atlântica	Plantação recente	Frutífera
Jaca	<i>Artocarpus heterophylla</i>	Ásia	Plantação antiga	Frutífera
Jambo	<i>Syzygium jambos</i>	Amazônia	Plantação antigo	Frutífera
Jamelão	<i>Syzygium cumini</i>	Índia	Plantação recente	Frutífera
Janaúba	<i>Himatanthus ssp</i>	Brasil	Nativa da região	Medicinal
Jenipapo	<i>Genipa americana</i>	Brasil		Frutífera
Jongome	<i>Talinum triangulare</i>	Áreas tropicais	Nativa da região	Comestível
Jucá	<i>Caesalpinia férrea</i>	América Tropical	Nativa da região	Medicinal
Juçara	<i>Euterpe edulis</i>	Mata Atlântica	Nativa da região	Frutífera
Lança-de-São-Jorge	<i>Sansevieria cylindrica</i>	África tropical	Plantação recente	Ornamental
Lantana	<i>Lantana câmara</i>	Índia, Regiões tropicais da América e África	Nativa da região	Ornamental
Laranja	<i>Citrus sinensis</i>	Ásia	Plantação recente	Frutífera

Lima-da-pérsia	<i>Citrus limettioides</i>	Ásia	Plantação recente	Frutífera
Limão	<i>Citrus limon</i>	Sudeste da Ásia	Plantação antiga	Frutífera
Louro	<i>Laurus nobilis</i>	Mediterrâneo	Plantação recente	Tempero
Macaúba	<i>Acrocomia aculeata</i>	Brasil	Nativa da região	Frutífera
Mamão	<i>Carica papaya</i>	América tropical	Plantação antiga	Frutífera
Manjerição	<i>Ocimum minimum</i>		Plantação recente	Tempero
Mangue branco	<i>Laguncularia racemosa</i>	África ocidental, Costa do México, América Central e do Sul	Nativa da região	Utilitária
Mangue vermelho	<i>Rhizophora mangle</i>	Brasil e África	Nativa da região	Utilitária
Mangue siriba	<i>Avicena schaueriana</i>	Brasil	Nativa da região	Utilitária
Mangueira	<i>Mangifera</i> spp	Ásia	Plantação antiga	Frutífera
Maracujá	<i>Passiflora alata</i>	Brasil	Plantação recente	Frutífera
Maracujá-de-Cobra	<i>Passiflora caerulea</i> L.	Brasil	Nativa da região	Frutífera
Mata-Pau	<i>Ficus clusiifolia</i>	Brasil	Nativa da região	Parasita
Miosótis	<i>Myosotis</i> spp			Erva-da-ninha/ Ornamental
Mogno	<i>Swietenia macrophylla</i>	Brasil	Plantação recente	Madeira de lei
Mussaenda	<i>Mussaenda</i> spp	Ásia	Plantação recente	Ornamental
Nim	<i>Azadirachta indica</i>	Ásia	Plantação recente	Medicinal

Noni	<i>Morinda citrifolia</i>	Sudeste Asiático	Plantação recente	Frutífera/Medicinal
Oiti	<i>Licania tomentosa</i>	Brasil	Plantação recente	Frutífera/Utilitária
Orquídea	<i>Orchidaceae spp</i>		Plantação recente	Ornamental
Palmeira-triangular	<i>Dypsis Decaryi</i>	Madagascar	Plantação recente	Ornamental
Palmeira imperial	<i>Roystonea Oleracea</i>	Antilhas / Venezuela / Colômbia	Plantação recente	Ornamental
Palmeira-cica	<i>Cycas revoluta</i>	Asia	Plantação antiga	
Pariri	<i>Arrabidaea chica</i>	Brasil	Nativa da região	Medicinal
Pata-de-vaca	<i>Bauhinia forficata</i>	Brasil	Plantação recente	Medicinal
Pau-Brasil	<i>Caesalpinia echinata</i> L.	Mata Atlântica	Plantação recente	Madeira de lei
Pente-de-macaco	<i>Amphilophium crucigerum</i>	Amazonia	Nativa da região	
Pequi	<i>Caryocar brasiliensis</i>	Brasil	Plantação antiga	Frutífera
Picão	<i>Bidens spp</i>	Brasil	Nativa da região	Medicinal
Pimenta-de-macaco	<i>Xylopia aromática</i>	Brasil	Nativa da região	Comestível
Pingo-de-ouro	<i>Duranta erecta aurea</i>	Mexico	Plantação antiga	Ornamental
Pitanga	<i>Eugenia uniflora</i>	Brasil	Plantação recente	Frutífera
Pitomba	<i>Talisia sp</i>		Nativa da região	Frutífera

Sabiá	<i>Mimosa caesalpiniaefolia</i> Benth	Brasil	Plantação recente	Utilitário
Samambaia			Nativa da região	Ornamental
Santa-Quitéria/folha santa	<i>Bryophyllum calycinum</i> Salisb.	Brasil	Nativa da região	Medicinal/Ornamental
Sapoti	<i>Achras zapota</i>	América Central	Plantação antiga	Frutífera
Sapucarana	<i>Lecythis lúrida</i>	Brasil	Nativa da região	Comestível para animais
Seriguela	<i>Spondias purpúrea</i>	Américas	Plantação recente	Frutífera
Tajá	<i>Caladium bicolor</i> Vent		Nativa da região	Ornamental
Tamarindo	<i>Tamarindus indica</i>	África Tropical	Plantação antiga	Frutífera
Tiririca	<i>Cyperus</i> sp	Diversa	Nativa da região	Erva-da-ninha
Tumbérgia arbustiva	<i>Thunbergia erecta</i>	África tropical	Plantação antiga	Ornamental
Tuturubá	<i>Pouteria macrophylla</i>	Amazônia	Nativa da região	Frutífera
Urtiga	<i>Urtica</i> spp	Diversa	Nativa da região	Erva-da-ninha
Vinagreira	<i>Hibiscus sabdariffa</i>	África	Plantação antiga	Comestível

Bibliografia utilizada para confecção dessa tabela:

CAMPOS FILHO, Eduardo Malta (org.). Plante as árvores do Xingu e Araguaia – Vol. II – Guia de Identificação. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA), 2009.

MADALENO, Isabel Maria. Plantas da medicina popular de São Luís, Brasil. *In*: Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 6, n. 2, p. 273-286, maio-ago. 2011.

EMÍLIO, Thaise. Guia digital – Palmeiras da BR-319. Versão 2.2, 2008. Disponível em: http://ppbio.inpa.gov.br/Port/guias/Guia_palmeiras.pdf/download. Acessado em: 02/07/2016.

LEÃO, T. C. C.; ALMEIDA, W. R.; DECHOUM, M.; ZILLER, S. R. Espécies Exóticas Invasoras no Nordeste do Brasil: Contextualização, Manejo e Políticas Públicas. Recife: Cepan, 2011.

SANTOS, Raimundo Nonato Viana; ARAÚJO, Margareth Santos de; NASCIMENTO, Ivaneide De Oliveira.; *et al.* Banco de Sementes de Plantas Espontâneas em Três Sistemas de Cultivo na Pré-Amazônia Maranhense. In: Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Porto Alegre/RS – 25 a 28/11/2013.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Alimentos regionais brasileiros/ Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. – 1. ed. –

Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

Anexo C

Programa de Necessidade da Casa da Memória conforme envia à arquiteta para desenvolver o projeto arquitetônico da Casa da Memória do Sítio do Físico

Itens externos
Pomar;
Playground;
Estacionamento;
Jardim Sensorial;
Ecomuseu
Recepção;
Loja;
Sala Multiuso e depósito;
Espaço para exposições;
Cozinha e Despensa;
Depósito de gás;
Reserva técnica;
Depósito;
Higienização;
Laboratório;
Administração;
Biblioteca;
Banheiros.

Anexo D

Questionário aplicado durante a disciplina Patrimônio Arqueológico e Musealização para sondar acerca do futuro dos museus de arqueologia no Brasil

Dados do Entrevistado

Idade:			
Formação:			
Área de Graduação		Instituição	
Área de Pós-graduação		Instituição	

Atuação

Linha de Pesquisa:	
Área(s) de atuação:	
Região(ões) onde atua	
Tempo de atuação:	

Sua atuação:

a) gera(ou) acervo (material arqueológico)?	
b) aborda(ou) coleção já locada em reserva técnica?	

Qual foi a instituição de endosso da coleção?	
---	--

Você sabe como essa instituição realizou, realiza, ou realizará, a gestão do acervo gerado?	
---	--

Qual instituição você considera uma referencia, no âmbito da salvaguarda e comunicação do patrimônio arqueológico no Brasil? Por que?

--

Qual a inserção da sua atuação dentro da gestão do patrimônio arqueológico, considerando a salvaguarda (curadoria e documentação) e comunicação (educação e exposição)?

Qual a dimensão social do seu trabalho/atuação?

Como você entende a inserção de coleções arqueológicas em museus, tendo em vista o cenário atual?

Considerando a arqueologia como uma área de conhecimento interdisciplinar, como você percebe a sua interação com outros profissionais, especificamente museólogos e educadores?

Levando em conta a trajetória pessoal, qual sua projeção para a gestão do patrimônio arqueológico no Brasil?